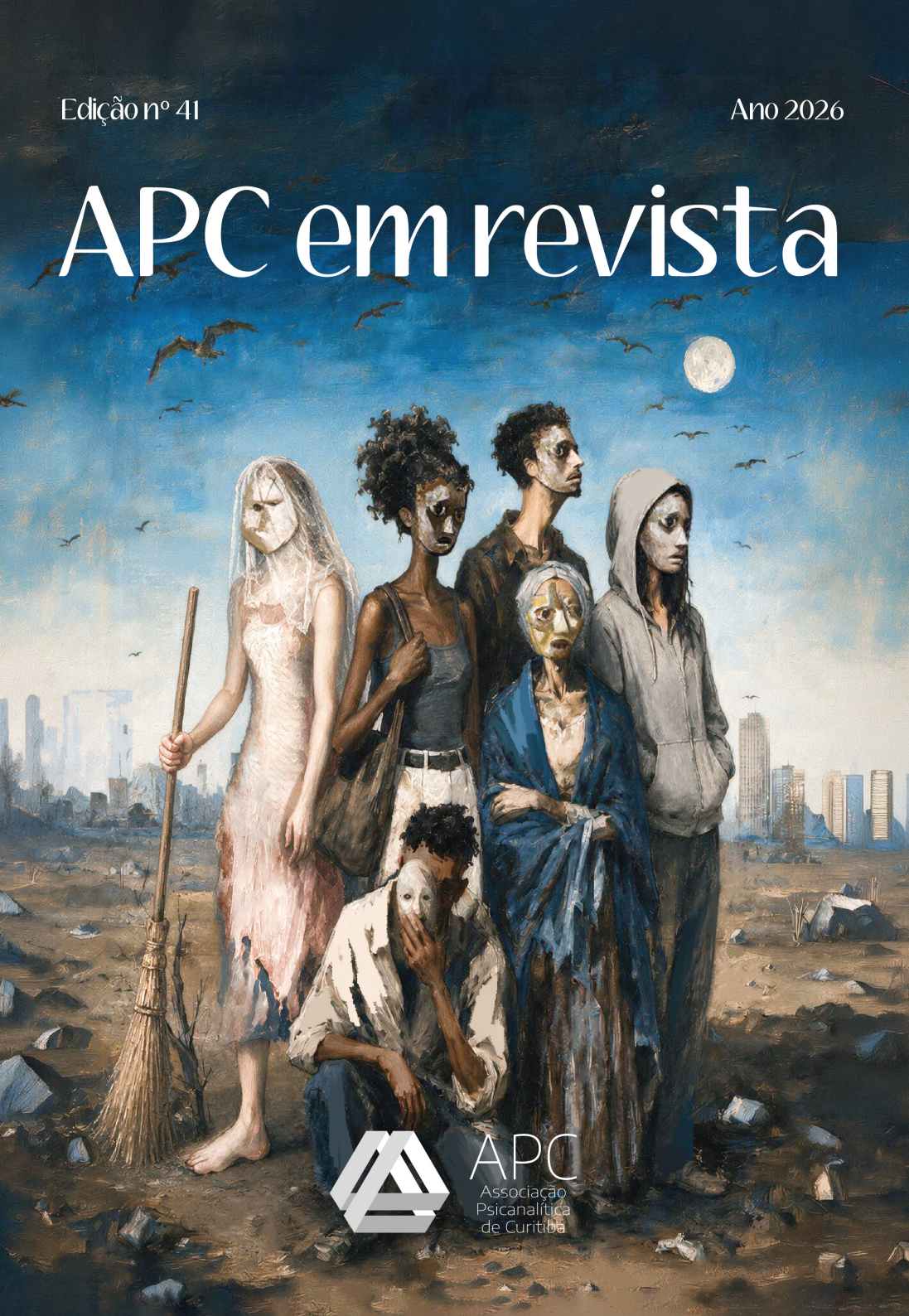
Edição nº 41

Ano 2026

APC em revista



APC
Associação
Psicanalítica
de Curitiba

APC em revista

Associação Psicanalítica de Curitiba em revista
ISSN 1519-8456 | Curitiba | n. 41 | p. 1-148 | 2026

APC
ASSOCIAÇÃO
PSICANALÍTICA
DE CURITIBA

www.apcwb.com.br
@apctba
@associacaopsicanaliticadecuritiba
(41) 98848-7946

Editorial
Luzia Carmem de Oliveira
Schenya C. Nunes de Oliveira
Tiago Rickli

Revisão
Elisete Poncio Aires

Diagramação
Erika Woelke | Canal6 Editora
www.canal6editora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Associação Psicanalítica de Curitiba em revista / Associação Psicanalítica de Curitiba. – n. 41 (2026) – Curitiba, PR : APC, 1997– .

Semestral
ISSN: 1519-8456

1. Psicanálise – Periódicos. I. Associação Psicanalítica de Curitiba.

11-2024/54 CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicanálise : Periódicos 150.195

Aline Graziele Benitez – Bibliotecária - CRB - 1/3129

Copyright© Associação Psicanalítica de Curitiba, 2026
Os artigos são de responsabilidade dos autores.

CORPO CONSULTIVO

Allan Martins Mohr
Psicólogo (UFPR); Mestre em Psicologia (UFPR); Doutor em Filosofia (PUCPR).

Andrea Silvana Rossi
Psicanalista; Analista membro da Associação Psicanalítica de Curitiba; Graduada em Psicologia (PUCPR); Mestre em História (UFPR).

Cezar Tridapalli
Psicanalista; Graduado em Letras (UFPR); Mestre em Estudos Literários (UFPR).

Dayse Stoklos Malucelli
Psicanalista; Analista membro e fundadora da Associação Psicanalítica de Curitiba; Graduada em Psicologia (UTP); Mestre em Filosofia (PUC-SP) Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP). Membro da Association Lacanienne Internationale.

Leda Mariza Fischer Bernardino
Psicanalista; Analista membro e fundadora da Associação Psicanalítica de Curitiba; Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano (USP); Pós-doutora em Tratamento e Prevenção Psicológica pela Université Paris 7.

Luzia Carmem Oliveira
Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Curitiba; Graduada em Psicologia (UTP); Mestre em Psicologia (UFPR); Doutora em Psicologia Clínica (PUCSP).

Marcelo Marcos Barbosa Vieira
Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Curitiba; Graduado em Filosofia (UFPR); Doutor em Filosofia (UFPR) com período no doutorado na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Marcia Wisniewski Schaly
Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Curitiba; Graduada em Psicologia (UFPR); Mestre em Educação (UTP); Doutoranda em Educação (UTP); Integrante do NUPPEC - Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (UFRGS).

Marcus do Rio Teixeira
Psicanalista; Diretor da Editora Ágalma; Membro Honorário da Associação de Psicanálise de Maringá Ato Analítico.

Michele Kamers
Psicanalista; Mestre em Educação pela USP; Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano no Instituto de Psicologia (USP).

Rosa Maria Marini
Psicanalista; Analista membro da Associação Psicanalítica de Curitiba; Graduada em Psicologia (PUC-PR); Mestre em Psicologia (UTP); Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (IPUSSP).

Rosane Weber Licht
Psicanalista; Analista membro e fundadora da Associação Psicanalítica de Curitiba; Graduada em fonoaudiologia (PUCPR).

Schenya Caroline Nunes de Oliveira
Psicóloga, psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Curitiba (APC), mestra em Literatura, especialista em Psicanálise e Psicopatologia, Cinema e Audiovisual e Leitura e Produção Textual. Graduanda em Filosofia.

Tiago Rickli
Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Curitiba. Mestre e doutor em Filosofia pela UFPR.

Zama Caixeta Nascentes
Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Curitiba; Mestre em Filosofia (UFPR); Doutor em Literatura Brasileira (UFPR).

Sumário

Editorial 7

Espaço da Letra

Entre a deriva e a travessia: algumas palavras sobre o suicídio 15
Adriano Soares Amaro

Diagnóstica em Jacques Lacan: uma discussão sobre clínica, estrutura, discurso e sujeito 25
Allan Martins Mohr

O Feminino, um estrangeiro? 41
Luzia Carmem de Oliveira

Autismo, em campo de disputas, há espaço para a escuta do sujeito? 61
Marcia Wisniewski Schaly

Raça, racismo e subjetividade na escuta psicanalítica 87
Schenya Caroline Nunes de Oliveira

Freud e Lacan: 'Uma criança é espancada' e a teoria do significante.... 99
Zama Caixeta Nascentes

Espaço do Cartel

Mais ainda... - De um gozo a Outro 125
Andrea Rôa d'Haese

A sutileza do véu na feminilidade 131
Jane M. M. de Carvalho

REVISTAS DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE CURITIBA 137

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE CURITIBA 145

Editorial

A Associação Psicanalítica de Curitiba apresenta a 41ª edição da APC em Revista, dando continuidade ao trabalho de transmissão da psicanálise e ao lugar que a escrita ocupa nesse percurso. Nesta edição, diferentes questões encontram na escrita a possibilidade de serem elaboradas e compartilhadas, levando adiante algo do trabalho que se faz na clínica, nos estudos e na formação. Escrever em nome próprio participa desse movimento: implica tomar a palavra a partir de um percurso, sustentar uma questão e colocá-la em circulação. Ao chegar à revista, cada texto se abre à leitura e à interlocução, fazendo com que aquilo que se escreve possa seguir produzindo questões para além de quem o escreveu.

Em Freud, a escrita acompanha o próprio movimento de elaboração da psicanálise. Ao longo de sua obra, conceitos são retomados, reformulados e ganham novos contornos diante dos impasses que a clínica lhe apresenta. Há nesse gesto algo que permanece caro à psicanálise: a disposição de retornar aos conceitos, não para reiterá-los, mas para colocá-los diante das perguntas de cada tempo. É também sob essa perspectiva que esta edição se apresenta, reunindo trabalhos que retomam fundamentos da psicanálise e os fazem conversar com problemas que hoje chegam à clínica e atravessam o laço social. Talvez a escrita psicanalítica guarde algo desse movimento. Escreve-se a partir do que foi possível elaborar, mas também do ponto em que o saber encontra uma borda. Entre o conceito e a experiência permanece uma distância que não pede para ser abolida; é muitas vezes dela que uma questão pode nascer. A escrita não vem necessariamente encerrá-la. Pode, antes, dar-lhe contorno, fazê-la avançar e endereçá-la a outros.

Nesta edição, suicídio, diagnóstica, autismo, feminino, raça e racismo, fantasia, significante e modalidades de gozo percorrem as páginas da revista. São escritos que guardam a particularidade de cada autor, tanto na escolha de seus recortes quanto na maneira de sustentar seu percurso pela psicanálise e de fazer trabalhar seus conceitos. Reunidos nesta edição, dão a ler diferentes modos de formular e transmitir aquilo que, para cada autor, se colocou como questão.

Algumas das questões que chegam a estas páginas recolocam uma dimensão fundamental à psicanálise: a experiência subjetiva não se constitui à margem do laço social. Em Psicologia das massas e análise do eu, Freud lembra que o outro comparece, desde o início, como modelo, objeto, auxiliar e adversário, inscrevendo o laço com o outro na própria constituição da vida psíquica. Lacan dará a essa relação outros desdobramentos ao situar o sujeito no campo do Outro, sob os efeitos da linguagem e do significante. Os discursos que atravessam o laço social não são, assim, indiferentes à constituição subjetiva e aos modos pelos quais seus efeitos comparecem na clínica. Considerar essas incidências exige, contudo, que não sejam tomadas como um saber antecipado sobre o sujeito. A escuta analítica sustenta justamente esse não saber, interrogando, a cada vez, de que maneira aquilo que circula no discurso encontra inscrição na experiência subjetiva.

Os textos reunidos nesta edição dão continuidade a essas interrogações, levando-as a outros pontos da experiência analítica. O suicídio conduz a clínica às proximidades do ato e aos limites que a palavra pode encontrar. A diagnóstica é interrogada para além da classificação, recolocando o que está em jogo quando se trata do sujeito do inconsciente. No autismo, entre os saberes que disputam esse campo, retorna a pergunta pelo lugar da escuta. O feminino conduz aos limites de uma lógica que não pode dizê-lo todo; raça e

racismo convocam a pensar sua inscrição histórica e discursiva e os efeitos subjetivos que daí se produzem. A fantasia é retomada pela lógica do significante, enquanto o gozo conduz ao ponto em que a linguagem já não pode tudo recobrir.

A APC em Revista se inscreve nessa aposta. Publicar é também colocar a escrita diante de outras leituras, possibilitando novas ressonâncias e desdobramentos. A transmissão se sustenta nesse gesto: uma vez publicado, o texto segue na leitura de outros, aberto ao que ainda poderá produzir.

Abrimos o Espaço da Letra com o artigo de Adriano Soares Amaro, "Entre a deriva e a travessia: algumas palavras sobre o suicídio". Ao se aproximar de uma questão delicada da clínica, o autor sustenta uma leitura que não reduz o suicídio a explicações universais. Com Freud, retoma a tensão entre pulsão de vida e pulsão de morte e sua articulação com a compulsão à repetição; em Lacan, percorre o desejo, a falta, o Outro e o gozo, chegando às formulações do acting out e da passagem ao ato. A imagem da travessia acompanha o texto e dá contorno a uma clínica em que, por vezes, a palavra encontra seus limites. Entre a deriva e a possibilidade de lançar âncora, Adriano nos conduz por uma escrita que mantém aberta a pergunta sobre o que ainda pode encontrar lugar na palavra e na escuta.

Na sequência, Allan Martins Mohr apresenta "Diagnóstica em Jacques Lacan: uma discussão sobre clínica, estrutura, discurso e sujeito". O artigo parte de uma pergunta precisa: o que se diagnostica na psicanálise lacaniana? Ao colocar em relação diagnóstica, estrutura, discurso e sujeito, Allan interroga o diagnóstico para além de uma operação classificatória, situando-o no campo da linguagem e da experiência analítica. A imagem do jogo acompanha essa interrogação: seus elementos se movem, as posições se

modificam e, ao final, permanece a pergunta — que jogo está sendo jogado?

Em "O Feminino, um estrangeiro?", Luzia Carmem Oliveira parte de uma palavra surgida ao acaso de um encontro e que, desde então, não deixa de produzir efeitos: estrangeiro. É seguindo o rastro desse significante que se aproxima do feminino, tendo Das Unheimliche, de Freud, como fio de sua elaboração. Nas passagens de uma língua a outra, algo permanece sem equivalência completa — um resto irredutível ao sentido. É nesse resto que estrangeiridade e feminino se aproximam, abrindo passagem às formulações lacanianas da sexuação e do não-todo.

Marcia Wisniewski Schaly traz para esta edição uma pergunta que já se anuncia no título de seu trabalho: "Autismo, em campo de disputas, há espaço para a escuta do sujeito?". Partindo da clínica com crianças e da escuta de seus pais, a autora percorre um campo atravessado por diagnósticos, protocolos, saberes e promessas, interrogando o lugar que ainda pode ser reservado ao sujeito. Em meio às respostas que se multiplicam em torno do autismo, o texto sustenta uma pergunta que não se apressa em fechar: o que pode ser escutado quando, antes de qualquer diagnóstico, há um sujeito?

Em "Raça, Racismo e Subjetividade na Escuta Psicanalítica", Schenya C. Nunes de Oliveira parte da clínica para interrogar como raça e racismo comparecem na escuta. Entre palavras que carregam uma história e os diferentes lugares que podem assumir para cada sujeito, o texto percorre uma questão delicada: como não fazer da raça uma explicação antecipada sem deixar de escutar aquilo que o racismo pode inscrever na experiência subjetiva.

Encerrando o Espaço da Letra, Zama Caixeta Nascentes apresenta "Freud e Lacan: 'Uma criança é espancada' e a teoria do significante". Entre Freud e Lacan, o autor retorna a Uma criança é espancada seguindo uma pergunta que nasce de sua leitura do

Seminário 5: o que permite passar do ato de espancar à função significante do espancamento? É por essa pergunta que Zama percorre os textos, atento à lógica que Lacan encontra em Freud e que, ao final, ele próprio diz tê-lo "fisgado".Espaço do Cartel

O Espaço do Cartel reúne, nesta edição, duas produções em torno das formulações lacanianas sobre sexuação, feminino e gozo. O cartel se faz com outros: na leitura que circula, nas perguntas que retornam, no encontro em que uma palavra pode fazer ressoar outra. Algo se constrói nesse laço e, pouco a pouco, encontra uma escrita. Os textos que seguem dão notícias desse trabalho que se faz entre alguns, mas que leva, ao fim, cada um a escrever em nome próprio. Os textos aqui apresentados carregam algo dessa experiência.

Em "Mais ainda... – De um gozo a Outro", Andrea Rôa d'Haese parte de seu percurso pelo Seminário 20 – Mais, ainda, seguindo as formulações de Lacan sobre sexuação e gozo feminino. Entre a lógica fálica e a abertura a um gozo Outro, o texto se aproxima daquilo que se experimenta no corpo, mas não se deixa dizer por inteiro. "Como tecer palavras ao indizível?", pergunta Andrea. É por essa borda que sua escrita avança, procurando dar palavras ao que, como um sopro, passa pela linguagem sem nela se deixar apreender inteiramente.

Em "A Sutileza do Véu na Feminilidade", Jane M. M. de Carvalho encontra no véu uma figura para percorrer a feminilidade. Entre o que se mostra e o que se oculta, o véu introduz um jogo de presença e ausência que preserva algo do desejo justamente porque não entrega tudo ao olhar. Jane o chama de um "jogo de lusco-fusco" — imagem que atravessa sua leitura da mascarada, do gozo suplementar e da formulação lacaniana de que A Mulher não ex-siste. Há, na sutileza desse véu, algo que permanece em

movimento: mostra sem tudo revelar, encobre sem simplesmente esconder.

Esta 41ª edição da APC em Revista traz consigo algo do que vem sendo construído na Associação Psicanalítica de Curitiba. Nas páginas que seguem, encontram-se marcas da clínica, dos estudos, dos cartéis e das inquietações que têm mobilizado seus autores. Ao publicá-las, a APC reafirma sua aposta na psicanálise e na continuidade de sua transmissão.

Aos autores que confiaram seus textos à APC em Revista, nosso agradecimento. Aos leitores, fica o convite para percorrer estas páginas e deixar que a leitura provoque o pensamento e faça nascer outras inquietações.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Luzia Carmem de Oliveira
Schenya C. Nunes de Oliveira
Tiago Rickli

Espaço da Letra



Entre a deriva e a travessia: algumas palavras sobre o suicídio

Adriano Soares Amaro[1]

Resumo

Este ensaio propõe uma reflexão sobre a clínica do suicídio a partir de uma leitura psicanalítica, privilegiando a singularidade de cada sujeito e de seu modo de se relacionar com o sofrimento, a morte e o desejo. A partir de Sigmund Freud, retoma-se a tensão entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, especialmente em sua articulação com a compulsão à repetição. Com Jacques Lacan, a discussão se desloca para o campo da linguagem, do desejo, da falta, do Outro e do gozo, permitindo interrogar os impasses subjetivos que podem acompanhar o fenômeno suicida. Os conceitos de *acting out* e *de passagem ao ato também são convocados para pensar situações em que* a palavra atinge seus limites e o ato pode surgir como resposta ao insuportável. Sustenta-se, assim, a importância de uma escuta clínica que não reduza o suicídio a explicações universais e simplistas, mas que permita ao sujeito construir outras formas de relação com seu sofrimento.

Palavras-chave: Suicídio; Singularidade; Desamparo; Escuta; Pulsão de morte.

Ao escrever sobre a clínica psicanalítica, as palavras nem sempre são suficientes para expressar toda a intensidade do encontro entre analista e analisante. No entanto, a árdua tentativa de

1 Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Curitiba. Psicólogo Clínico | CRP08/19171.

encontrar as palavras que melhor traduzam essa experiência marca um passo fundamental nesse percurso.

Ao longo da prática clínica, percebe-se que muitos casos apresentam semelhanças em suas histórias. No entanto, isso não facilita o manejo clínico, uma vez que a subjetividade impera. Cada caso exige uma escuta singular, no um a um, valorizando aquilo que é particular do sujeito e que o torna único, ainda que determinados fenômenos se repitam. Nesse cenário, o suicídio comparece com frequência na clínica, seja como uma possibilidade que retorna insistentemente, seja como um ato que rompe a continuidade do encontro.

O suicídio sempre provoca inquietações. Trata-se de um tema que evoca angústia e suscita diversos questionamentos. Atualmente, campanhas de prevenção promovem uma comunicação mais aberta sobre os riscos do silêncio em torno dessa questão, fomentando discussões importantes e ressaltando que interromper a vida não é a única saída para o sofrimento. Sabemos que o desamparo está presente no discurso de sujeitos atravessados pela ideia da morte. Nesse sentido, reconhecer a existência de outras possibilidades diante do sofrimento pode ter um efeito apaziguador.

Na clínica, ao identificarmos que um sujeito lançou âncora no mar do suicídio, é preciso considerar que há motivos para esse ancoramento. Antes de propor que ele recolha a âncora e siga viagem, será necessário nos equiparmos e mergulharmos nesse mar, explorando os elementos que sustentam sua permanência naquele lugar. É ao explorar o que se encontra sob a superfície que se torna possível construir, junto ao sujeito, outros roteiros de navegação.

Ao mergulhar nessa temática, resgatei uma frase que volta e meia aparece em rodas de conversa: "a morte é a única certeza da vida". Seria essa uma das razões pelas quais o suicídio, por vezes,

se apresenta como uma possibilidade? Seria uma tentativa de antecipar o fim diante das incertezas de um futuro desconhecido? Sabemos que a morte está para todos, assim como a vida. Desde o princípio, vida e morte navegam lado a lado.

O entendimento de que a vida e a morte coexistem encontra eco na obra de Sigmund Freud. Em seu percurso teórico, especialmente a partir do texto "Além do Princípio do Prazer"(Freud, 2010), o autor propõe que o psiquismo é atravessado por forças antagônicas. Ou seja, de um lado, as pulsões de vida, associadas à ligação, à criação, à sexualidade e à preservação da existência; de outro, as pulsões de morte, marcadas pela tendência à repetição, à destruição e ao retorno a um estado anterior.

Ao criar essa dualidade pulsional, Freud questiona a ideia de que o ser humano estaria orientado exclusivamente pela busca do prazer e pela evitação do desprazer. A partir de sua experiência clínica, observou que alguns analisantes repetiam situações dolorosas, reviviam experiências traumáticas e pareciam retornar insistentemente a posições que lhes causavam sofrimento. Essa constatação o levou a reconhecer a existência de algo que ultrapassava o princípio do prazer e se manifestava por meio da compulsão à repetição.

Ao nomear as pulsões de vida como *Eros*, Freud recorre à mitologia grega para representar as forças de ligação, de criação e de preservação da existência. Na tradição mitológica, *Eros* ocupa o lugar da pulsão vital, aquilo que põe o mundo em movimento e favorece os laços entre os seres. A escolha desse nome, no entanto, não foi casual. Freud, ao lado da pulsão de vida, mantém o conceito de pulsão de morte, mas sem nomeá-la de forma equivalente. A ela, poderíamos associar o nome de *Tânatos*, o deus grego da morte, irmão de *Eros*. Enquanto *Eros* nasce do caos e encarna a pulsão vital, *Tânatos* surge como sua antítese, representando o retorno

ao não-ser (Hesíodo, 2022). A força de *Eros*, na obra de Freud, é, portanto, a expressão de uma pulsão que se opõe à dissolução, promovendo a preservação do laço, do corpo e da vida, mesmo diante da sombra projetada pela morte de Tânatos.

A pulsão de morte não deve ser entendida como um desejo consciente de morrer. Trata-se, antes, de uma tendência fundamental do aparelho psíquico de reduzir as tensões e retornar a um estado anterior de menor excitação. Enquanto *Eros* opera produzindo ligações, investindo em objetos, construindo laços e favorecendo a continuidade da vida, *Tânatos* atua silenciosamente em sentido oposto, promovendo desligamentos, rupturas e movimentos de dissolução. Contudo, essas forças raramente aparecem de forma isolada. No campo da experiência humana, elas se entrelaçam, criando composições singulares – uma não existe sem a outra.

A perspectiva nos convida a pensar o suicídio para além de explicações simplistas. Se a morte comparece como destino comum a todos os sujeitos, a maneira como cada um se relaciona com ela é sempre singular. Ao rever alguns casos clínicos, observo que não basta identificar a presença de um desejo de morrer; é necessária uma leitura cuidadosa dos conflitos, impasses, perdas, identificações e modos de sofrimento que se articulam com essa posição subjetiva.

Quando um sujeito se aproxima do suicídio, não estamos diante de uma manifestação simples ou unilateral da pulsão de morte. A prática clínica exige uma escuta artesanal, evitando o deslize para explicações fechadas ou generalizantes. O que se apresenta em um setting analítico não é uma teoria em estado puro, mas um sujeito, atravessado por sua história, seus significantes e suas formas particulares de sofrimento.

Ao retomar a obra freudiana, Jacques Lacan preserva a importância da tensão entre *Eros* e *Tânatos,* mas desloca a discussão para

uma nova perspectiva. Se Freud buscou compreender os destinos das pulsões e os efeitos de seu conflito na vida psíquica, Lacan volta sua atenção para o lugar da linguagem na constituição do sujeito. Nessa leitura, o ser humano não é apenas atravessado por forças pulsionais; é também um sujeito marcado pela palavra, inserido em uma rede de significantes que o antecede e participa da construção de sua realidade psíquica.

A partir dessa virada teórica, o sofrimento deixa de ser pensado apenas como resultado de conflitos internos e passa a ser interrogado a partir da forma singular como cada sujeito se posiciona diante do desejo, da falta e do Outro. O sujeito lacaniano não é senhor de si mesmo. Ele se constitui justamente a partir de uma divisão fundamental produzida pela entrada na linguagem. Algo sempre escapa à possibilidade de ser plenamente simbolizado, permanecendo como resto, como excesso, como aquilo que insiste para além das palavras (Lacan, 1998).

É nesse ponto que a releitura lacaniana de *Tânatos* ganha novos contornos. Mais do que uma força voltada à destruição, a pulsão de morte passa a ser articulada aos fenômenos de repetição que atravessam a experiência subjetiva. Aquilo que Freud observou como compulsão à repetição torna-se, em Lacan, uma via importante para compreender os modos pelos quais o sujeito retorna incessantemente aos mesmos impasses, mesmo quando estes lhe produzem sofrimento. Há no sujeito uma inclinação que nem sempre o leva ao que lhe faz bem. Há algo que insiste, que retorna, escapando às escolhas conscientes e conduzindo o sujeito a repetições que o atravessam (Freud, 2010).

Esse deslocamento teórico conduz Lacan à elaboração de um dos conceitos centrais de seu ensino: o gozo (*jouissance*) (Lacan, 2008). Diferentemente do prazer, que visa à redução das tensões e encontra seus limites no princípio do prazer, o gozo refere-se a

uma modalidade de satisfação que frequentemente ultrapassa esses limites. Podemos pensar em uma satisfação paradoxal, capaz de coexistir com a dor, com o sofrimento e até mesmo com aquilo que ameaça o próprio sujeito. É justamente por essa razão que determinados sintomas persistem, mesmo quando seus efeitos são reconhecidos como nocivos. Uma dinâmica clínica que exige uma leitura despida de sentido.

O conceito de gozo permite compreender que o sofrimento não se apresenta apenas como algo a ser eliminado. Em determinadas circunstâncias, ele pode ocupar um lugar específico na economia psíquica do sujeito, constituindo uma forma singular de resposta à falta, à angústia e aos impasses do desejo. Não se trata de afirmar que alguém escolha sofrer ou encontre prazer consciente em sua dor, mas de reconhecer que certas formas de sofrimento podem tornar-se profundamente enlaçadas à maneira como o sujeito organiza sua existência (Miller, 2012).

Quando tocamos na clínica do suicídio, essas formulações adquirem especial relevância. Muitas vezes, não nos deparamos apenas com a presença de uma ferida aberta, mas também com modos particulares de repetição que parecem conduzir o sujeito sempre aos mesmos impasses, desenhando cenas que parecem confirmar, mais uma vez, que o sofrimento seria seu destino. Há situações em que a palavra parece atingir seus limites e o sofrimento deixa de contar com recursos simbólicos suficientes para ser elaborado. Nesses momentos, aquilo que não pôde ser simbolizado pode buscar outras formas de se manifestar.

Em instituições psiquiátricas é comum encontrar pessoas que passaram por tentativas sérias de suicídio. Os desfechos são diversos e, por vezes, revelam algo da história do sujeito e de sua relação com o viver. Há aqueles que, durante o ato suicida, experimentam um movimento de recuo, como se, ao se aproximarem da morte,

algo ainda os convocasse de volta à vida. Há também os que estiveram muito próximos de morrer, mas que foram encontrados a tempo de que alguma intervenção ainda fosse possível. Em outros casos, chama a atenção a repetição de uma permanência junto ao limite, como se o sujeito retornasse, mais uma vez, à estreita fronteira entre a vida e a morte.

Em algumas dessas situações, podemos nos perguntar sobre aquilo que se joga nessa proximidade constante do risco. Qual é a aposta? Qual é o preço que se paga? Não necessariamente em busca de uma resposta definitiva, mas como tentativa de ouvir o que insiste em se repetir. O que se procura nesse encontro reiterado com o limite? O que se espera encontrar ou perder ali? São perguntas que a clínica mantém em aberto.

Entretanto, há situações em que algo diferente se apresenta. O olhar parece esvaziado, a palavra perde sua força de amarração e a vida deixa de encontrar pontos de apoio. Não se trata apenas de um sofrimento intenso, mas de um pesar que parece escapar a qualquer tentativa de contenção, como areia fina que escorre entre os dedos. Há encontros clínicos em que se tem a impressão de estar diante de algo que morreu muito antes do corpo ou, talvez, de algo que nunca chegou a nascer.

Lacan descreve algumas dessas manifestações por meio dos conceitos de *acting out* e de passagem ao ato (Lacan, 2005). Enquanto o *acting out* pode ser compreendido como uma tentativa de endereçamento ao Outro, uma cena que carrega uma mensagem a ser decifrada, a passagem ao ato representa uma ruptura mais radical com o campo simbólico. Nela, o sujeito abandona a cena e precipita-se para fora dela. Embora o suicídio não possa ser reduzido automaticamente à noção de passagem ao ato, essa formulação oferece elementos importantes para pensar determinadas situações

clínicas em que o ato surge como resposta a um sofrimento vivido como insuportável.

Essa perspectiva reforça a importância de uma escuta que não se apresse em atribuir sentidos universais ao fenômeno do suicídio. Há, por exemplo, um equívoco ainda comum entre profissionais da saúde, que temem que falar sobre o suicídio possa desencadear uma espécie de contágio. No entanto, pesquisas recentes demonstram que, ao contrário, a informação cuidadosa e o debate aberto podem contribuir para a redução de riscos, permitindo que a singularidade de cada percurso se faça presente (WHO, 2023). Se a morte comparece, se apresenta como possibilidade para diferentes sujeitos, os caminhos que conduzem a essa posição são sempre singulares. Cabe ao analista sustentar um espaço onde algo dessa singularidade possa emergir, permitindo que o sujeito encontre outras formas de se relacionar com seu sofrimento, com seu desejo e com aquilo que insiste em se repetir em sua história.

Retomando a analogia com a navegação, há uma diferença importante entre um barco que interrompe sua marcha e outro que está à deriva. Em uma análise, muitas vezes é preciso lançar âncora, seja para descansar, seja para mergulhar em águas mais profundas. Essas pausas não interrompem a travessia; ao contrário, tornam possível retomá-la. Quando o sujeito encontra um espaço onde sua palavra pode circular e adquirir novos contornos, abre-se a possibilidade de seguir viagem sem que a deriva seja o único destino possível.

Referências

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Obra originalmente publicada em 1920.

HESÍODO. *Teogonia*. Tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2022. Obra originalmente composta no século VII a.C.

LACAN, Jacques. *Escritos.* Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Obra originalmente publicada em 1966.

LACAN, Jacques. *O Seminário*, livro 10: *a angústia* (1962–1963). Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. *O Seminário*, livro 11: *os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Tradução M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. *O Seminário*, livro 20: *mais, ainda* (1972–1973). Tradução M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MILLER, Jacques-Alain. *Os seis paradigmas do gozo*. Opção Lacaniana, São Paulo, n. 7, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Preventing suicide:* a resource for Media Professionals – update 2023. Geneva: World Health Organization, 2023.

Diagnóstica em Jacques Lacan: uma discussão sobre clínica, estrutura, discurso e sujeito

Allan Martins Mohr[1]

Resumo

O presente artigo é construído no formato de um ensaio teórico que apresenta o seguinte problema inaugurador: o que se diagnostica na psicanálise lacaniana? A partir dessa interrogação, objetiva-se o estudo do conceito de clínica e de seus componentes estruturais, um aprofundamento na teoria lacaniana e, finalmente, uma discussão sobre estrutura, discurso e sujeito, para, como conclusão, sustentar a tese de que, na psicanálise lacaniana, deve-se realizar um diagnóstico clínico da estrutura discursiva que causa cada particularidade que se constrói na experiência psicanalítica.

Palavras-chave: Psicanálise, Jacques Lacan, Diagnóstico, Estrutura.

Introdução

Este artigo é um ensaio teórico centrado na questão do diagnóstico na psicanálise de Jacques Lacan, cujo problema inaugural pode ser formulado da seguinte maneira: o que se diagnostica na psicanálise lacaniana? Ademais, qual é a relação da diagnóstica, enquanto instrumento clínico, com a ideia de estrutura na

1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Av. Sete de Setembro, n. 3165, Curitiba/PR. E-mail: allan.mohr@gmail.com.

psicanálise de Lacan? Essas questões sustentam o ensaio em tela e nos coagem a discutir alguns temas que entendemos ser importantes elencar de imediato como proposta metodológica do presente estudo, a saber: a questão da clínica e do diagnóstico; a especificidade da leitura lacaniana da psicanálise; e o problema da estrutura em Lacan.

A partir dessas questões, ou adjuntas à sua elaboração, propomos uma tese, uma conjectura que responda ao nosso problema: o que se diagnostica na psicanálise lacaniana é a estrutura discursiva que causa o sujeito em análise. Essa hipótese também pode ser desenvolvida da seguinte maneira: a partir da leitura lacaniana da psicanálise, é possível afirmar que se realiza um diagnóstico clínico da estrutura discursiva que dá origem a cada particularidade construída na experiência psicanalítica.

Clínica

Seria inviável condensar, em uma seção de um ensaio teórico, a construção histórica do conceito de clínica e, portanto, nos contentamos em descrever a clínica como um instrumento de observação e de atuação sobre determinado fenômeno, visando a certa reorganização dessa mesma manifestação. Nesse sentido, Dunker vai dizer que a clínica é uma arte da cura e, por conseguinte, seu praticante, "o clínico é, sobretudo, um leitor de signos que formam o campo de uma semiologia e organizam uma diagnóstica de forma a justificar as escolhas de tratamento (a terapêutica)" (Dunker, 2011, p. 21).

Para além de sua conceituação, importa-nos delinear os componentes que fazem de uma prática uma clínica; em outras palavras, é mister que possamos estudar a estrutura da clínica para

pensar um de seus elementos. Retomemos a citação supra para reconhecer nela um dos quatro componentes de uma clínica. "O clínico é, sobretudo, um leitor dos signos" (Dunker, 2011, p. 20-21). A leitura adequada dos signos, dos sinais, e mesmo dos sintomas que um indivíduo descreve é tarefa primordial, quiçá essencial, do clínico. Nomeada semiologia, essa parte diz respeito ao estudo e ao discurso, porquanto Lógos, acerca de determinados sinais que serão acolhidos pelo clínico, visando a certa ordenação. Nas palavras do autor, a semiologia é a "classificação e organização de signos, índices, sintomas e traços que devem se apresentar como diferenças significativas ao olhar clínico" (2011, p. 403). No entanto, ressaltamos que essa classificação e organização precisam ser amparadas por uma ordem ou lei preestabelecida. Não agrupamos coisas aleatoriamente, embora seja possível; em vez disso, utilizamos uma estrutura prévia para esse agrupamento. Essa classificação, organização, esse agrupamento de sinais precisam ter uma orientação, inclusive para que o clínico saiba o que é um sinal, índice, traço de alguma coisa e o que não o é. Por exemplo, ao chegar à consulta médica, uma mãe relata que seu filho está com coriza, dor de garganta, espirros e o joelho ralado. O pediatra provavelmente agrupará os três primeiros sinais, descartando o joelho ralado, pois ele não se agrupa com os demais sintomas relacionados a problemas respiratórios.

Essa estrutura prévia que nos autoriza o agrupamento de determinados sinais e a exclusão de outros, podemos compreendê-la como a teoria científica, sua epistemologia e filosofia, que sustentam previamente a prática de uma determinada clínica. Com a clínica psicanalítica não é diferente. A depender da leitura epistemológica e científica que fundamenta a psicanálise, haverá consequências na semiologia e na seleção dos signos que utilizaremos para montar a leitura da coisa. A teoria diz o que pode ou não pode

fazer parte do conjunto, do campo da própria teoria. O conceito de psicanálise escolhido pelo clínico faz parte da prática clínica dessa psicanálise específica. Os signos dizem respeito a algo que acontece nesse conjunto, nessa estrutura delimitada por certas leis, e essa construção nos leva a um segundo movimento da clínica: o diagnóstico.

Diagnosticar é a ação propriamente dita da prática clínica; é um ato por meio do qual se nomeia um conjunto de coisas a partir da leitura de determinados traços, signos, sinais ou sintomas, que foram delimitados como possíveis de serem lidos por uma teoria, uma epistemologia específica. Ainda apoiados na leitura de Dunker, compreendemos que o diagnóstico "presume uma organização estável da semiologia, a saber, a nosografia" (Dunker, 2011, p. 407). Para além disso, diagnosticar "implica capacidade de discernimento acerca do valor e da significação que um conjunto de signos possui quando estes aparecem de forma simultânea ou sucessiva na particularidade de um caso" (2011, p. 407).

No entanto, diagnosticar não é apenas nomear um momento, um movimento do caso, mas supõe uma atitude clínica diacrônica no cuidado do caso. Diz Dunker que "o diagnóstico é, sobretudo, uma hipótese operativa, uma regra de ação, logo pode e deve estar sujeita a correção, verificação e reformulação permanentes" (2011, p. 409); por isso, o mais correto seria chamar de hipótese diagnóstica o movimento que se formula após a semiologia. Hipótese justamente porque pode ser repensada ao longo do caso. À vista disso, é importante distinguir duas operações diagnósticas: o diagnóstico diferencial e o diagnóstico evolutivo.

Diagnóstico diferencial significa a construção de uma hipótese que se sustenta principalmente em sua diferença em relação a outras possibilidades, porquanto se nomeia determinado conjunto de sinais de neurose obsessiva porque não o posso nomear

de fobia por não possuir os signos necessários. O diagnóstico evolutivo, por sua vez, é o entendimento desse conjunto de sinais ao longo do tempo de cuidado do caso. À medida que os momentos vão passando, novos signos podem se apresentar ou ser revelados e, justamente por isso, uma nova hipótese pode ser formulada; ou a hipótese inicial pode ser repensada.

O diagnóstico tem por objetivo ser o ponto inicial de um tratamento, uma terapêutica, terceiro elemento da clínica. A terapêutica é a proposta de intervenção no caso diagnosticado e deve visar uma alteração significativa da causa do sofrimento apresentado, a partir dos sinais, sintomas ou traços. Portanto, terapêutica é "todas as estratégias que visam interferir e transformar a rede causal que constitui a etiologia, confirmar a diagnóstica e verificar o valor semiológico dos signos e sintomas" (Dunker, 2011, p. 415). Por fim, temos a etiologia, o estudo ou o discurso sobre as causas.

A etiologia, de fato, só pode vir ao fim, pois, idealmente, só pode ser confirmada após todos os movimentos do caso, tal como o espírito hegeliano. A causa só pode ser afirmada após uma boa semiologia, uma diagnóstica bem feita e uma terapêutica adequada que dirima ou, quiçá, resolva o problema. A terapêutica, por sua vez, será adequada apenas se o diagnóstico for bem estabelecido, com uma leitura apropriada dos sinais. Por isso, a etiologia é a "ambição máxima do trabalho diagnóstico: não apenas descrever e classificar a enfermidade, mas indicar precisamente sua causa" (Dunker, 2011, p. 411).

Eis a estrutura da clínica: um conjunto de elementos — semiologia, diagnóstica, terapêutica e etiologia — que covariam.

Lacan e a questão diagnóstica

Discutimos acima como a semiologia pode ser compreendida como o discurso acerca dos signos, um estudo dos signos apresentados por um determinado caso para a análise e os direcionamentos de um leitor. Melhor ainda, a semiologia diz respeito à leitura que um clínico faz de um conjunto de sinais, signos ou sintomas. Lembremos que a semiologia é a parte do método clínico que visa à "classificação e organização de signos, índices, sintomas e traços que devem se apresentar como diferenças significativas ao olhar clínico" (Dunker, 2011, p. 403). No entanto, cabe ressaltar que tal olhar não é universal, tampouco natural, no sentido de que a leitura do clínico dependerá, sobremaneira e necessariamente, da base epistemológica, filosófica ou teórica que o embasa. A isso, podemos chamar, por ora, de óculos, filtro ou chave de leitura. A depender do filtro utilizado, um determinado grupo de signos poderá compor um diagnóstico, alguns signos não serão considerados e outros terão um peso relativamente aumentado em comparação a outra chave de leitura sendo aplicada. É por isso que Dunker afirma que "o clínico constrói a doença como um quadro" (2011, p. 401). O clínico a constrói a partir da teoria que utiliza. O diagnóstico, o nome dado à doença, é o nome do conjunto de signos lidos e reunidos. No final das contas, da semiologia à diagnóstica, trata-se de uma operação de construção de conjunto, um ajuntamento de letras.

Mais um exemplo: um sonho. A depender da chave de leitura empregada e da epistemologia do leitor, um mesmo sonho pode ser considerado um aviso dos deuses acerca da sorte do sonhante ou a manifestação de um *wunsch* inconsciente. O mesmo signo, o mesmo evento, são interpretados de forma diversa, porquanto a interpretação e o entendimento dos signos dependem do filtro

utilizado em sua leitura. Os índices apresentados serão agrupados num conjunto a partir de determinadas regras e leis, e essas regras são a teoria e a epistemologia que fundamentam o clínico, o leitor do caso.

Com Lacan, temos uma proposta específica de compreensão do que é o homem e, como consequência, um filtro próprio para selecionar os signos que importam para a construção de um diagnóstico. O sujeito lacaniano não é da ordem do organismo ou do desenvolvimento da libido, pelo contrário, "numa psicanálise, com efeito, o sujeito propriamente dito constitui-se por um discurso" (Lacan, 1998a, p. 215). À distinção da leitura do homem como *res extensa* capaz de agência, Lacan sustenta ao longo de toda sua obra um objeto científico desreificado, subvertendo a coisificação, objetificação do ser no/do homem para sustentar que isso com o que se trabalha em psicanálise são pensamentos pensantes (Lacan, 1966), algo que pensa em mim mas que não sou eu; tal qual Nietzsche de *Além do Bem e do Mal* ao dizer que "um pensamento ocorre apenas quando quer e não quando 'eu' quero, de modo que é falsear os fatos dizer que o sujeito 'eu' é determinante na conjugação do verbo 'pensar'. 'Algo' pensa, porém, não é o mesmo que o antigo e ilustre 'eu'" (2001, p. 26) — da mesma maneira como Libera o apresenta a partir da querela escolástica da desreificação da hipóstase (Libera, 2013).

A partir desse ponto fundamental, o psicanalista francês utilizará a analogia do jogo de cartas para pensar a dialética entre os parceiros na análise. Para Lacan, o sujeito é resultado do jogo de cartas entre quatro participantes: o paciente, aquilo que fala nele — isso, se quiserem —, aquele que o escuta — o analista que ocupa um lugar — e a morte ou o morto. "O jogo é o sujeito", diz-nos Lacan (2003a, p. 171). O sujeito lacaniano é o que surge da partida entre esses quatro jogadores; ele em si, o sujeito, não é um participante

do jogo, não existia antes, tampouco sobreviverá depois; ele é o jogo que acontece borromeanamente entre esses quatro participantes. Continua Lacan, na mesma citação, dizendo que o baralhamento das cartas precede o sujeito, que as regras do jogo/sujeito foram elaboradas à exceção dele, que ele pode nem estar presente no baralho, sendo anunciado apenas por seu naipe "e que, seja qual for o jogo que se jogue, sabe-se que nunca se jogará senão no jogo" (2003a, p. 171).

"Nunca se jogará senão no jogo" (Lacan, 2003a, p. 171) quer dizer que o sujeito psicanalítico lacaniano não existe, nunca existe, fora do jogo que é a relação analítica. Ressalte-se que, apesar dos profundos desenvolvimentos em sua teoria, Lacan nunca deixou de sustentar seu sujeito, sua conceituação do sujeito a partir de sua inerência à linguagem. Em 1973, n'*O Aturdito*, ele diz que o sujeito "é efeito de dito" (2003c, p. 473). Mesmo quando concede à topologia o lugar de estrutura, ele não a desvincula da linguagem e ainda confirma: "a estrutura é o esférico encerrado na articulação linguageira, na medida em que nele se apreende um efeito de sujeito" (p. 485).

Portanto, se esse é o sujeito para Lacan, do que se trata ao diagnosticá-lo? Trata-se de signos do próprio jogo em que o sujeito está. Mas lembremos, o jogo só é jogado durante o próprio jogo. Não pode haver sinais do jogo antes de ele iniciar, e tampouco, em seu início, pode haver sinais perfeitos dessa partida. É apenas durante o tempo de jogo que se pode recolher signos dele para o descrever hipoteticamente, e apenas no seu final se pode dizer o que o jogo foi.

Como esse jogo é jogado no campo da linguagem - único universo possível do humano e, por conseguinte, da psicanálise (Lacan, 1998b) -, ele nos é apresentado sob a forma de rede significante, ou cadeia de significantes se preferirmos, e são os signos,

sinais, traços e sintomas dessa organização simbólica - ainda que enodada aos demais registros, imaginário e real - que deve ser lida enquanto semiologia na psicanálise lacaniana. Para Lacan, o sujeito e todos os demais conceitos psicanalíticos devem ser lidos a partir do campo da linguagem, em suas palavras: "essa é a ordem essencial em que se situa a psicanálise, e que daqui para frente chamaremos de ordem simbólica" (Lacan, 2003a, p. 145). Inclusive, e sobremaneira, o sintoma também é dessa ordem. O sintoma é um significante, ou melhor, na análise, o analista eleva o sintoma à dignidade de significante — mesmo que o significante não seja digno de algo, por ser puro e sem significação.

Ao discutir sobre *A coisa freudiana*, Lacan explica que o sintoma não é algo natural, mas possui uma função significante e estar atento a isso é uma exigência metódica, acrescentamos metodológica, por parte do analista (Lacan, 1998c). É o que ratifica, em 1957, em *Psicanálise e seu ensino*, ao dizer que o sintoma "não é uma significação, mas a relação deste com uma estrutura significante que o determina" (1998d, p. 446). Em 1975, em Genebra, o psicanalista questiona: "Como foi esquecido que as "pessoas que chamamos de homens, eventualmente mulheres, vivem na fala'?" (1975, p. 16). A existência do humano se fundamenta no fato de que vivemos na fala, ainda, na conversa, somos frutos de diálogos. Como consequência, o inconsciente e suas formações também são dessa ordem.

Nessa mesma conferência, Lacan cunha o termo *motérialisme* para designar um materialismo da palavra, ou seja, a ideia de que o material criador de todo o universo humano é a palavra, além de nos dizer que os sonhos adquirem valor analítico por serem relatados ao analista e que os atos falhos só adquirem valor porque um sujeito os explica a outro (Lacan, 1975). O campo psicanalítico lacaniano, o universo humano, é um campo de linguagem e, portanto,

são os signos dessa ordem, e de nenhuma outra, que devem ser considerados na semiologia clínica que fundamenta sua diagnóstica.

Diagnóstico estrutural discursivo

Dissemos, na introdução deste ensaio, que a tese que sustentamos aqui era a de que, a partir da leitura lacaniana da psicanálise, é possível dizer que a diagnóstica é uma operação clínica que visa à estrutura discursiva responsável por cada particularidade que se constrói na experiência psicanalítica. E, por isso, é importante ressaltar que estrutura, discurso e sujeito são os conceitos que, no mínimo, precisamos explorar para compreendermos a tese que fundamenta este artigo. Portanto, de imediato, questiona-se: o que é e com que estrutura trabalha Jacques Lacan?

Na aula de 11 de abril de 1956, Lacan define estrutura como "alguma coisa que se apresenta inicialmente como um grupo de elementos formando um conjunto covariante" (Lacan, 1956, p. 147). Define-se, portanto, estrutura como um conjunto, um grupo, uma assemblagem de elementos (Lacan, 1973), e sua característica é que esses elementos são covariantes. Lacan ainda marca que esse conjunto não diz respeito à totalidade, e entendemos que o motivo dessa ressalva diz respeito à imobilidade da plenitude, ou seja, para que os elementos de um conjunto possam covariar, há de se considerar a existência de um espaço, uma falta inerente ao próprio conjunto. Isso é marcado, em Lacan, pela ideia de que o Outro barrado se fundamenta na existência de um significante de falta no Outro, o que implica que todo significante no Outro se relaciona com essa falta; trata-se de uma questão estrutural (Eidelsztein, 2019). O conceito de estrutura, portanto, é esse conjunto que Lacan também descreve como uma linguagem.

Em seu *Discurso de Baltimore*, proferido no *Johns Hopkins Humanities Center*, em 1966, Lacan deixa claro que "'estruturado' e 'como uma linguagem' [...] significam a mesma coisa" (Lacan, 1966, p. 02). Essa equivalência ganha suporte quando ele afirma, no mesmo discurso, que a "linguagem é constituída por um grupo de significantes" (1966, p. 05), o que nos leva a concluir que a linguagem é uma estrutura cujos elementos covariantes são os significantes. Aliás, ao menos quatro, diz-nos o psicanalista, são necessários e suficientes para constituir a estrutura.

A linguagem é essa estrutura com a qual Lacan trabalha e que também denota o campo no qual a psicanálise existe e atua. O campo de linguagem, universo de linguagem, é o único campo onde se inserem o humano, o sujeito e o inconsciente, objetos da ciência psicanalítica (Lacan, 1998b); esse campo, essa estrutura, Lacan também a nomeia como estrutura simbólica (2003a) e grande Outro.

A, na álgebra psicanalítica de Lacan, é a coleção de significantes que constituem a linguagem (Lacan, 1966). É essa estrutura que Lacan dignifica como lugar e função de gênese da subjetividade. Em *Televisão*, de 1973, ele explica que o homem não pensa com seu cérebro, não é autor de seus pensamentos, tampouco pensa com a alma, mas "pensa porque uma estrutura, a da linguagem [...], recorta seu corpo, e nada tem a ver com a anatomia" (2003b, p. 511). A linguagem é a estrutura que gera a subjetividade, o sujeito e, por conseguinte, o adjunto dele: o inconsciente. Mas se a linguagem é a estrutura e ela é simbólica, composta de significantes, o que significa dizer que ela é discursiva?

Em 1953, em "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise", Lacan explica a ideia de que o discurso, ou, como ele chama, discurso concreto, enquanto domínio do método psicanalítico, refere-se ao campo constituído pela realidade transindividual

do sujeito. Ou seja, o discurso seria o lugar onde acontece aquilo que concerne à psicanálise. Podemos ainda dizer que o discurso se circunscreve ao universo do humano, diz respeito ao universo da linguagem, único meio pelo qual o psicanalista pode atuar (Lacan, 1955).

Essa transindividualidade, ressaltamos, corresponde à parceria sujeito-Outro, marcada com A maiúsculo (Mohr, 2022). Pensar o discurso dessa forma, como parte de um campo, um lugar organizado por determinadas leis e fora do qual essas leis não funcionam da mesma forma (Mohr, 2023), possibilita a Lacan afirmar que o inconsciente — um conceito participante desse campo, desse conjunto, se desejarem — é parte desse discurso concreto. Uma parte específica no campo transindividual sujeito-Outro que falta à disposição, falta para o uso do sujeito, com o intuito de completar seu discurso no nível consciente (Lacan, 1955). Por conseguinte, esse inconsciente, essa parte do discurso, se falta ao sujeito, deve estar mais próximo, por assim dizer, do Outro.

Esse campo, o campo psicanalítico, é delimitado pela linguagem e pelo símbolo (Lacan, 1998b) e, se a linguagem é o limite e a estrutura desse campo, o discurso pode ser pensado como uma parte, um conjunto nesse agrupamento. Portanto, discurso pode ser compreendido como um grupo, melhor, como algo que acontece por conta dos movimentos de um conjunto delimitado por quatro elementos. Seja pensado enquanto a - a' - S - A, no esquema L (Lacan, 2010), seja pensado como os quatro jogadores no Bridge (1998e), seja o quarteto analítico - nomeadamente o paciente, aquele que fala nele, o analista que escuta e o morto (2003a) -, entre tantos outros exemplos, a questão é que Lacan por várias vezes delimita esse discurso como resultado de movimentos, ou de um jogo, entre quatro participantes. De toda forma, discurso pode ser entendido assim: um movimento a partir de quatro elementos de uma

estrutura, a da linguagem, cujos elementos, os significantes, podem ser trabalhados pela psicanálise. Se o sujeito é o jogo em si que se constrói na análise, ele se constitui por um discurso (Lacan, 1998a).

Outra maneira de pensarmos a ideia de discurso é recorrer a Michel Foucault, que o conceitua a partir de duas lógicas. Discurso seria tanto aquilo que se diz "no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou" (Foucault, 1996, p. 22), quanto acontecimentos, sempre discursivos, que têm a função de causar novos atos de fala. Nas palavras do filósofo, discurso é "a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos" (1996, p. 49). Discurso, portanto, deve ser pensado em associação à verdade como causa.

Assim também a entende Lacan, como reforça em *A coisa freudiana*: "Eu, a verdade, falo" (Lacan, 1998c, p. 410). A verdade não é falada; ela fala e, por isso, é anterior ao sujeito; esse é falado; algo fala nele. Essa característica do entendimento lacaniano é o que nos permite compreender que o sujeito, essa construção particular, é efeito do discurso e, mais especificamente, do discurso dialético que ocorre na experiência analítica. Ainda melhor, o sujeito é o discurso que tem sua gênese na relação analítica. Como explorado anteriormente, o sujeito é o jogo, resultado das variações dos componentes da estrutura que compõem a experiência analítica; por isso, não é algo da ordem real ou natural; é um conto contado durante a análise.

Considerações Finais

Somos contos que contam contos, disse-nos certa vez Fernando Pessoa na pena de Alberto Caeiro. Esse é o objeto da clínica psicanalítica: uma história, um discurso que é o sujeito, efeito do jogo

analítico jogado por quatro participantes inscritos num campo estrutural, o da linguagem.

Iniciamos este ensaio com a questão "o que se diagnostica em psicanálise lacaniana?" e apresentamos a tese de que o diagnóstico clínico em psicanálise seria da estrutura discursiva que dá origem a cada particularidade construída na experiência psicanalítica. Após o percurso realizado neste trabalho, entendemos que a tese ora em discussão se sustenta.

Estudamos o conceito de clínica e seus componentes estruturais, semiologia, diagnóstico, terapêutica e etiologia, além de termos discutido certas especificidades da teoria lacaniana no que concerne às possibilidades de leitura de caso e, por conseguinte, de formulação diagnóstica. Na sequência, esmiuçamos questões relativas à estrutura e à linguagem, assim como ao conceito de discurso e de sujeito, para conseguirmos afirmar, agora, que, na psicanálise lacaniana, se diagnostica o movimento discursivo que cria, como um epifenômeno, o discurso chamado sujeito.

São os movimentos da estrutura da clínica, as covariações dos elementos de um caso em particular que devem ser compreendidos como a gênese do sujeito, dos sintomas, do inconsciente — eles também, fundamentalmente, são discursos. Nesse sentido, diagnosticar é ler os sinais desse jogo, compreendê-lo, descrevê-lo e utilizar isso para propor uma terapêutica, um caminho para o jogo. Ressaltamos que o jogo que Lacan escolhe como analogia da análise é o Bridge, muitas vezes descrito como o xadrez das cartas, porque seu funcionamento não depende da sorte, mas deve ser compreendido e jogado segundo a lógica. Então, o que se diagnostica na psicanálise lacaniana? Podemos, finalmente, resumir ao jogo que está sendo jogado.

Referências

Dunker, C. I. L. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. Annablume, 2011.

Eidelsztein, A. *Las estructuras clínicas a partir de Lacan, vol. I*. Letras Viva, 2019.

Foucault, M. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, 1996.

Lacan, J. *Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse*, 1955. http://staferla.free.fr.

Lacan, J. *Psychoses 1955-56*. http://staferla.free.fr.

Lacan, J. *Of structure as an inmixing of an Otherness prerequisite to any subject whatever*, 1966. https://ecole-lacanienne.net.

Lacan, J. *Encore 1972-73*. http://staferla.free.fr.

Lacan, J. *Conferencia en Ginebra sobre el síntoma*, 1975. https://www.lacanterafreudiana.com.ar.

Lacan, J. Intervenção sobre a transferência. In. *Escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1951), 1998a.

Lacan, J. (1998b). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In. *Escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1953), 1998b.

Lacan, J. A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise. In. *Escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1955), 1998c.

Lacan, J. A psicanálise e seu ensino. In. *Escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1957), 1998d.

Lacan, J. (1998e). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In. *Escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1961), 1998e.

Lacan, J. Discurso de Roma. In. *Outros escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1953), 2003a.

Lacan, J. Televisão. In. *Outros escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1973), 2003b.

Lacan, J. O aturdido. In. *Outros escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1973), 2003c.

Lacan, J. *Seminário, livro 2*: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Zahar, 2010.

Libera, A. de. *Arqueologia do sujeito*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013.

Mohr, A. M. Lacan com Hegel: um ensaio sobre ética. *Ethic@*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 445-466, 2002, DOI: https://doi.org/10.5007/1677-2954.2022.e84005

Mohr, A. M. Considerações sobre a antifilosofia de Jacques Lacan. *Associação Psicanalítica de Curitiba em revista*, Curitiba, n. 38, p. 93-120, 2023.

Nietzsche, F. W. *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Curitiba: Hemus, 2001.

O Feminino, um estrangeiro?[1]

Luzia Carmem de Oliveira[2]

Resumo: O presente ensaio propõe uma reflexão sobre o feminino a partir do significante *estrangeiro*, tendo como fio condutor o texto *Das Unheimliche* (1919), de Sigmund Freud. Ao percorrer as diferentes traduções do termo alemão para o português, argumenta-se que toda tradução conserva um resto irredutível ao sentido, assim como o feminino não se deixa apreender integralmente pela ordem significante. É precisamente esse resto que o mantém como alteridade, permitindo aproximar a experiência da estrangeiridade do feminino. A partir de um percurso que articula o estrangeiro, o inconsciente e a teoria lacaniana da sexuação, o ensaio sustenta que o feminino comparece ao sujeito como uma experiência de estrangeiridade, na medida em que resiste à apreensão totalizante da lógica fálica.

Palavras-chave: Feminino. Estrangeiro. Unheimliche. Psicanálise.

A ideia que conduz essa escrita nasceu de um encontro. Não se trata de um recurso meramente narrativo, mas do reconhecimento de que certos conceitos, sobretudo aqueles que dizem respeito ao feminino, não se deixam apreender senão a partir da experiência que os convoca, ou seja, o encontro com o outro possibilita acessar a diferença. O feminino, embora frequentemente associado à mulher, distingue-se dela: designa uma posição subjetiva que

1 Este ensaio é uma ampliação do trabalho apresentado na Associação Psicanalítica de Curitiba, nas Jornadas de encerramento de 2025, sob o título *"Feminino: o estranho-estrangeiro em nós"*.

2 Psicanalista, psicóloga, membro da Associação Psicanalítica de Curitiba. Doutora pela PUC-SP, mestre em psicologia clínica pela UFPR e especialista em saúde mental pela PUCPR. Atendimento a adultos, adolescentes e casais. Formação continuada da psicanálise.

introduz enigma, sustenta alteridade e resiste à significação plena; talvez somente um encontro pudesse inaugurar uma reflexão a seu respeito. O encontro, nesse sentido, além de constituir o ponto de partida desta elaboração, participa da lógica do feminino enquanto acontecimento que desloca o saber e produz novas associações.

Durante o período de doutorado-sanduíche em Paris, no qual desenvolvia parte da pesquisa[3] dedicada à subjetivação do feminino na contemporaneidade a partir dos discursos feministas, participei do Colóquio de Convergência[4], realizado naquela cidade. Foi nesse contexto que reencontrei um psicanalista argentino que conhecera anteriormente no Lacano, realizado em Recife, em 2022. Em meio à conversa, perguntou-me qual era o objetivo de minha permanência em Paris. Respondi que pesquisava o feminino. Sua reação foi imediata e, em tom bem-humorado, comentou: "Ah... o estrangeiro!"

Essa observação, aparentemente despretensiosa, produziu em mim um efeito cuja extensão somente pude reconhecer posteriormente. Fui tomada por um certo atordoamento, como se aquele significante — *estrangeiro* — tivesse incidido sobre uma cadeia ainda não formulada. Havia a impressão de que uma palavra, inesperadamente introduzida, reorganizaria, em retrospectiva, diversos elementos que até então permaneciam dispersos. A posteriori, essa elaboração começou a adquirir contornos mais precisos. A primeira associação dirigiu-se à minha própria condição de estrangeira em

3 Pesquisa de doutorado, *Gramáticas do feminino: uma leitura psicanalítica da subjetivação na contemporaneidade a partir do feminismo,* realizada na PUC-SP, sob orientação do Prof. Renato Mezan, com apoio do CNPq.

4 A Convergência constitui-se como um movimento que reúne diversas associações da psicanálise lacaniana em torno da psicanálise freudiana, para sustentar uma posição reflexiva acerca da vigência das normas e produções da psicanálise contemporânea. Anualmente são realizados encontros entre as instituições para interlocução. (Informações recolhidas dos sites: convergênciafreudlacan.org e appoa.org.br).

Paris, pois passados alguns meses de permanência na cidade, eu já não experimentava o mesmo estranhamento dos primeiros dias. A língua, os costumes e os ritmos cotidianos haviam se tornado mais familiares. Foi justamente a tensão entre familiaridade e estrangeiridade que passou a orientar minhas reflexões.

Seria a familiarização com um lugar, uma língua ou uma cultura suficiente para fazer desaparecer a condição de estrangeiro? Ou a estrangeiridade designaria uma experiência que ultrapassa a adaptação objetiva a determinado contexto, permanecendo como uma marca que não se dissolve inteiramente? Essas questões deslocaram meu interesse da experiência da migração para a natureza psíquica dessa experiência. Se é possível sentir-se estrangeiro mesmo em um lugar já conhecido, talvez a estrangeiridade não dependa exclusivamente da distância geográfica ou cultural. Talvez ela remeta a uma modalidade de relação com aquilo que permanece parcialmente irredutível ao reconhecimento, ainda que progressivamente integrado à experiência. Foi nesse ponto que o comentário aparentemente casual do colega argentino deixou de ser uma simples brincadeira e passou a ter o estatuto de uma verdadeira hipótese de trabalho: seria possível pensar o feminino a partir do estrangeiro?

A hipótese que começava a se delinear conduziu-me imediatamente ao lindíssimo texto freudiano de 1919, *Das Unheimliche*, e aos impasses que cercam sua tradução. Nele, Freud se dedica a pensar aquilo que o inquieta e, nas páginas iniciais, reconhece tais impasses. A questão da tradução deixa de ser um problema secundário para tornar-se parte constitutiva do conceito: aquilo que o termo procura designar resiste à equivalência plena entre as línguas e dentro da própria língua.

Essa dificuldade reaparece nas diferentes traduções brasileiras da obra. A edição da Imago opta por *O estranho*; a Companhia

das Letras traduz o texto como *O inquietante*; a Editora Autêntica prefere *O infamiliar*. Cada uma dessas escolhas procura privilegiar um aspecto do conceito freudiano, reconhecendo, entretanto, que nenhuma palavra portuguesa consegue abarcar integralmente a riqueza semântica condensada no termo alemão. Em outras palavras, a própria tradução testemunha um resíduo intraduzível.

Essa constatação ganha destaque. Traduzir não consiste simplesmente em substituir uma palavra por outra, mas em deslocar um campo de significações entre universos linguísticos e culturas distintas. Toda tradução implica perdas, acréscimos e deslocamentos de sentido. Na passagem de uma língua para outra há sempre algo que resiste, como se uma parcela da experiência permanecesse estrangeira à própria linguagem que busca circundá-la.

Foi justamente essa impossibilidade de equivalência perfeita que reativou a frase ouvida em Paris. Se nenhuma tradução brasileira emprega o termo *estrangeiro* para transpor *"Das Unheimliche", por que essa palavra produziu tanto* efeito ao ser associada ao feminino? A questão não consiste em propor uma nova tradução de Freud. Tampouco se trata de afirmar que *Unheimliche* signifique *'estrangeiro'*. O interesse desloca-se para outro plano: perguntar se a figura do estrangeiro pode lançar luz sobre certos aspectos do conceito freudiano que as traduções disponíveis, embora precisas, não deixam imediatamente entrever, bem como sobre sua relação com o feminino.

Ao percorrer alguns significados registrados no dicionário Aurélio (1999), observa-se, inicialmente, que *estranho* designa aquilo que foge ao comum: o incomum, o desconhecido, o enigmático. Em algumas acepções, o termo refere-se igualmente àquele que pertence a outro país ou outra cultura, aproximando, ainda que parcialmente, os campos semânticos do estranho e do estrangeiro.

Inquietante, por sua vez, desloca a ênfase para os efeitos subjetivos produzidos pelo encontro com aquilo que perturba, desestabiliza ou rompe uma condição anterior de tranquilidade. Já *infamiliar*, embora inexistente na língua portuguesa, procura preservar a estrutura do vocábulo alemão. O prefixo *in-* permite ao leitor perceber que não se trata simplesmente da negação do familiar, mas de algo que emerge do próprio interior do que parecia conhecido. A estranheza não vem necessariamente de fora; ela pode surgir precisamente no coração do familiar.

Por fim, *estrangeiro* designa aquele que provém de outro país, de outra língua ou de outra cultura; alguém que permanece externo a determinado grupo, comunidade ou território. Entretanto, o próprio dicionário faz convergir novamente os sentidos ao utilizar, entre suas definições, o termo *"estranho"*. Assim, o percurso das definições não estabelece fronteiras rígidas entre esses termos, mas revela zonas de contato em que seus significados se sobrepõem parcialmente, sem coincidir inteiramente.

Esse movimento parece reproduzir, em pequena escala, o próprio problema colocado por Freud. As palavras aproximam-se umas das outras, tocam-se, afastam-se e voltam a se cruzar, sem que qualquer delas consiga esgotar completamente a experiência que procura nomear. Nesse intervalo entre os significantes — nesse espaço em que nenhuma palavra basta — é possível começar a pensar a figura do estrangeiro. Se a palavra *estrangeiro* não traduz *Das Unheimliche*, ela tampouco me parece completamente exterior ao campo de questões aberto por Freud. O interesse em aproximá-las não reside na busca por uma equivalência terminológica, mas na possibilidade de que uma ilumine certos aspectos da outra. Afinal, há experiências que parecem resistir tanto à tradução quanto à própria nomeação. Essa resistência foi o que, para mim, aproximou o estrangeiro do feminino.

À primeira vista, o estrangeiro parece designar apenas aquele que vem de outro lugar, fala outra língua ou pertence a outra cultura. Trata-se de uma condição objetiva, delimitada por fronteiras geográficas ou políticas. No entanto, a experiência mostra que essa definição é insuficiente. Aprender uma nova língua, assimilar costumes ou construir uma vida em outro país não faz necessariamente desaparecer o sentimento de estrangeiridade. Da mesma forma, é possível sentir-se imediatamente acolhido em um lugar desconhecido, sem que a diferença cultural deixe de existir. A estrangeiridade, portanto, não coincide inteiramente com a condição jurídica ou social de ser estrangeiro; há um além.

Foi essa distinção que me levou a refletir sobre a própria experiência vivida em Paris. Nos primeiros meses, tudo parecia exigir um esforço constante e, com o passar do tempo, esse esforço tornou-se menos intenso. Contudo, em nenhum momento deixei de saber que era estrangeira. A familiaridade conquistada não eliminava a diferença; apenas modificava minha relação com ela. Essa constatação fez com que a oposição entre familiar e estrangeiro começasse a perder sua evidência e tomasse mais contornos de *Infamiliar*, não se tratando de termos excludentes, mas de experiências que podem coexistir. Pode-se habitar um lugar familiar permanecendo estrangeiro a ele; do mesmo modo, algo profundamente íntimo pode apresentar-se como estranho. Essa ambiguidade aproxima-se da análise de Freud sobre os termos heimlich e unheimlich, cuja aparente oposição acaba por revelar uma surpreendente convergência.

Ao examinar os diferentes usos do vocábulo *heimlich*, Freud mostra que ele não designa apenas o que é doméstico, conhecido ou familiar. Em determinados contextos, o termo também remete ao que é oculto, secreto, mantido fora da vista. Levado ao limite, *heimlich* acaba por aproximar-se de seu próprio oposto, *unheimlich*.

Daí a célebre formulação segundo a qual o inquietante corresponde àquela espécie de experiência que remete ao que sempre foi familiar, mas retorna sob uma forma estranha.

Essa elaboração produz um deslocamento decisivo. O inquietante deixa de ser pensado como algo que simplesmente vem de fora. O que inquieta é, antes, aquilo que retorna. Não se trata de uma alteridade absolutamente exterior, mas de algo que, tendo pertencido ao sujeito, reaparece desfigurado, irreconhecível, provocando a impressão de estranheza. A experiência do *Unheimliche* não introduz um exterior absoluto; ela revela a existência de um exterior inscrito no próprio interior da vida psíquica.

Nesse ponto, o estrangeiro deixa de ser apenas uma condição sociológica para tornar-se uma figura da experiência subjetiva. Há um estrangeiro que vem de fora e atravessa fronteiras; mas há também um estrangeiro que habita o próprio sujeito, um ponto de alteridade que jamais se deixa completamente domesticar. Não é por acaso que certas situações despertam uma sensação difícil de nomear: algo parece, ao mesmo tempo, conhecido e desconhecido, íntimo e distante, próprio e alheio. O que nelas comparece não é simplesmente o desconhecido, mas o retorno de algo cuja familiaridade se perdeu.

Como a experiência da estrangeiridade não se reduz às fronteiras entre países, é possível pensá-la a partir de outra fronteira: a que marca a própria constituição do sujeito. A psicanálise introduz, nesse ponto, uma ruptura decisiva com qualquer concepção do sujeito como origem de si mesmo. O sujeito não nasce de uma interioridade autônoma nem de uma consciência que, progressivamente, toma posse de si. Ao contrário, ele advém de uma anterioridade que o precede e o excede: a linguagem. Os momentos estruturais da constituição subjetiva supõem um processo de humanização que se realiza pela inserção do infans na linguagem.

Antes que o sujeito possa advir como efeito do significante, há um corpo vivo que precisa ser investido pelo desejo, pelo olhar, pela voz, pelas antecipações do adulto, produzindo-lhe inscrições.

Essa anterioridade da linguagem constitui uma formulação primordial da leitura lacaniana de Freud. Quando Lacan (1955-56, p. 132) afirma que "o inconsciente é o discurso do Outro", não pretende apenas indicar que o indivíduo depende da linguagem para se comunicar. A afirmação é mais radical: aquilo que se chama de inconsciente constitui-se precisamente a partir dos significantes provenientes do Outro e faz-se presente em uma relação específica, o que faz o sujeito emergir. O sujeito nasce imerso em uma linguagem que lhe é anterior e cujas regras não escolheu. É nesse sentido que o inconsciente não representa um espaço interior, fechado sobre si mesmo, mas sim uma dimensão que testemunha a incidência da alteridade sobre a própria constituição psíquica.

Tal formulação permite lançar nova luz sobre a figura do estrangeiro. Se as primeiras inscrições que constituem o sujeito vêm sempre do Outro, elas possuem, inevitavelmente, o estatuto de alteridade. A estrangeiridade inicial chega de fora e torna-se constitutiva do sujeito sem jamais perder inteiramente sua dimensão de alteridade. As primeiras palavras dirigidas ao infans acabam por constituir seu modo de falar; os significantes recebidos do Outro tornam-se os significantes por meio dos quais ele se reconhece e se apresenta ao mundo. Contudo, essa apropriação nunca é completa. Permanece sempre um resto, uma opacidade, um ponto que resiste à assimilação plena, uma articulação singular e a possibilidade de novos significantes.

Talvez seja possível dizer que toda subjetivação implica uma espécie de naturalização do estrangeiro. Aquilo que inicialmente era radicalmente exterior torna-se íntimo, sem que sua origem alteritária desapareça. A linguagem é o exemplo mais evidente desse

paradoxo. Falamos como se a língua fosse nossa; entretanto, ela nos precede, nos atravessa e continuará existindo depois de nós, como destaca Lacan (1957). Habitamos uma língua que jamais nos pertence inteiramente e que é compartilhada.

Essa condição se aproxima da experiência descrita anteriormente sobre a vida em outro país. Aprender uma língua estrangeira e torná-la própria significa passar a habitá-la, aceitando que sempre haverá algo que escapa ao domínio completo. O mesmo pode ser considerado no que diz respeito à língua materna. Ainda que nela nos reconheçamos, jamais coincidimos integralmente com o que dizemos. Há sempre um excedente entre a fala e aquilo que pretendíamos enunciar, um deslizamento de sentido que revela a presença de outra cena.

Tal proposição aproxima-se da afirmação de Lacan: "o inconsciente é estruturado como uma linguagem" (Lacan, 1957). Ela não significa apenas que o inconsciente utiliza palavras ou se manifesta por meio da fala. Significa, sobretudo, que ele opera segundo uma lógica significante. Metáfora, metonímia, deslocamento, condensação e repetição não constituem recursos expressivos; são o próprio modo de funcionamento do inconsciente. Os significantes são compartilhados, a língua pertence ao campo do Outro e é comum a todos aqueles que dela participam. Entretanto, a fala nunca coincide plenamente com esse patrimônio coletivo. Cada sujeito articula a língua de maneira singular, produzindo efeitos de sentido que escapam tanto à intenção consciente quanto às possibilidades de controle do eu.

Nesse intervalo entre a língua e a fala, a escuta analítica encontra seu campo de atuação. O analista não escuta apenas o que o sujeito pretende comunicar. Escuta também os tropeços da linguagem, as repetições inesperadas, os deslocamentos, as ambiguidades e os equívocos que fazem surgir outra lógica, distinta daquela

sustentada pela consciência. A experiência analítica mostra que uma mesma palavra pode ocupar posições diferentes na cadeia significante e produzir efeitos distintos, dependendo da posição que nela assume, uma vez que S1 e S2 não ocupam o mesmo lugar nela.

Considero que foi exatamente isso que ocorreu quando ouvi a frase: "o feminino é o estrangeiro". Naquele momento, o significante *estrangeiro* não possuía um único sentido. Ele remetia, simultaneamente, à minha condição objetiva de estrangeira, à experiência subjetiva da estrangeiridade e, sem que eu pudesse ainda reconhecê-lo, colocava em circulação uma série de associações que somente mais tarde se tornariam inteligíveis. A linearidade da narrativa que apresento neste ensaio não corresponde, evidentemente, ao modo como essas associações se produziram. Ao contrário, elas surgiram de forma descontínua, por meio de aproximações sucessivas, retornos e deslocamentos. A escrita organiza, retrospectivamente, um percurso que, na experiência, foi marcado pela contingência.

Essa observação diz respeito ao próprio modo de operar do inconsciente. O pensamento consciente busca ordenar, estabelecer nexos causais e conferir continuidade aos acontecimentos. A associação inconsciente, porém, não obedece necessariamente a essa lógica. Um significante pode permanecer aparentemente isolado por um longo tempo até que outro venha, retroativamente, reorganizar toda a cadeia. Nesse aspecto, a própria escrita deste ensaio reproduz, em certa medida, o percurso que procura descrever. O comentário ouvido em Paris não continha, por si só, a hipótese aqui desenvolvida. Foi preciso que essa palavra permanecesse trabalhando silenciosamente, produzindo novas associações, até que pudesse adquirir estatuto de questão. Não se trata, portanto, de uma dedução lógica, mas de uma elaboração cuja temporalidade acompanha a própria lógica do inconsciente.

Para a psicanálise, o inconsciente não fala uma língua diferente da língua comum. Ele serve-se das mesmas palavras, das mesmas construções gramaticais, dos mesmos significantes. No entanto, faz com que esses significantes digam mais — ou digam outra coisa — do que o sujeito acreditava estar dizendo, um mecanismo vinculado à escuta do analista. A alteridade comparece, assim, não apenas na origem da linguagem, mas também no próprio funcionamento da fala. Sob essa perspectiva, compreendemos que o indivíduo se descobre sujeito por meio de seus lapsos, sonhos, atos falhos e associações, permanecendo em si mesmo algo que lhe é parcialmente estrangeiro. A língua que parecia inteiramente familiar revela, de repente, uma região enigmática. Experiência essa que Freud procurava circunscrever ao investigar o *Unheimliche*: não o encontro com um exterior absoluto, mas a irrupção, no mais íntimo, de uma alteridade que nunca deixou de habitá-lo.

A experiência da estrangeiridade permite distinguir duas dimensões que nem sempre coincidem: aquela em que alguém se reconhece como estrangeiro e aquela em que é designado como tal pelo Outro. Entre ambas não há correspondência necessária. Na experiência de Clarice Lispector, essa distinção torna-se particularmente evidente. Embora reconhecida como uma das maiores escritoras brasileiras, basta lembrar que nasceu na Ucrânia para que sua brasilidade seja, por vezes, posta em questão. A própria Clarice reiterava sua profunda identificação com o Brasil, insistência que talvez respondesse justamente ao fato de sua pertença continuar a ser questionada. Sua condição de estrangeira não decorria apenas de sua experiência subjetiva, mas também de uma designação que lhe era atribuída.

Esse exemplo permite compreender que a condição de estrangeiro não se reduz a uma realidade objetiva nem tampouco a um sentimento íntimo. Ela depende, por um lado, de um ato de

nomeação, por outro, do que escapa à nomeação. Antes que alguém possa reconhecer-se como pertencente a uma língua, a uma cultura ou a um país, já foi inscrito nessas categorias pelo Outro. A nacionalidade é atribuída ao nascimento, muito antes do sujeito poder experimentar qualquer sentimento de pertença. Apenas posteriormente cada um poderá apropriar-se — ou não — dessa designação, produzindo uma relação singular com ela. Entre a nomeação recebida e a posição subjetiva que dela decorre, abre-se um espaço que jamais é completamente preenchido ou inteiramente falado, tal como ocorre com o feminino.

É nessa direção que Caterina Koltai (2000, p. 17) observa que o estrangeiro pode assumir figuras bastante distintas: "O estrangeiro fascina, atrai, repele...Estrangeiro pode ser tanto o Outro inimigo — que pode ser imigrante, árabe, nordestino, negro ou judeu, dependendo da cultura e da época — quanto aquele que fascina por ter sobrevivido à separação." Em todos esses casos, o estrangeiro comparece como uma figura da alteridade, isto é, como alguém sobre quem recai uma nomeação que o situa fora de um pertencimento supostamente comum, tentativa de recobrir com um nome uma experiência que, em parte, é apreendida, mas que possui uma dimensão que não o é.

Se o percurso deste ensaio começou com uma palavra pronunciada por um colega — "o estrangeiro" —, ela já continha, condensada, essa duplicidade. De um lado, remetia à minha condição de estrangeira em Paris; de outro, colocava em movimento uma cadeia associativa que apontava para uma estrangeiridade de outra ordem: aquela que diz respeito ao modo como cada sujeito é constituído por uma alteridade que jamais consegue integrar por completo.

No entanto, como compreender sua relação com o feminino? O inconsciente e o feminino não pertencem ao mesmo registro, ainda que se cruzem. O inconsciente constitui uma dimensão

estrutural da experiência humana; não há sujeito falante que dele possa escapar. O feminino, por sua vez, não designa um segundo inconsciente, nem um território obscuro da psique. Trata-se de uma posição lógica diante da sexuação, cuja especificidade só se torna plenamente formulável na última elaboração de Lacan, ainda que haja um percurso desde Freud.

Deste modo, a aproximação entre o estrangeiro e o feminino não pode apoiar-se apenas na existência de uma alteridade constitutiva do sujeito. Se assim fosse, bastaria dizer que o feminino coincide com o inconsciente, o que eliminaria a especificidade da questão. Embora o inconsciente introduza a experiência de uma alteridade interna, o feminino nomeia uma modalidade particular dessa alteridade, que não se reduz inteiramente à ordem significante. É esse deslocamento que permitirá compreender por que Lacan situará o feminino não simplesmente do lado do inconsciente, mas do lado do não-todo.

A lógica do inconsciente permite reconhecer que o sujeito não coincide consigo mesmo, e o feminino introduz um deslocamento adicional, apresentando um ponto que resiste à própria apreensão fálica e se relaciona com o corpo. Nesse sentido, a estrangeiridade nomeia aquilo que, mesmo inscrito na experiência, conserva um resto irredutível à significação. Por isso, talvez, a figura do estrangeiro se mostrou fecunda para pensar o feminino: não como identidade entre dois conceitos, mas como uma forma de abordar aquilo que, no feminino, permanece não inteiramente assimilável ao saber.

O estrangeiro, portanto, não define o feminino, mas permite que um de seus modos de comparecimento figure. Assim como o estrangeiro pode tornar-se familiar sem jamais deixar de portar uma diferença, o feminino participa da experiência subjetiva como aquilo que, embora inscrito na linguagem e atravessado pela

função fálica, conserva um resto que escapa à apreensão totalizante do saber. É nesse sentido que a estrangeiridade permite pensar o feminino: como figura de uma alteridade irredutível.

Para abordar o feminino, retomo Freud, que encerra seu percurso sobre a sexualidade reconhecendo um enigma, condensado na célebre pergunta: "O que quer uma mulher?". Tal questão não denota uma simples confissão de ignorância; ela assinala os limites alcançados por sua elaboração teórica no que diz respeito à sexualidade feminina. Ao longo de seus escritos, Freud abandona progressivamente a ideia de um desenvolvimento paralelo entre a masculinidade e a femininidade. No texto *Sobre a sexualidade feminina* (1931), evidencia-se que o complexo de Édipo não conduz simetricamente à constituição das duas posições, sendo a castração a responsável por essa distinção. Tal assimetria reaparece em *Análise terminável e interminável* (1937), quando Freud afirma que a rejeição à feminilidade constitui um obstáculo presente em ambos os sexos. Nas mulheres, ela se manifesta sob a forma do *Penisneid*; nos homens, pela recusa da posição passiva. É nesse contexto que se introduz a noção de "rocha básica", reconhecendo um limite à análise e sugerindo que a rejeição da feminilidade integra o núcleo mais resistente da vida psíquica.

Importa observar que, ao referir-se ao protesto masculino ou à rejeição da feminilidade, Freud não trata da feminilidade enquanto construção social ou identificação de gênero, mas sim da incidência da castração. Se, para o menino, a angústia de castração organiza a saída do Édipo, para a menina, a feminilidade encontra sua resolução, segundo Freud, na maternidade, momento em que o filho passa a ocupar o lugar do falo. Leio que é precisamente aí que o enigma se recoloca: se a maternidade constitui o destino privilegiado da feminilidade, seria possível fazer coincidir mulher e mãe?

Encontrar o falo por meio do filho responderia, afinal, à pergunta sobre o que é uma mulher?

A releitura lacaniana desloca essa problemática. A questão já não é "o que quer uma mulher?", mas "o que é uma mulher?", ou seja, pensar a posição feminina para além de qualquer identidade positiva. Esse deslocamento torna possível distinguir a pessoa das posições simbólicas que ocupa. A mesma pessoa pode ser mãe, mulher, profissional ou filha; entretanto, esses papéis não se confundem na cadeia significante. Os significantes «mãe» e «mulher» podem incidir sobre o mesmo sujeito, mas não ocupam simultaneamente a mesma posição na cadeia. Tal distinção impede reduzir uma mulher à maternidade ou fazer da maternidade o significante capaz de esgotar o feminino.

Ao distinguir falo e pênis, Lacan (1957-58) não propõe duas versões distintas do complexo de Édipo, mas sim duas posições lógicas em relação à função fálica. Do lado masculino, o sujeito situa-se na lógica do semblante de ter o falo; do lado feminino, na do ser o falo para o desejo do Outro. Em ambos os casos, a descoberta da castração materna constitui um momento decisivo, pois evidencia que a mãe tampouco encarna a completude imaginária inicialmente suposta pela criança.

Tal perspectiva permite formular uma consequência importante. A criança não encontra imediatamente "a mulher" na figura materna. O que se encontra é, antes, a mãe enquanto função estruturante, o lugar do Outro primordial. Somente a incidência da castração simbólica — pela inscrição do Nome-do-Pai — introduz uma separação entre esses lugares, permitindo que a mãe deixe de ocupar uma posição absoluta e que o feminino possa surgir para além da função materna. Ainda assim, essa separação jamais é completa. Permanece um resto que escapa à simbolização, um ponto em que "mãe" não esgota "mulher" (vice-versa) e em que o

feminino não possui um significante que o capture. É nesse limite do simbólico que a figura da estrangeiridade reencontra nosso percurso.

Essa elaboração atinge sua formulação mais radical no Seminário 20. Ao desenvolver as fórmulas da sexuação, Lacan (1972-73) afirma que, do lado masculino, todos se inscrevem sob a função fálica, à exceção mítica do pai da horda. Do lado feminino, ao contrário, a inscrição na função fálica é *não-toda*: há um gozo suplementar que não se deixa inteiramente regular pela lógica fálica. É justamente esse excedente que permite aproximar o feminino da estrangeiridade, pois ambos – feminino e estrangeiro – remetem a um ponto que, embora participe da experiência subjetiva, permanece irredutível à apreensão totalizante do saber. O feminino comparece, assim, como uma modalidade singular de relação com a castração, com o gozo e com aquilo que insiste como alteridade.

A palavra "estrangeiro" me permitiu essa elaboração. Embora pertença ao vocabulário comum, seu efeito excedeu o significado corrente. A partir dela organizou-se uma cadeia associativa que passou pela tradução de *Das Unheimliche*, pela experiência da estrangeiridade, pela constituição do sujeito e pela alteridade. A escrita deste ensaio procura reconstruir esse percurso, buscando tornar visível o trabalho de um significante que continuou produzindo efeitos muito além do momento em que foi pronunciado.

No entanto, se o inconsciente é estruturado como uma linguagem, em parte é passível de inscrição no simbólico, mas algo escapa. Mesmo aquilo que escapa ao sujeito pode retornar, inclusive sob a forma de significantes, por meio de deslocamentos e condensações, possibilitando interpretações, ou pode retornar no mecanismo mesmo, ou seja, no real. O feminino não designa um segundo inconsciente, nem um grau mais intenso de alteridade. Ele

aponta para um limite da própria simbolização. Se o inconsciente testemunha que o sujeito não coincide consigo mesmo, o feminino indicará que há um ponto que não se deixa totalizar nem mesmo pela lógica fálica que organiza o campo do significante. É por isso que a estrangeiridade, além de encontrar fundamento na teoria do inconsciente, avança também para a elaboração lacaniana da sexuação e distingue a posição do sujeito que não possui sexo.

A figura do estrangeiro permite pensar a alteridade que não se reduz nem ao exterior nem ao desconhecido. Ao acompanhar os efeitos desse significante — da tradução de Freud à teoria lacaniana da sexuação —, o ensaio propõe que a estrangeiridade constitui uma via fecunda para abordar o feminino, na medida em que ambos remetem a um além que resiste à apreensão totalizante do saber e da lógica fálica.

Finalizo trazendo a literatura, que alcança esse ponto com maior precisão do que a própria teoria. Enquanto os conceitos procuram circunscrever essa experiência, a narrativa permite ao leitor habitá-la. É sob essa perspetiva que aproximo o romance *A Vegetariana*, de Han Kang, do feminino; ele torna sensível uma experiência de alteridade que resiste às tentativas de tradução e de captura pelo sentido. Na segunda parte de *A Vegetariana*, Yeong-hye aceita que o cunhado pinte flores sobre seu corpo. A cena desperta nele um fascínio que as palavras tentam apreender, sem jamais esgotá-lo. Diante daquele corpo, não se trata apenas do desejo sexual, mas da irrupção de algo que lhe escapa e torna insuficientes as categorias pelas quais busca compreendê-lo.

Essa insuficiência torna-se ainda mais evidente quando, após a performance, Yeong-hye afirma: "Estou toda molhada." O cunhado interpreta imediatamente sua fala como um desejo sexual. Ao perguntar se ela desejava o rapaz que acabara de sair, recebe uma resposta que rompe essa expectativa: "Não é isso. É por

causa das flores." O que comparece nessa cena não é um sentido oculto à espera de ser decifrado, mas uma experiência que resiste à tradução. O cunhado procura reduzi-la a um significado conhecido; Yeong-hye responde a partir de um lugar que permanece estrangeiro ao Outro.

Referências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Freud, S. *O infamiliar* (E. Chaves & R. Freitas, Trads.). In G. Iannini & P. H. Tavares (Orgs.), *O infamiliar e outros escritos* (1919) (pp. 29–126). Autêntica, 2019.

Freud, S. *O inquietante*. In *Obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 14, *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos"), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*, pp. 328–376). Companhia das Letras, 2010.

Freud, S. *O estranho*. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 17, pp. 235–273). Imago. (Obra original publicada em 1919), 1996.

FREUD, Sigmund. Sobre a sexualidade feminina (1931). In: FREUD, Sigmund. *Obras completas, v. 18*: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 371-398.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável (1937). In: FREUD, Sigmund. *Obras completas, v. 20*: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-536.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 3*: as psicoses (1955-1956). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Aluísio Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5:* as formações do inconsciente (1957-1958*)*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 20*: mais, ainda (1972-1973). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KANG, Han. *A vegetariana*. Tradução de Jae Hyung Woo. São Paulo: Todavia, 2018.

KOLTAI, Caterina. *Psicanálise e política: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.

Autismo, em campo de disputas, há espaço para a escuta do sujeito?

Marcia Wisniewski Schaly[1]

Resumo

A presente reflexão, a partir da clínica com crianças autistas, buscamos pensar como o autismo foi se tornando campo de disputas entre Educação, ciência e políticas públicas, busca analisar a expansão do chamado "mercado do autismo" no Brasil. Discutimos como os diagnósticos, terapias e políticas inclusivas vêm sendo atravessados pela lógica do capital, transformando o sujeito autista em objeto de gestão, consumo e normatização, ao mesmo tempo em que amplia o sofrimento dos pais. A partir de autores como Marie-Claude Thomas, Alicia Broderick, Marie-Christine Laznik e Maria Cristina Kupfer, o texto sustenta uma crítica à padronização diagnóstica e comportamental, na qual argumentamos a importância da escuta do sujeito. Ressaltamos os efeitos éticos, sociais e educacionais da mercantilização do autismo, enfatizando a necessidade de práticas clínicas e pedagógicas comprometidas com a subjetividade, o laço social e o desejo.

Palavras-chave: Autismo. Psicanálise. Educação. Políticas Públicas. Capitalismo.

1 Marcia Wisniewski Schaly: Psicanalista e Psicóloga, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná; Doutoranda em Educação (UTP-PR); Mestra em Educação (UTP-PR); Especialista em Psicopatologia da Infância e Adolescência (Sociesc); Especialista em Psicologia Clínica e Hospitalar (CRP); Especialista em Magistério pela Faculdade de Ciências Humanas e sociais de Curitiba; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Epistemologia e Educação (UTP-PR/CNPq); Membro Participante Associado do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (UFRGS); Psicanalista membro da Associação Psicanalítica de Curitiba. Experiência de 17 anos de trabalho no Hospital Psiquiátrico Pinel. Membro fundadora do Instituto Dominique. Atua na clínica psicanalítica e em atividades de docência e pesquisa. Contato: marciasws@gmail.com

Na escuta de pais de crianças com autismo, no consultório, tem sido frequente falas que revelam angústia em longas caminhadas desses pais com seus filhos, de profissionais em profissionais da saúde (pediatra, neurologista, psicólogos) e de clínicas em clínicas para fazer avaliações que resultam em vários protocolos dizendo aos pais o que eles devem fazer com seus filhos.

Uma mãe diz: "Faz 6 anos que meu filho está na terapia ABA, com o mesmo protocolo e não vemos a Bianca (nome fictício) melhorar, parece até que piorou porque está mais agressiva, impaciente". Fiquei pensando se esta criança de 8 anos está sendo ouvida. E o que a sua impaciência e agressividade carregam de mensagem a ser decifrada?

Outros pais de uma criança de 4 anos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao chegarem ao consultório, dizem: "estamos cansados de tantas avaliações e de sermos jogados de um lado para o outro". E acrescentam: "É uma falta de sensibilidade com a gente e com nosso filho que a gente vive numa ansiedade o tempo todo. Nosso filho também tem TDAH; ele não dorme; ele é agitado e nós estamos desgastados". Nesta fala, vejo pais que precisam de acolhimento e de falar de suas angústias.

Neste texto, pretendo abordar as questões em torno do autismo, que, além de tomarem o sujeito autista como objeto, também colocam os pais neste lugar, como na fala acima: "sermos jogados de um lado para outro". Questões que também tocam os movimentos de pais em torno do autismo, que contribuíram para impulsionar as políticas de assistência à saúde e as políticas educacionais.

Assim, ao pensarmos no entrelaçamento entre ciência, educação e políticas públicas brasileiras, o autismo emerge como um campo de disputas. Trata-se de um significante em circulação, atravessado por vozes, interesses, diagnósticos e promessas. Em meio a

essas controvérsias, o autismo tem sido capturado por outra lógica profundamente vigente: a do mercado.

Como já indicaram Alicia Broderick e Anthony Roscigno (2021), aquilo que se denomina *indústria do autismo* não se limita à expansão de serviços ou ao avanço do conhecimento, pois vem se configurando como um campo produtivo que organiza saberes, práticas e afetos sob a gramática do capital. Surge, então, uma cultura de mercado que não apenas responde às demandas, mas também constrói seus consumidores, define suas necessidades, prescreve intervenções e delimita caminhos possíveis. Assim, temos visto protocolos, tecnologias, materiais e formações especializadas, em que tudo se articula em uma engrenagem que promete respostas rápidas a uma questão que, em sua essência, opera sob a lógica da padronização de sujeitos.

Em tempos em que estamos presenciando o cuidado com as pessoas sendo convertido em gestão do sofrimento psíquico (Safatle; Silva Júnior; Dunker, 2020) e a singularidade em dado mensurável, observamos que o que está em jogo não é apenas o acesso a direitos para Pessoas com Deficiência (PcD), onde o autismo foi incluído, mas a forma como esses direitos são mediados por dispositivos que operam sob a lógica perversa da produtividade, da eficiência e da performatividade (Dardot; Laval, 2016). Desta forma, os sujeitos autistas podem se tornar o solo sobre o qual essa indústria se sustenta. Sujeitos que, em vez de serem reconhecidos em sua singularidade, correm o risco de serem reduzidos a matéria-prima de um sistema que se alimenta da promessa de normalização e de adaptação social. Talvez seja precisamente aí que se abre uma fenda, uma possibilidade de resistência, pois, enquanto o mercado tende a universalizar, a psicanálise insiste no singular. Se a indústria organiza respostas, a escuta sustenta a interrogação.

No campo da ciência, o autismo foi se deslocando. Mudou de nome, de contornos e de critérios. A cada nova edição dos manuais diagnósticos, redesenha-se o que se pretende padronizar. O que ontem era margem, hoje se tornou categoria, e o que hoje se consolida como evidência científica empírica, amanhã poderá ser revisto; o que hoje é chamado de espectro do TEA parece já não fazer sentido. Nesse movimento, não apenas o diagnóstico se transformou, mas também as formas de intervir, de tratar, de nomear. Mas sabemos que esse campo não é neutro. Ele é atravessado por disputas e por modelos intervencionistas que se erguem tanto como respostas possíveis quanto como regimes de verdade. Eis aí um problema: verdades que buscam legislar sobre o sujeito. Entre eles, ganha centralidade um discurso que privilegia as terapias comportamentais, difundidas como método baseado em evidências científicas, como técnica e como promessa de eficácia para todos os casos. Será?

As clínicas se multiplicam, especializadas, organizadas e padronizadas, numa verdadeira arquitetura da oferta de tratamento. No entanto, é preciso cautela e é necessário interrogar: O que se perde quando o cuidado se reduz à aplicação de protocolos? O que se silencia quando a escuta cede lugar à adaptação? Pois, antes de qualquer diagnóstico, há um sujeito, mas muitos profissionais não levam isso em conta. Sujeito? Qual? É neste sentido que o sujeito do desejo corre o risco de desaparecer no contexto daquilo que o enquadra como objeto.

No mercado privado, outro movimento se intensifica, no qual surgem produtos, tecnologias, dispositivos e uma variedade de ofertas que prometem facilitar, corrigir, desenvolver e ajustar. O autismo vem se tornando um nicho de oportunidades e de investimentos. Assistimos a pais e famílias sendo convocados a consumir soluções, muitas vezes sustentadas por discursos de urgência e esperança, um discurso capitalista que seduz (Lacan,1992).

E, no campo das políticas públicas, as tensões se acentuam. Direitos são afirmados, mas também disputados. As diretrizes são construídas, mas não sem conflitos e consequências (Schaly; Galter, 2024). Que concepção de sujeito orienta essas políticas? Quais modelos de intervenção são legitimados? Que vozes são ouvidas e quais permanecem à margem?

Entre saúde mental e educação, desenha-se um território instável, onde diferentes concepções de sujeito orientam práticas, decisões e modos de cuidado. Entre a garantia de direitos e a normatização das práticas, abre-se um campo de controvérsias que revela, mais uma vez, que o autismo não é apenas uma questão clínica ou educacional, mas também política (Schaly; Galter, 2024). É nesse entrecruzamento entre ciência, mercado e políticas que o autismo se constitui como questão contemporânea.

Com a expansão dos diagnósticos de TEA no Brasil, algo mais se acelera para além das estatísticas e dos diagnósticos: cria-se um imaginário, um campo discursivo, uma rede de interesses que excede o âmbito estritamente clínico, atravessando a subjetividade dos pais de crianças com esse diagnóstico. É nesse contexto que o autismo passa a ser pensado como fenômeno naquilo que Thomas (2024) denomina "fenômeno-autismo": uma configuração que ultrapassa o neurológico ou o psicopatológico para inscrever-se no social, no político e no econômico.

Mas entre números e políticas, entre metas e práticas, algo insiste em escapar. Pois os dados, ainda que necessários, não dizem tudo nem podem ser utilizados conforme os interesses políticos. Eles organizam o visível, mas não capturam o que há de irredutível na experiência de cada sujeito. Assim, frente a um cenário complexo, o autismo se inscreve como questão de nosso tempo, como sintoma de uma época que busca nomear, classificar e gerir aquilo que, talvez, peça, antes de tudo, para ser escutado. O preocupante

é que, muitas vezes, crianças e jovens, para serem ouvidos e terem acesso a tratamento, educação e cuidado, precisam ser avaliados. O diagnóstico, então, deixa de ser apenas uma hipótese clínica e passa a operar como porta de entrada institucional, como condição de possibilidade para um tratamento. Assim, o sistema instituído conduz os pais e as escolas a buscarem, em primeira mão, um laudo, seja para justificar fracassos escolares, seja para garantir direitos a terapias, acompanhantes educacionais, entre outros. Será este o único caminho?

No Brasil, uma nova configuração vai surgindo quando, a partir do último censo, se inscreve a pergunta sobre o autismo no interior das famílias, em consonância com a Lei 13.861/2019. Trata-se de um gesto significativo ao reconhecer que o autismo não é apenas um dado clínico, mas uma realidade social que atravessa lares, histórias e modos de existir. É nesse intervalo, entre o que já se sabe e aquilo que ainda não foi plenamente contado, que se abre um campo de interrogação, pois, mais do que saber quantos autistas há no Brasil, importa perguntar: que lugar lhes tem sido destinado?

Assim, a questão que se impõe não é apenas quantitativa, mas também ética e política. Que lugar ocupa a pessoa com autismo? E, de modo ainda mais sensível, que lugar ocupa a criança, nesse cenário em que o mercado se expande, as políticas se organizam e as práticas se institucionalizam?

Nesta direção, observamos que, entre a clínica e a educação, entre o direito e o consumo, entre o cuidado e a normatização, desenha-se um espaço controverso, no qual o sujeito pode tanto emergir quanto ser capturado. Talvez seja precisamente aí que se inscreva a urgência desta reflexão: sustentar a pergunta sobre o lugar do sujeito em meio às engrenagens que o nomeiam e, por vezes, o transformam em objeto. Pois, antes de qualquer política ou

intervenção, há uma criança a ser escutada e pais a serem ouvidos e acolhidos. Alguém duvida disso?

Nos últimos anos, portanto, o autismo ganhou visibilidade, ocupando novos espaços e convocando novos discursos. Nascem movimentos de pais, surgem institutos, associações e redes de apoio. Assim como o tema circula nas escolas, nas mídias e nos consultórios, com ele circula uma produção de informações que, ao mesmo tempo em que esclarece, também confunde. Pois, entre saberes e crenças, proliferam mitos, simplificações e *fake news*, que atravessam as famílias em sua busca, muitas vezes angustiada, por respostas, tratamentos, medicações e inclusão.

A angústia dos pais, como argumentamos, nem sempre é considerada ou escutada, e certas concepções históricas não ajudaram nisso, pois criaram um imaginário que culpabiliza as mães, aumentando ainda mais o sofrimento de mães e pais. Essa fala, com frequência, vemos também no meio psicanalítico, principalmente de psicanalistas que não atendem crianças e não têm, experiência com essa clínica, ou seja, julgar e se colocar na postura de que "eu sei e faço tal e tal leitura" com tanta veemência, podemos considerar um caminho na contramão da ética da Psicanálise e da paixão da ignorância (Dunker, 2020).

Ainda hoje vemos disputas por concepções ou discursos que dizem: nós é que sabemos o que é o autismo e oferecemos soluções. Será mesmo? Não, não existem soluções prontas, pois é a partir da escuta de cada criança, de cada sujeito do inconsciente, que o caminho poderá ser construído, algo precioso, um passinho de cada vez. É a clínica que impulsiona a teoria.

Neste cenário, observamos como os serviços privados vêm se expandindo, ofertando intervenções e terapias, ou seja, um mercado que se organiza e se sofisticam, sobretudo voltado àqueles com maior poder aquisitivo. Enquanto alguns acessam uma ampla

rede de serviços, outros permanecem à margem, dependentes de políticas públicas que nem sempre conseguem responder à complexidade da demanda. O autismo, assim, também se inscreve nas desigualdades sociais que historicamente marcam a nossa sociedade brasileira.

E, entre esses movimentos, as campanhas de conscientização também ganham força. Elas informam, sensibilizam, mobilizam e, com certeza, produzem efeitos. Ao mesmo tempo em que ampliam o reconhecimento social do autismo, influenciam a formulação de políticas públicas e de legislações educacionais. Trata-se de conquistas importantes; no entanto, é preciso perguntar: que concepções sustentam essas políticas? Que interesses as atravessam? Pois, se, por um lado, se afirma o direito ao cuidado e à inclusão, por outro, permanece a inquietação: em que medida essas políticas respondem à singularidade dos sujeitos que pretendem atender?

É nesse contexto que se situa esta reflexão. Sustentar essas perguntas talvez seja uma forma de não ceder à pressa por respostas prontas. Pois, no centro de tudo isso, permanece aquilo que não pode ser reduzido: o sujeito, em sua singularidade, que insiste em não coincidir com os discursos que o permeiam.

Considerações sobre a construção do autismo: enquanto entidade clínica e fenômeno socioeconômico, cultural e político

Segundo Marie-Claude Thomas (2024), o termo autismo não designa um objeto estável ou objetificável. Trata-se de um termo empregado em uma multiplicidade de usos, que busca agrupar variedades ou generalidades. O neologismo surge, em 1909, nos escritos de Eugen Bleuler, justamente com o objetivo de agrupar

distinções clínicas em torno do conceito de esquizofrenia, que o autor, mais tarde, em 1911, intitulou *Dementia praecox ou groupe des schizophrénies*.

Para Thomas, o autismo é "um termo que designa uma entidade (vasta e vaga) que pode ser objeto de um saber: o conceito de autismo tem uma história e pode ser tomado como objeto histórico." (Thomas, 2024, p.110). O conceito de autismo, historicamente, passou a ser utilizado, principalmente por psiquiatras, para descrever patologias de adultos e para descrever patologias de crianças, por volta de 1930, até assumir nova configuração com as nomenclaturas, no DSM-III.

Para Claude Bursztejn, em seu artigo "Evolução dos conceitos de autismo e de psicose na criança" (2016), as classificações psiquiátricas sobre psicose e autismo sofreram inúmeras alterações nos últimos 30 anos. Progressivamente, foram sendo eliminadas as categorias nosológicas de psicose na infância, passando a ser incluídas no campo dos transtornos do espectro do autismo. Sabemos que a primeira descrição sobre autismo, foi realizada por Leo Kanner, em 1943, sendo que, posteriormente o termo *Síndrome de Asperger*, adquiriu popularidade a partir de 1981. Salientamos que, até 1960, a *Síndrome Esquizofrênica* ainda incluía os sintomas descritos do autismo, porém surgia um movimento para estabelecer distinções; uma década depois, a Psicanálise avançou na produção de trabalhos a partir da clínica, marcando diferenças entre as formas de psicose tardias e o autismo (Bursztejn, 2016).

Segundo Bursztejn, o autismo foi oficialmente incluído na classificação internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo descrito no DSM-III, em 1980, e permanece até hoje no DSM-5 (2013). As nomenclaturas vêm passando por mudanças, substituindo a noção de psicose infantil pelo foco no autismo, o que tem como consequência um aumento significativo do número de

pessoas incluídas no diagnóstico de autismo. Outra consequência foi a crescente sugestão de que fatores genéticos e anomalias em certas estruturas cerebrais podem ser causas do autismo (Bursztejn, 2016).

Neste sentido, podemos considerar que a explosão de diagnósticos de autismo que observamos atualmente se deve a essa mudança na classificação diagnóstica.

A classificação de Transtornos do Espectro Autista tem sido aplicada à população de modo geral, sem considerar as especificidades de cada sujeito, seja do ponto de vista clínico, seja quanto ao grau de comprometimento. Na contramão dessas questões, a Psicanálise vem questionando esse excesso de diagnósticos, considerando a importância de pensar o sujeito em sua singularidade e não no apagamento do sujeito por trás de uma categorização e classificação de comportamentos ou manifestações sintomáticas, segundo a ciência biologicista.

Neste sentido, a partir dessas considerações históricas sobre o autismo e das contribuições de como Freud foi elaborando suas teorias, a partir de um não saber ou um saber por vir, que Marie-Claude Thomas (2024), passa a considerar o fenômeno-autismo, trazendo ainda, para essa análise as considerações de Michel Foucault (1926-1984) sobre como estudar um saber, um evento, conceito ou fenômeno a partir de sua história, relações de poder e formas de controle na sociedade. Desta forma, a autora analisa o fenômeno chamado autismo, considerando seus pontos de submissão e de resistência aos poderes dominantes, inclusive ao da ciência, que ao final do século XIX, tornou a criança um objeto de estudo (ponto de submissão), ganhando força a partir da teoria Darwinista da evolução da espécie, abrindo um novo paradigma evolucionista também nas ciências humanas, principalmente em algumas abordagens da Psicologia, com ênfase biológica na

descrição de comportamentos, desconsiderando a subjetividade e o sujeito social.

Em relação aos pontos de resistência do fenômeno autista, Thomas (2024) traz colocações necessárias para pensarmos a nossa época. Analisando este e outros fenômenos, ela afirma: "Esses fenômenos são tanto sintomas quanto soluções temporárias de rupturas e transformações civilizacionais" (Thomas, 2024, p. 118); portanto, denunciam um certo desequilíbrio na cultura e na civilização, ao mesmo tempo em que estão inseridos e fazem parte dessas transformações. Assim, podemos localizar o autismo, em nossa época, em intensas mudanças na comunicação, conforme os meios de que nossa cultura dispõe e os discursos que predominam em nosso tempo.

> (...) conceber o fenômeno-autismo em um espaço discursivo preciso: uma posição discursiva e subjetiva – individual/coletiva na medida em que o falaser é apenas social – que é aquele do desafio – colocando em jogo a impotência/a força dos poderes e saberes, da Igreja Católica e dos parlamentos, no passado, da ciência e da medicina científica atual; ao qual podemos acrescentar os saberes da psicologia e os da psicanálise (...). Posição de desafio ao poder do conhecimento e, desta forma, posição de resistência (Thomas, 2024, p.119).

Considerando o autismo fora de sua condição ou de seu cerco patológico, é que podemos localizar o fenômeno do autismo num campo discursivo, como um sintoma social frente ao que está estabelecido, ou seja, o poder dominante, inclusive o do conhecimento científico sobre o autismo. Neste sentido: "Trata-se de fazer do autismo um sintoma" (Thomas, 2024, p. 119). Nessa perspectiva, podemos analisar as condutas prescritivas e normativas do Estado e de cientistas (da área da saúde mental – neuropsiquiatras e

psicólogos) que acabam se tornando uma violência contra o sujeito com autismo, numa sociedade administrada pela lógica do capital, sustentadas pelas mídias publicitárias, ampliando o que temos chamado de cenário mercadológico do autismo – marcado por um contexto científico-político, quando analisado num contexto sócio-histórico.

Neste breve histórico, buscamos demonstrar como se deu a construção do autismo, tanto em sua dimensão clínica quanto em sua dimensão socioeconômica, cultural e política. Na sequência, buscaremos debater a expansão do mercado do autismo no Brasil.

Expansão mercadológica do autismo: O sujeito como objeto da ciência, do marketing e das políticas

No Brasil, a história das políticas públicas para o autismo nasce de um entrelaçamento de vozes, lutas e demandas que atravessaram o tempo. Se hoje observamos tal presença mais incisiva no campo institucional, é preciso lembrar que suas raízes se encontram nos movimentos de familiares que, ainda nos anos 1980, começaram a se organizar, fazendo da experiência singular de seus filhos uma causa coletiva. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras associações, como a Associação de Amigos do Autista, em São Paulo — um marco inicial que, pouco a pouco, se desdobraria em outras iniciativas em todo o país. A criação da Associação Brasileira de Autismo, em 1988, e, anos depois, da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo, em 2008, revelam a expansão de um movimento que não apenas reivindica direitos, mas também inscreve o autismo no campo político (Fernandes; Couto; Andrada, 2024).

Ao longo das décadas, esse movimento foi ganhando densidade, articulando diferentes setores, como a saúde, a saúde mental, a educação, a assistência social e o judiciário, numa tentativa de construir respostas institucionais. Nesse percurso, emergem dispositivos de cuidado, como os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, especialmente a partir de 2013, voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico intenso, entre eles, aqueles com diagnóstico no espectro do autismo. Paralelamente, consolidam-se os Centros Especializados em Reabilitação, compondo uma rede que busca responder às múltiplas dimensões do cuidado.

No entanto, essa rede vai se estabelecendo em meio a tensões, ao se configurar como um campo em que diferentes concepções de tratamento e intervenção passam a se confrontar. Entre modelos que privilegiam a reabilitação, a adaptação ou a escuta, desenham-se disputas que não são apenas técnicas, mas também políticas e éticas. Cada política implementada organiza práticas, mas também modos de olhar, de nomear e de intervir. É nesse cenário que o autismo se inscreve, simultaneamente, como demanda de cuidado e como objeto de gestão. Nesta direção, entendemos que isso revela algo de nosso tempo, ou seja, uma tentativa constante de responder ao sofrimento por meio de dispositivos institucionais das lógicas que atravessam a sociedade, entre elas, as do capital, da normatização e da produção de respostas rápidas.

Assim, entre o surgimento das associações e a consolidação das políticas públicas, o que se configura vai além de uma trajetória institucional, pois passa a ser um campo de forças, no qual o sujeito corre o risco de ser reduzido a objeto de saber, de intervenção e de mercado. E é justamente nesse ponto que a pergunta insiste: como sustentar, no interior dessas políticas, um lugar possível para o sujeito em sua singularidade?

Sabemos que, no passado, no Brasil, crianças em sofrimento psíquico, com quadros psiquiátricos ou deficiências, permaneciam à margem, silenciadas e confinadas, recolhidas ao espaço doméstico ou entregues a instituições filantrópicas, onde o cuidado se misturava à exclusão. Desta forma, a saúde mental infantojuvenil não era considerada um direito, mas sim uma ausência total. Tal cenário nos leva a pensar que é dessa condição que emergiram os primeiros movimentos, em que famílias, diante do desamparo, transformam a experiência singular em ações coletivas. Assim, pais e mães passam a inscrever, no espaço público, a urgência de seus filhos. Entendemos que é nesse gesto que se inaugura um deslocamento, saindo da invisibilidade para a reivindicação de direitos e garantias políticas.

Esses movimentos produziram efeitos, e o Estado foi caminhando rumo à elaboração das primeiras políticas públicas voltadas ao autismo. Um marco desse percurso foi a promulgação da Lei 12.764/2012. Ao reconhecer a pessoa com autismo como pessoa com deficiência, a lei amplia o acesso a direitos, abrindo caminhos para a inclusão nos campos da saúde, da educação e da assistência. A inclusão do autismo na categoria de deficiência, ao mesmo tempo em que garante direitos, também reconfigura o campo de disputas. No centro dessas disputas, algo se torna evidente: não se trata apenas de teorias ou métodos, mas também de financiamento, gestão de recursos e definição de prioridades. O cuidado, então, submete-se às relações de poder, sendo atravessado por interesses, discursos e decisões que, muitas vezes, não consideram a singularidade de cada caso. Entendemos que é nesse cenário que a criança autista corre o risco de ser capturada tanto como sujeito de direitos quanto como objeto de disputa.

Mesmo assim, não podemos ignorar a força dos movimentos familiares, que, nas últimas décadas, têm desempenhado um papel

central na construção dessas políticas, como apontam Fernandes, Couto e Andrada (2024). São esses movimentos que tensionam o Estado, demandam respostas e fazem avançar a pauta do autismo no país. No entanto, esse protagonismo dos pais e políticos também revela um campo delicado, sobretudo quando entra em conflito com o saber produzido por profissionais e pesquisadores que, a partir da clínica e da investigação, propõem outras leituras, outras possibilidades de intervenção. É nesse ponto que outra interrogação se faz necessária, como questão ética: até que medida o marketing de determinadas modalidades de tratamento, frequentemente associado a clínicas que incorporam, em seu interior, práticas de escolarização, tem orientado não apenas as escolhas familiares, mas também os discursos políticos? Sob a promessa de inclusão, constrói-se, por vezes, um caminho que, paradoxalmente, conduz à exclusão: espaços especializados que podem reforçar estigmas ou práticas que, ao normatizar, silenciam o que há de singular.

A criança, então, é convocada a ocupar um lugar já previamente desenhado no imaginário social: o lugar do diagnóstico, da categoria ou do que deve ser corrigido, ajustado ou conduzido. Mas o que se perde quando o sujeito não pode advir como sujeito de desejo?

Quando a infância é reduzida a um conjunto de comportamentos a serem modificados, apaga-se a possibilidade de intervenções que a transformem e abram espaço para outras formas de inscrição no laço social. É nesse sentido que as contribuições de autores como Laznik (2016) nos convocam a sustentar uma clínica que não ceda à normalização, mas que se oriente pela singularidade de cada caso.

Ao mesmo tempo, como nos lembra Claude Bursztejn, ao analisar a evolução dos conceitos de autismo e psicose na criança, é preciso reconhecer que as classificações não são neutras, tampouco definitivas: "As classificações psiquiátricas passaram por múltiplas

mudanças, aceleradas nos últimos 30 anos. Essas mudanças refletem a evolução do conhecimento, assim como as ideologias dominantes" (Bursztejn, 2016, p. 10).

Assim, entre o saber e a ideologia, entre o cuidado e o mercado, entre a inclusão e seus paradoxos, o que se revela é um campo profundamente tensionado. Quando o autismo é reinscrito nas classificações contemporâneas, algo se condensa. No DSM-5, os critérios se reorganizam sob o signo do espectro: transtornos da comunicação e da interação tornam-se eixos centrais, enquanto a categoria dos "Transtornos do Neurodesenvolvimento" introduz níveis de suporte, graduando o que antes se apresentava de forma mais fragmentada. Há, aí, uma promessa de precisão, mas também um risco de diluição. Ao reunir sob um único diagnóstico uma população tão heterogênea, a classificação produz um efeito paradoxal: ao mesmo tempo em que amplia o reconhecimento, também amplia o campo de inclusão diagnóstica. E é nesse alargamento que se inscreve aquilo que se tem chamado de "explosão" ou de excesso de diagnósticos. Não se trata apenas de um aumento numérico, mas de um efeito de olhar: mais sujeitos passam a caber na mesma nomeação, ainda que suas experiências clínicas, seus modos de funcionamento e seus graus de comprometimento sejam distintos.

Nesse cenário, também surgem inquietações a partir de análises críticas que questionam os interesses que atravessam esse campo, como os ligados à indústria farmacêutica e aos processos de medicalização da infância e da adolescência. Ao mesmo tempo, no campo das políticas públicas, a legislação brasileira reconhece o direito ao cuidado. A partir da Lei 12.764/2012 e de diretrizes subsequentes, o Sistema Único de Saúde é convocado a garantir atenção integral e multidisciplinar às pessoas com autismo, incluindo o diagnóstico precoce e ações específicas de cuidado (Brasil, 2012). Trata-se de uma lei que inscreve o autismo no campo dos direitos,

mas, para acessá-los, exige-se um nome, um diagnóstico ou uma inscrição formal que permita ao sujeito ingressar no sistema. Sem ele, a criança permanece à margem, invisível às políticas, desassistida pelas instituições. O diagnóstico, então, deixa de ser apenas um instrumento clínico e passa a operar como condição de existência social. Ele abre portas, mas também delimita lugares. E, nesse movimento, algo se produz: uma categoria silenciosa, mas potente: a dos "sujeitos-laudados". Crianças que, ainda em processo de constituição, passam a carregar um nome que as antecede, as define e pode estigmatizá-las.

Assim, entre o direito e a normatização, entre o acesso e a classificação, há um campo ambíguo. Um campo em que o diagnóstico é, ao mesmo tempo, possibilidade e limite, reconhecimento e risco. E é nesse intervalo que se torna urgente sustentar uma escuta que não reduza o sujeito ao laudo que o nomeia, mas que acolha aquilo que, nele, insiste em escapar a qualquer classificação.

A partir do momento em que o laudo se inscreve, ele não apenas nomeia, mas também prescreve. Abre-se, então, um caminho previamente delineado, no qual os pais são conduzidos a determinadas formas de tratamento que prometem intervir, ajustar, transformar. Entre essas indicações, destaca-se, com força quase incontestável, a terapia chamada Análise do Comportamento Aplicada (ABA) que, pouco a pouco, foi se consolidando como referência dominante. Concebida em 1961 por B. F. Skinner, a ABA estrutura-se a partir de uma lógica de condicionamento, sustentada por reforços positivos, recompensas, repetição de estímulos e um trabalho minucioso sobre o comportamento, orientada por um ideal de adaptação (Fernandes; Couto; Andrada, 2024). Trata-se de ensinar a criança a responder de modo socialmente adequado, aproximando-se de uma certa "normalidade" que se apresenta como ideal. Mas é preciso perguntar: que normalidade é essa? E a que custo ela se impõe?

Em 2023, esse modelo, por tanto tempo sustentado como referência, passou a ser alvo de controvérsias. Circulou, nas redes e nas mídias, a notícia de que a American Medical Association teria retirado seu apoio à ABA, colocando em xeque o que até então era chamado de "padrão-ouro" das intervenções no autismo. Ainda que envolta em disputas, controvérsias e interpretações diversas, essa discussão fez emergir um ponto sensível: as implicações éticas de um modelo que intervém diretamente no comportamento para moldá-lo. E é justamente nesse ponto que a linguagem revela mais do que parece ao ser chamada de "Padrão-ouro": expressão que, ao mesmo tempo em que indica excelência, também remete ao valor, ao ouro: aquilo que circula, que se investe, que se disputa. Pois, no interior dessas controvérsias, não se confrontam apenas teorias clínicas, mas também regimes de poder, discursos hegemônicos e interesses que atravessam o campo do autismo. Especialistas e defensores da ABA se mobilizam, sustentando sua legitimidade com base em suas "evidências científicas", reivindicando o lugar de um saber autorizado e hegemônico.

No Brasil, essa lógica encontra terreno fértil, pois a ABA é amplamente financiada por políticas públicas e incorporada aos planos de saúde como principal modalidade de intervenção (Fernandes; Couto; Andrada, 2024). Ao mesmo tempo, nas clínicas privadas, o custo aumenta proporcionalmente ao número de horas prescritas, tornando-se, muitas vezes, acessível apenas a uma parcela da população. Assim, o cuidado também se inscreve na desigualdade: enquanto alguns podem sustentar longas jornadas terapêuticas, outros permanecem à margem, entre a promessa e a impossibilidade. Nesse cenário, o que se desenha é mais do que um modelo de tratamento; é uma engrenagem que articula ciência, mercado e política. E, no centro dessa engrenagem, permanece a criança, convocada a se ajustar, a responder e a corresponder.

Nesse cenário saturado de diagnósticos, algo da constituição psíquica e da formação da subjetividade tende a ser relegado a um segundo plano. A criança, capturada pelo olhar classificatório, corre o risco de ser lida a partir do que se identifica como transtorno, e não a partir do que se constitui como sujeito em potência. E, assim, outras formas de intervenção, especialmente aquelas que se orientam pela escuta e pela singularidade, como a Psicanálise, acabam sendo descredibilizadas por um discurso hegemônico alinhado aos interesses do capital.

É nesse ponto que emergem estudos de psicanalistas que tensionam essa lógica dominante, como o grupo de pesquisadores, coordenado por Maria Cristina Kupfer, que propôs um deslocamento: em vez de esperar pela fixação de um diagnóstico, voltou-se aos primeiros sinais, ainda frágeis, mas significativos, que podem indicar riscos no desenvolvimento infantil. Trata-se de um olhar que antecede a nomeação e se inscreve no tempo inaugural da vida, em que o sujeito ainda está por se constituir. Essa perspectiva ganhou corpo na "Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil", desenvolvida entre 1999 e 2008 pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Kupfer. Reunindo pesquisadores de diversas universidades brasileiras, o estudo buscou identificar, nos primeiros meses de vida, indicadores clínicos capazes de sinalizar riscos ao desenvolvimento psíquico (Kupfer, 2009).

O que está em proposta é a antecipação da intervenção, mas também a mudança de paradigma: intervir antes que o sintoma se cristalize, antes que o diagnóstico se imponha como destino. Trata-se de sustentar a aposta de que, ao reconhecer precocemente esses sinais, abre-se a possibilidade de uma intervenção que não normalize, mas que favoreça a constituição subjetiva da criança, ampliando suas chances de desenvolvimento, como também

propõe Maria Christina Laznik (2021) em seu livro *Clínica de bebês: litoral entre psicanálises e neurociências.*

Laznik (2021) propõe uma reflexão transdisciplinar sobre a constituição psíquica do bebê, trazendo como eixo central a ideia de litoral, termo inspirado em Jacques Lacan, para pensar uma zona de fronteira entre campos distintos do saber, como a interlocução entre Psicanálise e neurociência sem que um anule o outro. Laznik afirma que o bebê precisa ser pensado como sujeito em constituição, cuja formação psíquica depende das primeiras trocas com o Outro, principalmente nos campos do olhar, da voz e do circuito pulsional. Neste sentido, o que ocorre com o bebê em risco de autismo é que há impasses no fechamento do circuito pulsional; ou seja, o bebê não se constitui plenamente como objeto de desejo do Outro, o que compromete significativamente os processos fundamentais de alienação simbólica e de entrada na linguagem (Laznik, 2021).

Marie-Christine Laznik (2021) desenvolve o conceito de elisão (presente na obra de Freud) para pensar um dos impasses fundamentais na constituição psíquica de alguns bebês com risco de evolução para o autismo. O termo também aparece articulado à teoria lacaniana da constituição do sujeito e à clínica precoce dos bebês, especialmente no que diz respeito à relação com a voz, o olhar e o circuito pulsional. A elisão, em Laznik, refere-se a uma espécie de apagamento ou de não inscrição de um tempo fundamental da constituição subjetiva. Trata-se de uma falha no estabelecimento de certas operações simbólicas primordiais que permitem ao bebê entrar no campo do desejo do Outro e da linguagem. Assim, para que um bebê possa se constituir como sujeito, é necessário que seja capturado pelo desejo do Outro, especialmente pela voz e pelo olhar maternos. Essa captura depende de um circuito pulsional no qual o bebê, pouco a pouco, deixa de apenas receber cuidados e passa

também a convocar o Outro, oferecendo-se como objeto de prazer e de troca afetiva. É justamente nesse ponto que Laznik localiza a elisão em alguns quadros autísticos, em que o bebê parece não responder à convocação pulsional do Outro, sobretudo à musicalidade da voz humana, ou seja, àquilo que Laznik aproxima da metáfora do canto da sereia, que representa essa dimensão invocante da voz materna, carregada de desejo, prosódia e erotização simbólica. Para bebês em risco de autismo, algo nessa convocação parece não estar gerando um número suficiente de inscrições. A autora articula essa ideia ao chamado terceiro tempo do circuito pulsional, elaborado por Lacan. Nesse terceiro tempo, o bebê deixa de ocupar uma posição puramente passiva e passa a tornar-se objeto para o Outro.

Segundo Laznik (2021), em muitos bebês autistas ocorre justamente uma elisão desse momento: o circuito não se fecha plenamente, pois o bebê não entra inteiramente no jogo intersubjetivo do desejo. Assim, o bebê tende a permanecer menos capturado pela rede simbólica, preservando-se de uma invasão excessiva do Outro, mas ao custo de dificuldades importantes na constituição do laço social e da linguagem. Entretanto, Laznik não compreende a elisão como condenação estrutural ou como destino irreversível, uma vez que toda a sua clínica é atravessada pela aposta na intervenção precoce. Desse modo, o conceito de elisão é central para compreender como Laznik concebe o autismo como um impasse na relação primordial entre o bebê, o desejo do Outro e a entrada no campo da linguagem. A partir das leituras dos livros de Laznik, também criticamos abordagens exclusivamente biologicistas do autismo e afirmamos ser necessário dialogar com as neurociências, enfatizando a importância da transdisciplinaridade.

Nesta direção, em contraponto à lógica que busca enquadrar e classificar, essa proposta insiste em outro tempo: o tempo da constituição, da relação e da escuta. Um tempo que se constrói na

delicadeza do encontro com o outro. E talvez seja mesmo nesse tempo que algo do sujeito possa, de fato, advir.

Considerações finais

Nesta reflexão, buscamos problematizar o cenário mercadológico que vem se configurando em torno do autismo no Brasil, articulando os campos da Psicanálise, da Educação, da ciência e das políticas públicas. Procuramos demonstrar, com base em diversos autores, como o autismo passou a ocupar um lugar central nas disputas discursivas, econômicas e institucionais da contemporaneidade.

Observamos a consolidação de um verdadeiro mercado do autismo, sustentado pela expansão dos diagnósticos e pelo aumento da oferta de serviços especializados, terapias, tecnologias, materiais pedagógicos e produtos voltados às pessoas com TEA e às suas famílias. Sob o discurso do cuidado, observamos como se multiplicaram as ofertas que prometem respostas rápidas, adaptação e desenvolvimento, como se houvesse um caminho único para atender o sujeito autista.

Simultaneamente, demonstrando como o chamado "mundo TEA" foi se configurando em um universo próprio de consumo, na criação de filmes, brinquedos, aplicativos, eventos, revistas especializadas, espaços de lazer, materiais educativos e práticas terapêuticas, que passaram a constituir uma rede de produtos e discursos que moldam o imaginário social e as percepções culturais e sociais sobre o autismo. Nesse movimento, o risco é o da captura do sujeito por narrativas padronizadas, romantizadas ou estereotipadas, reduzindo sua singularidade a um produto de mercado.

A partir das contribuições de Broderick e Roscigno (2021), compreendemos o que eles denominam *complexo industrial do autismo*, no qual interesses econômicos, discursos científicos e práticas culturais passam a produzir modos específicos de compreender e significar o autismo. Sob a lógica do capital, tudo aquilo que pode ser transformado em valor passa a ser capturado pelo mercado, inclusive o sofrimento humano, a infância e as diferenças subjetivas. Destaca-se, ainda, que essa realidade aprofunda as desigualdades históricas já presentes no Brasil. O acesso ao diagnóstico, aos tratamentos e à escolarização especializada varia significativamente conforme a condição socioeconômica das famílias. Enquanto uma parcela da população consegue acessar clínicas privadas, terapias intensivas e tecnologias de alto custo, outra permanece submetida às longas filas do sistema público de saúde, aguardando laudos, atendimento e intervenções. Nesse intervalo entre o direito garantido pela lei e sua efetivação, observamos a angústia, o desamparo e o sofrimento das famílias.

No campo da educação inclusiva, embora reconheçamos os avanços da legislação brasileira voltada aos direitos das pessoas com deficiência, observamos a consolidação de uma relação público-privada que transforma a inclusão em um espaço de interesses econômicos. A terceirização de serviços, os investimentos em consultorias, cursos de formação em massa, materiais pedagógicos e serviços especializados revelam como a lógica mercantil vem atravessando as políticas educacionais. Nesse cenário, a inclusão corre o risco de se reduzir a protocolos de adaptação e de gestão de comportamentos, sem considerar a singularidade subjetiva de cada criança.

A Psicanálise, ao interrogar esse campo de disputas, sustenta uma crítica à redução do sujeito ao diagnóstico, ao comportamento ou à lógica da produtividade. Quando práticas clínicas

e educacionais se orientam exclusivamente pela adaptação comportamental e pela padronização das condutas, corre-se o risco de apagar justamente aquilo que constitui o sujeito em sua diferença: seu desejo, sua forma própria de relação com o mundo e sua subjetividade.

Destacamos a importância das políticas públicas, dos direitos conquistados e dos avanços científicos e terapêuticos no campo do autismo. Assim, destacamos a relevância histórica das lutas de familiares, associações e movimentos sociais que ampliaram a visibilidade e o acesso aos direitos das crianças autistas. Contudo, faz-se necessário interrogar os efeitos de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que proclama a inclusão e o respeito à diversidade, continua a produzir formas sutis e perversas de segregação, exclusão e objetificação do sujeito.

Sustentamos a importância de uma posição ética no campo da clínica e da educação, capaz de preservar espaço para a escuta e a singularidade do sujeito. Trata-se de construir práticas que reconheçam a pessoa com autismo para além do laudo, do mercado e das classificações diagnósticas. Entendemos que o maior desafio de nossa época seja justamente este: sustentar a existência do sujeito em um mundo que insiste, continuamente, em transformá-lo em objeto, fazendo a gestão do sofrimento psíquico.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 3. ed. Washington, D.C.: APA, 1987. Disponível em: https://aditpsiquiatriaypsicologia.es/images/CLASIFICACION%20DE%20ENFERMEDADES/DSM-III.pdf Acesso em 10 dez. de 2025.

BRASIL. *Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.* Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 19 jul. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRODERICK, Alícia A.; ROSCIGNO, Robin. Autism, Inc.: The autism industrial complex. *Journal of Disability Studies in Education,* v. 2, n. 1, p. 1-25, 2021. doi:10.1163/25888803-bja10008

BURSZTEJN, Claude. Evolução dos conceitos de autismo e de psicose na criança. In LASNIK, Marie Christine; TOUATI, Bernard; BURSZTEN, Claude. *Distinção clínica e teórica entre autismo e psicose na infância*. Trad. Erika Parlato-Oliveira, Inesita Machado e Mariana Leal, 1 ed., São Paulo: Instituto Langage, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian. *Paixão da ignorância*: a escuta entre Psicanálise e Educação. Coleção Educação e Psicanálise. 1. ed. São Paulo. Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Amanda Dourado; COUTO, Maria Cristina Ventura Couto; ANDRADA, Bárbara Costa; DELGADO, Pedro Gabriel Galdino. *A "indústria" do autismo no contexto brasileiro atual*: contribuições ao debate. Material Técnico, 2024. ISBN: 978-65-00-99824-5.

LAZNIK, Marie Christine. *Distinção clínica e teórica entre autismo e psicose na infância.*

Marie Christine Laznik, Bernard Touati e Claude Bursztejn. Trad. Erika Parlato-Oliveira, Inesita Machado e Mariana Leal, 1. ed., São Paulo: Instituto Langage, 2016.

LAZNIK, Marie Christine. *Clínica de bebês*: litoral entre psicanálises e neurociências. São Paulo: Instituto Langage, 2021.

LAZNIK, Marie Christine. *A voz da sereia*: o autismo e os impasses na constituição do sujeito. Tradução de Cláudia Fernandes Rohenkol. Salvador: Ágalma, 2021.

KUPFER, Maria Cristina Machado *et al*. Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Latin American Journal of fundamental Psychopathology*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 48-68, 2009.

LACAN, Jacques. [1969]. *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Versão brasileira de Ary Roitman: consultor Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar.1992.

SAFATLE, Vladimir.; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SCHALY, Marcia Salete Wisniewski; GALTER, Ester Cardoso de Moraes. Políticas públicas e cenário mercadológico do autismo no Brasil. In: *Políticas educacionais e práticas pedagógicas em debate*. Maria Arlete Rosa; Maria de Fátima Rodrigues Pereira; Maria Alzira Leite (org). Curitiba: UTP, 2024. p. 219-237. p. 139-157. Disponível em: https://tuiuti.edu.br/wp-content/uploads/2025/03/e_book_pol_ed_prat_pedag_2024_2025.pdf

THOMAS, Marie-Claude. O autismo? Fora do seu cerco neuro ou psicopatológico? Um

fenômeno novo. In: GUELLER, Adela Stoppel (org.). *Lacan com Melanie Klein*: As crianças no Jogo Analítico. São Paulo: Zagodoni, 2024.

Raça, racismo e subjetividade na escuta psicanalítica

Schenya Caroline Nunes de Oliveira[1]

Resumo

Este artigo parte da prática clínica para interrogar os modos pelos quais raça e racismo podem comparecer à escuta psicanalítica sem que a condição racial seja tomada como saber prévio sobre o sujeito. A partir de Freud e Lacan, em diálogo com Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Neusa Santos Souza e Conceição Evaristo, discute-se a inscrição histórica das categorias raciais, seus efeitos nos ideais e nas identificações e a necessidade de considerar as particularidades do racismo brasileiro. Sustenta-se que reconhecer a história não implica antecipar o sentido que ela assumirá para cada sujeito. A clínica é situada, assim, como espaço em que história, discurso e racialização podem ser escutados em sua incidência subjetiva, preservando o não saber próprio da posição analítica.

Palavras-chave: raça; racismo; subjetividade; psicanálise; escuta.

Este texto começou a se desenhar a partir da minha prática clínica, da escuta de sujeitos pretos e dos diferentes modos pelos quais as questões da raça e do racismo encontram palavras ou, por vezes, permanecem sem nome no espaço de uma análise.

Partir dessa experiência exige um cuidado fundamental. A condição racial não pode ser tomada como aquilo que, de antemão,

1 Psicóloga, psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Curitiba (APC), mestra em Literatura, especialista em Psicanálise e Psicopatologia, Cinema e Audiovisual e Leitura e Produção Textual. Graduanda em Filosofia.

determinaria a singularidade de um sujeito. A psicanálise nos coloca diante do sujeito do inconsciente, dividido, constituído no campo da linguagem e, justamente por isso, não inteiramente apreensível pelas nomeações que procuram situá-lo. Isso não significa, entretanto, pensá-lo à margem da história. O sujeito advém em um mundo que o precede, tecido por palavras, discursos e marcas que guardam algo de seu tempo. No Brasil, essa trama traz consigo uma longa história de escravização e racismo, cujos efeitos permanecem inscritos nas relações sociais e podem se manifestar, de modos singulares, na experiência de cada sujeito. Há, portanto, uma tensão que a escuta psicanalítica precisa sustentar: não tomar a raça como aquilo que define o sujeito e, ao mesmo tempo, não desconsiderar as marcas históricas e discursivas que atravessam sua experiência.

A linguagem na qual o sujeito se constitui não é, contudo, alheia ao tempo e à cultura em que ele nasce. As palavras que o recebem trazem consigo uma história, circulam nos discursos de uma época e participam dos modos pelos quais os corpos são nomeados e reconhecidos. É nesse campo da linguagem, referido por Lacan como o lugar do Outro, que o sujeito advém (Lacan, 1960/1998).

É a partir dessa perspectiva que me interessa pensar a questão racial. Ao longo da história, o racismo produziu discursos que associaram determinados traços corporais a lugares e significados. Reconhecer a força desses discursos não implica tomá-los como um saber sobre o sujeito.

No Brasil, essa questão adquire contornos próprios. O racismo não se restringe às manifestações explícitas de preconceito; suas raízes remontam a uma história marcada pela colonização e por mais de três séculos de escravização de pessoas negras. A abolição extinguiu juridicamente um regime fundado na captura, na

exploração e na desumanização, mas não desfez a ordem racial que esse mesmo regime ajudara a constituir. Depois de séculos de violência e expropriação, não foram oferecidas à população negra condições de reparação, e as hierarquias da sociedade brasileira permaneceram, definindo seu lugar. A lei interrompeu a legitimidade jurídica da escravidão; não poderia, por si só, interromper uma história cujas marcas já atravessavam profundamente o país.

É nessa história que a ideia de raça precisa ser situada. Sem fundamento biológico que sustente uma divisão hierárquica entre seres humanos, diferenças inscritas na aparência foram tomadas como sinais de algo que supostamente ultrapassaria o corpo. À cor da pele, aos cabelos e aos traços foram atribuídos sentidos relacionados à beleza, à inteligência, à moralidade, à civilidade e ao pertencimento. A diferença fenotípica foi, assim, convertida em uma medida de valor entre vidas humanas.

Munanga (1988) mostra como essa construção se organizou segundo uma lógica de oposição. Ao branco foram associados atributos de beleza, civilidade e moralidade; ao negro, termos depreciativos: feiura, incivilidade e imoralidade. Mais do que estabelecer diferenças entre corpos, essa lógica produzia, a partir delas, hierarquias que alcançavam o próprio reconhecimento do humano.

Aquilo que uma época diz sobre os corpos não se restringe ao campo das representações sociais. Essas palavras circulam, atravessam gerações e participam dos modos pelos quais alguém é visto, nomeado e situado no laço social. Sua força reside também nos lugares de reconhecimento e de pertencimento que os tornam possíveis.

"Preto", "negro" e "branco" carregam as marcas dessa história, mas isso não permite conhecer, de antemão, o lugar que essas designações assumirão para um sujeito. Na escuta psicanalítica, interessa acompanhar quando e como elas adquirem valor

significante, a quais identificações se articulam e que efeitos produzem na relação do sujeito com o próprio corpo e com o outro. Aquilo que pertence a uma história coletiva pode, assim, encontrar diferentes modos de inscrição subjetiva.

É também nesse ponto que a clínica introduz uma delicadeza. O racismo nem sempre se manifesta na fala como algo que o sujeito reconhece e nomeia com clareza. Pode surgir na hesitação diante do que viveu, na interrogação sobre a própria percepção, na dificuldade de saber se aquilo que o atingiu pode ou não ser reconhecido como racismo. Há experiências em que, além de suportar a violência do que ocorreu, o sujeito é levado a interrogar a legitimidade daquilo que pôde reconhecer em sua própria experiência.

Interessa-me escutar justamente essa hesitação. Na clínica, ela pode se anunciar quando o sujeito oscila entre reconhecer o que viveu e colocar em xeque a própria leitura dessa experiência. A essa hesitação podem se juntar outras exigências: não se deixar afetar, não reclamar, não parecer excessivamente sensível, sentir que deveria ser grato por ocupar espaços historicamente pouco acessíveis a pessoas negras. Há, então, algo particularmente delicado nessa experiência: ao mesmo tempo em que sofre seus efeitos, o sujeito pode se ver compelido a silenciá-los.

Diante dessa complexidade, cabe ao analista sustentar uma posição que não antecipe o sentido do que é dito nem faça da raça uma chave interpretativa capaz de explicar o sujeito. Isso seria substituir a escuta por um saber já constituído acerca daquele que fala. Ao mesmo tempo, a história e os discursos que atravessam o laço social não podem ser mantidos fora da clínica. Se o racismo não oferece uma explicação sobre o sujeito, sua incidência tampouco pode ser apagada daquilo que se dispõe a escutar.

Seu compromisso é sustentar um lugar em que a palavra não seja apressadamente confirmada nem desmentida, mas possa

seguir seu curso, estabelecer outras relações e produzir deslocamentos. **A ética dessa escuta exige sustentar o que ainda não se sabe sem converter o não saber em desconhecimento das condições em que uma experiência se produziu.**

Por isso, a escuta psicanalítica não pode prescindir do conhecimento da história e das formas pelas quais o racismo se constituiu no Brasil. O conceito de letramento racial, retomado por Schucman (2012) a partir de France Winddance Twine, pode oferecer ao analista elementos para reconhecer dimensões históricas e sociais que, de outro modo, correm o risco de permanecer fora de sua escuta. Esse conhecimento não constitui uma chave explicativa sobre o sujeito; permite, antes, interrogar os limites daquele que escuta.

Essa aproximação entre o singular e o social não é estranha à psicanálise. Em "Psicologia das massas e análise do eu" (1921), Freud recusa uma separação rígida entre a psicologia individual e a psicologia social ao assinalar que, desde o início, o outro comparece na vida psíquica como modelo, objeto, auxiliar e adversário. A identificação, que Freud situa entre as mais antigas formas de ligação afetiva, permite compreender que a constituição do eu não ocorre à margem das relações com o outro. Aquilo que há de mais íntimo na experiência de um sujeito não se constitui em isolamento.

Com Lacan, essa questão ganha outro alcance. Ao formular os discursos como modos de laço social, ele permite pensar que um discurso não se reduz às palavras pronunciadas, mas diz respeito às relações que nele se estabelecem e aos lugares a partir dos quais cada termo opera (Lacan, 1969-1970/1992). O sujeito está implicado nessas relações sem que possa ser definido pelo lugar que nelas ocupa. Essa perspectiva abre uma questão particularmente importante para este texto: como escutar as marcas de uma ordem social e discursiva sem fazê-las uma resposta sobre o sujeito?

É desse lugar que, por vezes, uma pergunta retorna à minha escuta: o que é, para você, ser negro? A pergunta não busca uma definição do que seja "ser negro"; abre espaço para escutar o valor significante que essa expressão pode assumir para um sujeito, as articulações que ela estabelece com outros significantes e o lugar que ela ocupa em sua história.

Neusa Santos Souza (1983), ao se debruçar sobre a experiência de sujeitos negros brasileiros em processo de ascensão social, interroga uma sociedade na qual o branco se apresenta como modelo de identificação e como ideal a ser alcançado. Saber-se negro, em sua elaboração, não se reduz àquilo que pode ser reconhecido na cor da pele, nos cabelos ou nos traços de um corpo. Implica confrontar-se com uma ordem social que, historicamente, fez da brancura um padrão de valor e atribuiu ao negro lugares e significados marcados pela depreciação.

Há uma delicadeza particular na expressão que dá título à obra de Neusa Santos Souza: "tornar-se negro". O verbo importa. Ele introduz um movimento e impede que "ser negro" seja tomado como uma essência capaz de dizer, por si só, quem é o sujeito. Tornar-se negro implica um trabalho diante das identificações, dos ideais e das imagens que participaram de sua constituição, mas também daquilo que uma ordem racial fez recair sobre o corpo negro. É nesse movimento que outras possibilidades de relação consigo e com sua própria história podem se constituir.

Esse movimento não se faz sem história. No Brasil, essa história também abre espaço para a narrativa de uma genealogia. Em muitas famílias de origem europeia, sobrenomes ainda remetem a cidades, documentos, línguas e histórias transmitidas entre gerações. São vestígios que permitem estabelecer ligações com aqueles que vieram antes e conferir alguma continuidade à narrativa familiar.

Para muitos descendentes de africanos escravizados, esse percurso traz as marcas de uma ruptura. A captura e o deslocamento forçado separaram pessoas de seus territórios, desfizeram vínculos, interromperam nomes, línguas e formas de pertencimento. Não apagaram a existência de uma história, mas romperam muitos dos fios pelos quais ela poderia ser transmitida, tornando partes dessa história inacessíveis às gerações seguintes.

Não conhecer a própria genealogia não é, evidentemente, uma experiência exclusiva dos descendentes de africanos escravizados. Há, contudo, uma particularidade histórica que não pode ser desconsiderada: a escravização produziu rupturas violentas nas possibilidades de continuidade dessas genealogias. A pergunta "de onde vieram aqueles que vieram antes de nós?" pode encontrar, nesse percurso, as marcas da captura, do deslocamento forçado, da separação de famílias e da interrupção de nomes e registros. Não se trata de uma ausência de história, mas de uma história atravessada por uma violência que também atingiu as possibilidades de remontar seus caminhos.

Essa dimensão da história não esgota, contudo, aquilo que Neusa Santos Souza permite interrogar. Retornar à sua elaboração também exige considerar o lugar das identificações e dos ideais. Em uma ordem social na qual o branco foi constituído como referência de valor, não estão em jogo apenas as significações depreciativas atribuídas ao corpo negro, mas também os modelos diante dos quais o sujeito é convocado a se situar.

A noção de Ideal do Eu, formulada por Freud em "Sobre o narcisismo: uma introdução" (1914) e retomada em "Psicologia das massas e análise do eu" (1921), permite pensar um ideal pelo qual o eu se mede e ao qual procura corresponder. Esse ideal não se constitui à margem das relações com o outro. Freud o articula às

identificações, mostrando que aquilo que se apresenta ao sujeito como modelo também participa da constituição de seus ideais.

É a partir dessa referência psicanalítica que a elaboração de Neusa Santos Souza ganha particular importância. Ao interrogar a experiência de sujeitos negros brasileiros em uma sociedade marcada pelo racismo, a autora posiciona o branco como modelo e ideal. Atributos associados à brancura podem, nesse contexto, apresentar-se como referências de beleza e de valor. Neusa permite, assim, interrogar o conflito que pode se produzir quando aquilo que se oferece como ideal ao sujeito se refere a uma lógica racial que deprecia os traços reconhecidos, em seu próprio corpo, como negros.

Os ideais, contudo, não se constituem à margem do laço social. As palavras dirigidas ao sujeito, as expectativas que o precedem e os modos pelos quais seu corpo é nomeado participam das relações nas quais ele se constitui e das identificações que nelas se produzem. É também nessa trama que uma história marcada pelo racismo pode se manifestar nas palavras mais próximas, inclusive naquelas proferidas no âmbito dos vínculos familiares.

Durante minha infância e adolescência, ouvi repetidas vezes de meus pais: "Você já é negra, então seja a melhor nos estudos da sua sala. Ande sempre limpinha. Já tem o cabelo ruim, então ande sempre com ele arrumado".

Hoje, ao retornar a essas palavras, é o "já" que me detém: "você já é negra, então...". Nesse advérbio, algo se anuncia como anterior ao gesto, ao desempenho ou à escolha: uma condição já estava posta e, diante dela, algo precisava ser feito. Ser a melhor nos estudos, estar sempre limpa, manter o cabelo cuidadosamente arrumado apareciam, então, como modos de responder ao que a cor da pele e o cabelo poderiam significar aos olhos dos outros.

Seria insuficiente, entretanto, escutar nessas palavras apenas a reprodução da violência racial. Havia nelas também um gesto de cuidado. Meus pais procuravam preparar a filha para um mundo cuja hostilidade conheciam. A complexidade dessa lembrança reside em reconhecer que aquilo que buscava proteger também trazia as marcas de uma sociedade que já havia estabelecido o que, naquele corpo, poderia ser depreciado.

Essas palavras permitem interrogar o que ultrapassa a lembrança familiar. O racismo não comparece nelas apenas como referência a uma realidade externa à relação entre pais e filha. Uma experiência histórica, conhecida também por aqueles que a pronunciavam, comparece na própria forma do cuidado: estudar mais, estar sempre limpa, manter o cabelo arrumado eram recomendações dirigidas a um corpo sobre o qual determinados juízos poderiam recair. A violência racial não estava, portanto, apenas fora daquela relação, como ameaça diante da qual seria preciso proteger uma criança; ela participava das condições a partir das quais a própria proteção podia ser formulada. Escutar essa complexidade exige considerar, ao mesmo tempo, a história que atravessa uma palavra e o lugar que ela ocupa na experiência daquele a quem é dirigida.

Uma psicanálise praticada no Brasil precisa poder formular perguntas a partir do lugar em que é praticada. Isso implica reconhecer que as formas assumidas pelo sofrimento, as palavras que chegam à clínica e os modos pelos quais um sujeito é situado no laço social também trazem as marcas da história em que se constituíram. Manter aberta a descoberta freudiana exige que a psicanálise se permita ser interpelada pelas questões de seu tempo, sem transformá-las em um saber prévio sobre o sujeito.

Há, ainda, uma exigência que diz respeito ao próprio analista. Sustentar o não saber diante de um sujeito não significa supor que

quem escuta esteja fora da história que atravessa a clínica. O analista também é constituído pela linguagem, participa de seu tempo e pode não reconhecer aquilo para o qual não encontrou palavras ou referências. O letramento racial interessa à formação justamente nesse ponto: não para acrescentar um saber sobre sujeitos negros, mas para interrogar aquilo que, no próprio analista, pode estreitar as possibilidades de escuta. Conhecer a história do racismo não antecipa o que ela significa para quem fala; pode, contudo, impedir que sua incidência deixe de ser escutada simplesmente porque quem escuta não pôde reconhecê-la.

Ao fim desse percurso, é à análise que retorno. Reconhecer a presença do racismo na trama social e os modos pelos quais seus discursos podem participar das identificações, dos ideais e das relações com o corpo não confere à psicanálise uma função militante, pedagógica ou reparadora. Sua aposta permanece outra: oferecer condições para que aquilo que atravessa a experiência de um sujeito possa encontrar lugar na palavra e ser interrogado nas articulações que estabelece em sua história. É nesse trabalho que nomeações recebidas, lugares atribuídos e ideais que se fizeram presentes podem perder a aparência de evidência e tornar-se matéria de elaboração. A análise não desfaz a história nem corrige seus efeitos; abre, contudo, um espaço no qual o sujeito não precisa permanecer inteiramente submetido aos sentidos que o precederam.

Ao fim desse percurso, permanece a aposta na análise. Não porque nela as marcas de uma história possam ser desfeitas, mas porque aquilo que chega ao sujeito como nomeação, ideal ou lugar atribuído pode, pela palavra, ser interrogado. O racismo participa das condições históricas e discursivas em que os sujeitos se constituem, mas é na particularidade de uma fala que podemos escutar como essas marcas se inscreveram e que destinos encontraram. A

análise se sustenta precisamente nesse ponto: a história não pode ser ignorada, mas tampouco basta para definir o sujeito.

"Quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um 'corpo-mulher-negra em vivência'." (Evaristo, 2009, p. 18).

As palavras de Conceição Evaristo acompanham a escrita deste texto e, ao final, introduzem uma questão que também diz respeito ao lugar de onde se escreve. Escrevo como psicanalista, a partir da clínica, mas não à margem da história que atravessa as questões aqui formuladas. Entre aquilo que a clínica me ensina a escutar e aquilo que também me concerne, sustento as perguntas que deram origem a este texto.

Referências

EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta,* v.13, n. 25, p. 17–31, 2009. Disponível em : https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/4365

FREUD, S. Introdução ao narcisismo. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914–1916).* Companhia das Letras, 2010. (Trabalho original publicado em 1914).

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas, volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920–1923).* Companhia das Letras, 2011. (Trabalho original publicado em 1921).

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In *Escritos* (V. Ribeiro, Trad., pp. 807–842). Jorge Zahar, 1998. (Trabalho original produzido em 1960)

MUNANGA, K. *Negritude:* usos e sentidos. Ática, 1988.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2012. https://doi.org/10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal, 1983.

Freud e Lacan: ‘Uma criança é espancada’ e a teoria do significante

Zama Caixeta Nascentes[1]

Resumo

Leituras de Freud e Lacan levaram-nos a este problema: o que há em *Uma criança é espancada* que sustenta a passagem do ato de espancar ao estatuto de significante, como visto no *Seminário 5*? Investigá-lo torna-se relevante, dado o volume de páginas do Seminário em que o termo significante aparece. Optamos pela metodologia de pesquisa bibliográfica dos autores; a outros, iremos pontualmente, para indicar conexões entre psicanálise e política. Para deslindar o problema, começaremos por Lacan (indo à sua leitura do espancamento como ato simbólico e depois à sua teoria do significante) e chegaremos a Freud (lidando com “Ein Kind wird geschlagen”). O percurso permitiu-nos concluir, destacando as implicações clínicas e políticas da teoria freudiana do masoquismo e a lógica sintática das fórmulas das duas primeiras fases do espancar, na qual se pode ver a mesma lógica do delírio de Schreber.

Palavras-chave: fantasia de espancamento, teoria do significante, anulabilidade, lógica sintática.

Apresentado na Jornada de 2025, em 28 de novembro, este trabalho resultou das experiências, na APC, de conduzir o curso sobre o masoquismo na perspectiva freudiana (2022) e ministrar o módulo “Lacan e o inconsciente estruturado como linguagem”

1 Psicanalista membro da APC. Doutor em Literatura Brasileira (UFPR). Mestre em Filosofia (UFPR). Graduado em Psicologia, Filosofia e Letras. Professor dos cursos de Letras/Português e Comunicação Organizacional da UTFPR, campus Curitiba. E-mail: zcaixeta@utfpr.edu.br

(2022-2024) e, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, de estudar o Seminário 5 com acadêmicos da instituição e de outras. A familiaridade com o Seminário apurou o ouvido ao ouvir que, desde o cap. XIII, o léxico para referir-se ao espancar encaminha-se para a teoria do significante. Surgia o problema: qual percurso Lacan percorre que o leva do ato de espancar à função significante do espancamento? Por inserir-se em um problema maior do Seminário 5 – o significante falo –, investigá-lo não é nonada.

Constituído, desenhava-se a pesquisa entre os textos para entender o que há no de Freud e que autoriza Lacan a jungir espancamento e significante. Um caminho metodológico seria navegar pela teoria da fantasia. Sendo o espancamento uma fantasia, abria-se essa via. Optamos por outra, a da teoria do significante, como se verá no percurso. Este trabalho socializa o rame-rame de estudo, necessário à continuidade da formação como psicanalista e à fundamentação da prática clínica e esperado de nossa pertença a uma instituição psicanalítica, a APC.

1 O espancamento: ato simbólico – risco, barra

A novidade não é que, em Freud, fisguem Lacan o apuro lógico dos textos — "uma página de inferências lógicas a cada duas páginas" (Lacan, 1998, p. 513) — e a pura lógica do inconsciente que se depreende daí e pela qual se apreende o sentido de suas produções. O Seminário 3 revela isso, ao imputar a Freud o epíteto de "gênio" que estaria no linguista: "Eu disse *gênio*. Sim, há em Freud um verdadeiro lance de gênio do linguista". (Lacan, 1988, p. 19). Na análise de Schreber, a genialidade expressa-se em reconstituir a frase-basal recalcada com que seu delírio escreve o retorno do recalcado.

Apuro lógico havido em "Uma criança é espancada", trabalho a seguir ao qual, segundo Lacan, se compreende que "em toda formação dita perversa, seja ela qual for, há exatamente a mesma estrutura de compromisso, de elusão, de dialética do recalcado e

de retorno do recalcado que há na neurose." (Lacan, 1999, p. 242). Estrutura, eis a palavra, sinônima de lógica, de significante. É o que Lacan vê e desenvolve no capítulo XIII e que é lançado previamente no XII, que introduzia o instrumento da perversão sexual: "Por que minimizar a importância, na sexualidade humana, do instrumento a que se costuma chamar de chicote, de maneira mais ou menos elidida, simbólica, generalizada?" (Lacan, 1999, p. 238). O chicote, instrumento de espancar, possui uma "importância *simbólica*", diz Lacan, usando o termo "simbólico" que, na combinação com outros de seu discurso, chegará ao sentido de que o ato de espancar é "significante".

Estrutura de compromisso vista com tanta clareza que Lacan não hesita em chamar o espancar de "simbólico". A expressão "ato simbólico" é usada depois da introdução do tema da chegada do irmãozinho e os efeitos dela sobre a evolução subjetiva da criança:

> A relação com o irmão ou irmã menor, com um rival qualquer, não assume seu valor decisivo no plano da realidade, mas por se inscrever num desenvolvimento totalmente diferente, num desenvolvimento da simbolização. Ela [a relação com o irmão] o [desenvolvimento da simbolização] complica e exige uma solução totalmente diversa, uma solução fantasística. Qual é esta? Freud articulou-nos sua natureza – o sujeito é abolido no plano simbólico por ser um nada absoluto ao qual é recusada qualquer consideração como sujeito. Nesse caso particular, a criança descobre a chamada fantasia masoquista de fustigação, que constitui, nesse nível, uma solução bem-sucedida do problema. Não temos que nos limitar a esse caso, e sim, antes de mais nada, compreender o que acontece aí. E o que acontece é um ato simbólico (Lacan, 1999, p. 249).

Afirmar que é simbólico por resolver o problema da simbolização do irmãozinho é uma tautologia. Não cai nela Lacan, que nos justifica logo a seguir o uso do adjetivo:

> Trata-se de um ato simbólico, e a própria forma que entra em jogo na fantasia, o chicote ou a chibata, traz em si o caráter, a natureza de um não-sei-quê que, no plano simbólico, exprime-se por um risco. Antes de qualquer outra coisa, de uma *Einfühlung*, de uma empatia qualquer que possa ser atribuída a uma relação física do sujeito com aquele que sofre, o que intervém acima de tudo, é alguma coisa que risca o sujeito, que o barra, que o abole, alguma coisa de significante (Lacan, 1999, p. 250).

Miremos a sequência linguística dos substantivos que vai de "risco" a "significante". Por ela, entende-se que o ato é simbólico, pois nele há algo que se expressa por meio de um risco, realizado com instrumentos de fustigação, como o chicote ou a chibata. Sabendo que se riscavam os primeiros suportes para a escrita e que, onde havia barro, casca de árvore ou pele de animal, devia advir a escrita, e que a escrita é uma das formas da ordem simbólica, vemos que Lacan se apoia no uso do substantivo risco e, depois, do verbo *riscar*: prepara o leitor-ouvinte para aceitar o novo estatuto do espancamento. Aceite que deve ser dado na frase a seguir: "alguma coisa de significante". De ato sádico realizado pelo pai, em Freud, passa-se, em Lacan, a ato simbólico, posto que se expressa por um risco — e porque se risca ao escrever, e escrever é manejar significantes — o que possibilita a Lacan concluir pela existência, no espancamento, de algo de significante.

Miremos a sequência linguística dos verbos que antecedem a conclusão: "é alguma coisa que risca o sujeito, que o barra, que o abole". Fixemo-nos no *barrar*, que não significa apenas *interditar* (no caso, o desejo do sujeito da fantasia de impedir ao irmão

o acesso ao amor do pai), mas também *colocar uma barra*, um sinal gráfico. Lacan usa-o em suas fórmulas no Seminário 5, com as quais expressa a estrutura da demanda e do desejo, e o capítulo XXV explica o que significa *"barrado"*: "O losango exprime a relação do sujeito – barrado ou não barrado, conforme o caso, isto é, conforme seja marcado pelo efeito do significante" (Lacan, 1999, p. 451). Portanto, ao usar *barra* (verbo) para nomear a ação do instrumento, o autor mobiliza a teoria do significante, da qual *barra* (substantivo) é um item, para ver no espancar algo como um significante. Logo, a sequência dos verbos também é um encaminhamento lógico que, assim como a dos substantivos, leva à mesma conclusão.

Miremos, por fim, o objeto chicote e quem o porta:

> O caráter fundamental da fantasia masoquista (...) é a existência do chicote. É isso que, em si mesmo, merece ser por nós acentuado. Estamos lidando com um significante que merece ter um lugar privilegiado na série de nossos hieróglifos, antes de mais nada, por uma simples razão, a de que o hieróglifo correspondente àquele que segura o chicote designa desde sempre o diretor, o governador, o mestre/senhor (Lacan, 1999, p. 251).

Quem empunha o chicote passa a ser considerado significante, e não mais simplesmente agente do espancar. A passagem ao estatuto de significante salta das páginas do Seminário. No cap. XIV, depois de enumerar o que a perspectiva kleiniana considera "os objetos primordiais bons e maus, os objetos primários a partir dos quais se faz toda a dedução analítica" (Lacan, 1999, p. 263), o autor sustenta que eles "constituem uma bateria na qual se desenham diversas séries de termos substitutos, fadados à equivalência". Quem frequenta os textos de Lacan já reconheceu o termo que está no Seminário 6 para explicar o primeiro andar do grafo do desejo,

"bateria significante" (Lacan, 2016, p. 45), isto é, o conjunto de todos os significantes existentes simultaneamente, o "tesouro sincrônico" (idem) – da mesma forma que se dispõem sucessivamente, isto é, a dimensão da "diacronia" (idem); quem roça as páginas de Saussure já agadanhou na passagem os dois fatores que constituem os valores: "Eles são sempre constituídos: 1º. Por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar; 2º. por coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa." (Saussure, 1974, p. 134). Postas as premissas, conclui Lacan sobre os objetos primordiais: "O leite e o seio transformam-se, posteriormente, quer no esperma, quer no pênis. Desde sempre, os objetos estão, se assim me posso exprimir, *significantizados*." (Lacan, 1999, p. 263). Na passagem em tela, a significantização incidiu não sobre o objeto chicote e sim sobre a pessoa que o empunha. Tornada significante, "pode ser trocado" (para usarmos Saussure), havendo, então, entre eles "equivalência", como está em Lacan, formando série: diretor, governador, mestre/senhor.

Tomar o portador do chicote como significante legitima mais ainda a conclusão que passou a simbólico o ato do espancar. Na citação anteriormente destacada, Lacan emprega "hieróglifo" ao referir-se a quem segura o chicote; o termo vem da Egiptologia, ciência de interesse de Freud e da qual tomou emprestado expressões para construir a sua Onirologia: assim como Champolion decifrou os hieróglifos dos monumentos egípcios, Freud o fez com os das construções oníricas. E delirantes: "Pega [Freud] o livro de um paranoico (...) e dele nos dá uma decifração champollionesca; ele o decifra do modo como se decifram hieróglifos." (Lacan, 1988, p. 19). Empregando-o, semanticamente, é da estrutura de que Lacan trata, a do sonho, a da perversão; argumentativamente, é na vereda da significantização do espancar que cavalga.

A teoria do significante: falo, anulabilidade

Mirados o portador do chicote, a sequência dos verbos e dos substantivos, o falo miremos. Ele aparecia na página anterior à conclusão, na qual se menciona "algo que é muito menos fácil de articular, de simbolizar, do que seja lá o que houver de imaginário, ou seja, um sujeito real." (Lacan, 1999, p. 249). Ocupava-se Lacan com a simbolização da mãe feita pela criança e, quase de modo abrupto, pincelou um novo traço no quadro textual, introduzindo "um sujeito real", dando as cores do que virá: a fantasia do espancamento como modo de simbolizar o irmão. Sendo o falo "o significante por excelência da relação do homem com o significado e, em vista disso, acha-se numa posição privilegiada" (Lacan, 1999, p. 418), mirá-lo é ter em vista a teoria do significante. Do lado da criança em quem a fantasia emerge, é o falo que lhe permitirá atribuir significado ao irmão – o de objeto do ódio do pai –, como veremos adiante.

O capítulo XIX tem por título "O significante, a barra e o falo", no qual há o substantivo "barra", suficiente para evocar a discussão do capítulo XIII que aplainava a via que ia do espancamento ao significante. Formando série metonímica com "barra", temos no título "significante" e "falo" em contiguidade, suficiente para se ver que Lacan leva adiante suas tarefas de mostrar que, em *Uma criança é espancada* "trata-se da intervenção, em Freud, da noção de significante." (Lacan, 1999, p. 242) e de ancorar tudo isso no falo, último termo da cadeia metonímica do título do capítulo XIX.

No capítulo XIX, ao apresentar e comentar um dos seus esquemas para estabelecer a distinção entre demanda e desejo, o autor assevera: "É por isso que ainda teremos de voltar ao *que é um significante*." (Lacan, 1999, p. 354 – grifo nosso). Ocupar-se com *o que*

é equivale a construir uma teoria sobre ele, motivo de nomearmos como "teoria do significante" este andar argumentativo. Ei-la:

> O significante como tal é algo que pode ser apagado e que não deixa mais do que seu lugar, isto é, não se pode mais encontrá-lo. Essa propriedade é essencial e faz com que, apesar de podermos falar de emergência, não possamos falar de desenvolvimento. Na realidade, o significante a contém em si. Quero dizer que uma das dimensões fundamentais do significante é poder anular a si mesmo. (...) Ela se materializa por uma coisa muito simples, que todos nós conhecemos, e cuja originalidade não podemos deixar que seja dissimulada pela trivialidade do uso – é a barra. Qualquer espécie de significante é, por natureza, uma coisa que pode ser barrada (Lacan, 1999, p. 356).

Vejamos como essa teoria se vale da fantasia do espancamento para se construir e retroage sobre o capítulo XIII, selando a aproximação entre o espancamento e o significante. Primeiro aspecto: "o significante é algo que pode ser apagado". Isso expressa o que se passa com a fantasia em sua segunda fase, em que se apaga o sentido de que ser espancado significa ser odiado (como está na primeira fase) e emerge um outro, em que ser espancado significa ser amado: "No começo, esse signo – que a criança seja espancada pelo pai – é o do rebaixamento do irmão odiado (...) na segunda etapa (...) esse signo transforma-se, ao contrário, no signo do amor." (Lacan, 1999, p. 357). Para não desaprumar nossa arquitetura textual, deixaremos de lado o que essa passagem põe a nosso favor ao chamar de "signo" o ato de espancar – pois isso empurraria para a distinção entre signo e significante. Passemos ao segundo aspecto da citação mais longa: a referência à barra. No capítulo XIII, a *barra* expressava o efeito do instrumento (riscar, barrar, abolir); agora, expressa a propriedade fundamental do significante que acaba de

ser enunciada, a de poder anular. Tão fundamental que o parágrafo conclui voltando a ela: "Na verdade, quando anulamos qualquer outra coisa, seja ela imaginária ou real, por isso mesmo a elevamos ao grau, à qualificação de significante." (Lacan, 1999, p. 356). Além de declarar que o significante possui a característica de anular, declara-se que a anulabilidade torna significante o que até então não era.

A barra e o anular são sinônimos: "A verdade é que é quando o significante se apresenta como anulado, marcado pela barra, que temos o que se pode chamar de um produto da função simbólica." (Lacan, 1999, p. 357). Essa teoria do significante de Lacan se constrói sobre a teoria da perversão de Freud: se, na segunda fase da fantasia, o significado do espancamento da primeira é anulado (ser espancado = ser odiado), dando lugar a um outro (ser espancado = ser amado), então o espancar (ou o portador do instrumento com que se realiza) adquire o estatuto de significante. Nas palavras do autor: "Isso só é concebível, propriamente falando, através da função do significante." (Lacan, 1999, p. 357). Em outro trabalho, a anulabilidade explica a relação entre demanda e necessidade: "É através disso [do privilégio do Outro de satisfazer ou não as necessidades do sujeito] que a demanda anula (*aufhebt*) a particularidade de tudo aquilo que pode ser concedido, transmutando-o em prova de amor, e as próprias satisfações que ela obtém para a necessidade degradam-se em nada menos do que o esmagamento da demanda de amor". (Lacan, 1998a, p. 698). A anulabilidade, como característica que torna significante aquilo que não o era, não se circunscreve apenas à teorização da fantasia do espancamento. Vale também para teorizar as relações entre necessidade e demanda.

Falo e criança espancada se equivalem: "A rigidez peculiar que tanto me impressionou na fórmula monótona 'uma criança é espancada' provavelmente pode ser interpretada de modo

especial. A criança que está sendo espancada (ou acariciada) pode, em última análise, ser nada mais, nada menos que o próprio clitóris" (Freud, 1925, p. 316). Esse trecho é citado e comentado no Seminário 5 (Lacan, 1999, p. 358). Se criança espancada pode ser clitóris, é porque um pode ser trocado pelo outro; um é equivalente ao outro, para voltarmos à passagem em que, em Lacan, lia-se Saussure. Passaram a ser significantes, foram significantizados. Essa retomada em "Algumas consequências psíquicas de Uma criança é espancada", que subsume ao clitóris todas as crianças da fantasia, bem como todas as ações endereçadas a elas (amar, espancar), esclarece, e muito, o que, em Freud, leva Lacan a tomar como significante o ato de espancamento. O raciocínio de Freud (criança espancada é o clitóris; o clitóris concerne ao falo na menina) encontra eco em Lacan na teorização de que o espancar é função significante. Função desempenhada pelo falo. Em um de seus trabalhos, o autor relembra que "Na doutrina freudiana, o falo não é uma fantasia (...) Tampouco é, como tal, um objeto (parcial, interno, bom, mau etc.) (...) E é menos ainda o órgão, pênis ou clitóris, que ele simboliza." (Lacan, 1998a, p. 696). Não é objeto e sim significante: "Ele é o significante destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado, na medida em que o significante os condiciona por sua presença de significante." (Lacan, 1998a, p. 697). No caso da fantasia masoquista, permite significar o irmãozinho: odiado pelo pai.

Nascem novas questões. Freud equipara "criança espancada" a "clitóris", e Lacan se ocupa do "ato do espancamento". E quem, em "falta de objeto", distinguiu "falta" e "objeto" e interpretou cada um dos elementos à parte pelos três registros (real, simbólico e imaginário), seguramente não se equivocou ao tomar "criança espancada" como igual a "ato de espancar". Cabe perguntar o que leva Lacan a indistinguir, depois de trabalhar, no Seminário 4, com

demarcações, como reunido neste trecho, no qual surge outra distinção, a de "agente": "Ora, não é absolutamente obrigatório que a falta e o objeto, e mesmo um terceiro termo a que vamos chamar o agente, sejam do mesmo nível nessas categorias. De fato, o objeto da castração é um objeto imaginário (...). O da frustração é um objeto real (...) – o objeto da privação; este não passa jamais de um objeto simbólico." (Lacan, 1995, p. 3.7) Encaixotemos, por ora, as questões nascentes.

O espancamento: fantasia sádico-masoquista – sua lógica sintática

Em *"Ein Kind wird geschlagen",* Freud divide em três fases a fantasia do espancamento; para a primeira e a segunda, dá-nos fórmulas em frases concisas, entre aspas, para as singularizar no interior do texto.

A primeira surge após a indicação dos antecedentes (chegada do irmão): "Der Vater liebt dieses andere Kind nicht, *er liebt nur mich*." (Freud, 1973, p. 238 – itálico de Freud).[2] O verbo da frase é "amar" (*lieben*, conjugado: *liebt*), e não "espancar" (*schlagen*, conjugado: *schlägt*). Esse aparecerá na nova fórmula da fase, nas páginas a seguir: "Er (der Vater) liebt nur mich, nicht das andere Kind, denn er schlägt ja." (Freud, 1973, p. 240)[3]. Damos aqui, por exigências do raciocínio em curso, nossa tradução: "Ele (o pai) ama somente a mim, não a outra criança, pois a espanca, sim.".

2 Tradução nossa: "O pai não ama esta outra criança, ama somente a mim.". Tradução da Imago: "O meu pai não ama essa outra criança, ama apenas a mim." (Freud, 1919, p. 234).

3 Tradução da Imago: "Ele (o meu pai) só ama a mim, e não à outra criança, pois está batendo nela." (Freud, 1919, p. 236).

Destaquemos a oposição claramente marcada, "liebt nicht", "schlägt ja". Traduzindo literalmente: ama não, espanca sim. O verbo "espancar" é empregado para nomear o que se passa do lado da outra criança; do lado de quem a fantasia surge, o verbo é "amar". Essa coisa, seleção lexical de verbos opostos, faz acontecer no significante (na sintaxe: sujeito, verbo, objeto) o que se veicula no significado (no sentido: somente a mim ele ama); se é somente a mim, então o verbo "espancar" predica a outra criança e, quando se usa "amar" para ela, é seguido da negativa, "*nicht*". O "*nur*" ("somente") se espalha por toda a frase: nega-se o amar, afirma-se o odiar. O "amar" ficou só para o sujeito da fantasia. Não bastasse a seleção lexical de verbos existentes na língua, Freud mobilizaria um segundo procedimento: a criação de uma estrutura sintática incomum. Por essa criação, a frase nos faz ver os advérbios de negação ("nicht liebt") e de afirmação ("schlägt ja")". Pospor o advérbio de afirmação a um verbo para afirmatizar a frase é uma construção pouco usual na língua alemã, bem como na portuguesa; usual é o de negação para negativizá-la. Usar o de afirmação em sintagma que o dispensa prolonga, no plano sintático, as oposições em curso, eu x outro, amar x espancar, produzindo a terceira, "nicht" x "ja". Criada por Freud, ela confere ao espancamento uma intensidade que o emprego apenas do verbo não expressaria; o advérbio afirmativo duplica o espancar já expresso pelo verbo. Concluímos, pois, que são exigências da gramática do inconsciente que impõem a Freud o uso do "*ja*" na segunda versão da primeira fórmula: o narcisismo do sujeito, a reivindicar para si todo o amor do pai, e a hostilidade ao irmão, a destinar-lhe todo o ódio do pai – intensificada pela dupla afirmativa. E isso é o estilo de Freud, que nos comunica por meio da criação de algo incomum na sintaxe da língua e pela seleção lexical de verbos opostos. Ao outro, o "espanca"; a mim, o

"ama"; ao outro, o "sim" do "espanca" e o "não" do "ama". O "ama" é somente para mim, "liebt *nur* mich".

E quando "espanca", predica o sujeito da fantasia; é sem o "sim", como na segunda fase: "Nein, er liebt dich nicht, denn *er schlägt dich*." (Freud, 1973, p. 240 – grifo nosso)[4]. Acabamos de mostrar que, mesmo que a gramática dispensasse o advérbio de afirmação, Freud o empregava por razões da gramática do inconsciente. A existência de um segmento frasal semelhante, também calcado em *schlägt* e sem o advérbio *ja* intensificando o "espancar", reforça essa leitura. O espancado é o sujeito da fantasia, espancado com mais suavidade (posto ausente o "*já"), mesmo passando-se do sadismo ao masoquismo e negando-se a ele, duplamente ("nein" e "nicht"),* o amor do pai.

Negação que mantém a afirmação. Na mudança de espancar = odiar para espancar = amar (com base na anulabilidade), Lacan pautava-se por tornar o ato de espancamento em um significante. Tal mudança admite-a Freud em dois momentos. O primeiro: "A fantasia inconsciente intermediária, que tivera originariamente um sentido genital, resultou, pela repressão e pela regressão, do desejo incestuoso (ser amado pelo pai)." (Freud, 1973, p. 247).[5] O segundo: "O ser espancado da fantasia masculina (como irei denominar brevemente e, espero, inequivocamente) é, da mesma maneira, um ser amado no sentido genital (degradado por meio da regressão)."

4 Tradução nossa: "Não, ele não te ama, pois ele te espanca.". Tradução da Imago: "'Não, ele não ama você, pois está batendo em você.'" (Freud, 1919, p. 236).

5 "Die unbewußte Phantasie der mittleren Phase hatte ursprünglich genitale Bedeutung, ist durch Verdrängung und Regression aus dem inzestuösen Wunsch, vom Vater geliebt zu werden, hervorgegangen". Tradução da Imago: "A fantasia inconsciente da fase média tinha primariamente um significado genital e evoluiu, por meio da repressão e da regressão, de um desejo incestuoso de ser amada pelo pai." (Freud, 1919, p. 244).

(Freud, 1973, p. 249. Tradução nossa).[6] Para o espancar (fase sádico-anal), regrediu a libido do desejo incestuoso de ser amado (fase genital); no espancar, portanto, permanece, reprimido, o amar, motivo de, na segunda fase espancar significar amar, e não odiar, como na primeira.

Regressão e repressão: cruzam-se a teoria da sexualidade infantil (fases da organização sexual: genital, anal-sádica) e a teoria das pulsões (destinos: transformação em seu oposto, retorno contra a própria pessoa, repressão) para explicar a passagem do sadismo da primeira para o masoquismo da segunda fase, entendida por Freud como efeito do sentimento de culpa da menina pelo amor incestuoso ao pai. Estando na fase genital, a filha ama-o; proibida a satisfação pulsional, reprimido o amor incestuoso e nascido o sentimento de culpa por tê-lo amado, a libido regride para a fase anal-sádica e satisfaz-se masoquistamente. Nos termos de Freud: "O 'O pai me ama' era pensado em um sentido genital; por meio de regressão, ele se transforma em: 'O pai me bate (eu sou espancado pelo pai)'" (Freud, 1973, p. 240).[7] Por conectar essa transformação a outros pontos de interesse da psicanálise, a segunda fase é a mais importante, o que é destacado duas vezes no texto. (Freud, 1919, p. 232 e p. 242).

---

6 „Das Geschlagenwerden der männlichen Phantasie, wie ich sie kurz und hoffentlich nicht miβverständlich nennen werde, ist gleichfalls ein durch Regression erniedrigtes Geliebtwerden im genitalen Sinne." (Freud, 1973, p. 249). Tradução da Imago: "Na fantasia masculina – como a chamarei sumariamente e, espero, sem qualquer risco de ser mal interpretada – o ser espancado também significa ser amado (num sentido genital), embora rebaixado a um nível inferior, por causa da regressão." (Freud, 1919, p. 246).

7 "Das: 'Der Vater liebt mich' war im genitalen Sinne gemeint; durch die Regression verwandelt es sich in: ‚Der Vater schlägt mich (ich werde vom Vater geschlagen'" (Freud, 1973, p. 240). Tradução da Imago: "'O meu pai me ama' queria expressar um sentido genital; devido à regressão, converte-se em 'O meu pai está me batendo (estou sendo espancado pelo meu pai)'". (Freud, 1919, p. 237).

Implicações clínicas emergem dessa conversão do sadismo (o pai espanca o outro) em masoquismo (o pai me espanca) da segunda fase, a qual explica os comportamentos que realizam a fantasia. Lê-se no cap. V:

> As pessoas que portam essa fantasia desenvolvem uma sensibilidade e irritabilidade particulares contra pessoas que elas podem incluir na série paterna; deixam-se ofender facilmente por elas e, assim, realizam a situação fantasiada de serem espancadas pelo pai, para seu próprio sofrimento e dano. (Freud, 1973, p. 246).[8]

Em alemão, o verbo "ofender" é *kränken*, cuja formação se encontra no adjetivo *krank*, que significa "doente", "enfermo". Há nisso o que o tradutor brasileiro de Freud chama de motivação morfológica, existente, em português, para ficarmos com o exemplo do tradutor, na palavra "'ouvinte', composta do verbo 'ouvir' e do sufixo que forma substantivos agentes" (Souza, 2025, p. 179). Enumeram-se os "efeitos sobre o caráter", que são "derivados diretamente" (Freud, 1919, p. 243) da fantasia. Do ponto de vista clínico, elucidam-se: 1) incluir alguém na série do pai, que funcionará como seu substituto; 2) desenvolver sensibilidade e irritabilidade para com o substituto; 3) sentir-se ofendido pela forma como ele reage à sensibilidade e à irritabilidade; 4) sofrer dano para si na

8 „Menschen, die eine solche Phantasie bei sich tragen, entwickeln eine besondere Empfindlichkeit und Reizbarkeit gegen Personen, die sie in die Vaterreihe einfügen können; sie lassen sich leicht von ihnen kränken und bringen so die Verwirklichung der phantasierten Situation, daβ sie vom Vater geschlagen werden zu ihrem Leid und Schaden zustande.". Tradução da Imago: "Pessoas que abrigam fantasias dessa espécie, desenvolvem uma sensibilidade e uma irritabilidade especial contra quem quer que possam incluir na categoria de 'pai'. São facilmente ofendidas por uma pessoa assim e, desse modo (para sua própria tristeza), realizam a situação imaginada de serem espancadas pelo pai." (Freud, 1919, p. 243).

relação com ele por meio desse reagir. A ofensa dele é secundária; o desejo de ser ofendido é o fenômeno primário; aquele, o meio; esse, o fim. Grande parte da dinâmica das relações humanas esclarece-se pela fantasia inconsciente. Ilumina o comportamento das crianças "que muitas vezes são propositalmente 'travessas' para provocarem o castigo e ficam quietas e contentes depois de terem sido punidas." (Freud, 1916, p. 376). Ficam "quietas e contentes" porque a punição satisfez o sadismo transformado em masoquismo. Busca-se um pai que me espanque. Deixa-se espancar por ele: 1) fazendo "o que é desaconselhável", 2) agindo "contra seus próprios interesses", 3) arruinando "as perspectivas que se abrem no mundo real" e 4) destruindo a "própria existência real" (Freud, 1924, p. 211) – para enumerarmos como *"O problema econômico do masoquismo"*. Este trabalho lapida o "Busca-se um pai que me espanque" da seguinte forma: "O verdadeiro masoquista sempre oferece a face onde quer que tenha oportunidade de receber um golpe." (Freud, 1924, p. 206). Ponderações clínicas tanto quanto as de *"Ein Kind wird geschlagen"*.

Aclara-se também muito da dinâmica das relações políticas, que instauram, no topo do poder, a figura do sádico, na forma de governantes, e, na base, a do masoquista, na feição de governados. Raciocínio desenvolvido por Freyre; ainda que não cite diretamente Freud e, menos ainda, a série em que se inserem substitutos do pai, o sociólogo examina o fenômeno de um modo muito próximo ao do psicanalista:

> Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masochismo de escravo, excedendo a esphera da vida sexual e domestica, têm-se feito sentir, atravez da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surprehendel-os em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado victimas em quem

> exercer-se com requintes às vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como o do "marechal de ferro". A nossa tradição revolucionaria, liberal, demagogica, é antes apparente e limitada a focos de fácil prophylaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar "povo brasileiro" goza é a pressão sobre elle de um governo masculo e corajosamente autocratico. Mesmo em sinceras expressões individuais (...) de mystica revolucionaria, de messianismo, de identificação do redemptor com a massa a redimir pelo sacrifício de vida ou de liberdade pessoal, sente-se o laivo ou o resíduo masochista: menos a vontade de reformar ou corrigir determinados vicios de organização política ou economica que o puro gosto de soffrer, de ser victima, ou de sacrificar-se (Freyre, 1933, p. 80-81).

O chefe autocrático está na mesma série do pai. Escrito nos idos de 30 do século XX por um autor "na condição de emigrado (Freyre, 1968, p. 125) e que, emigrado, toma conhecimento de que a casa de sua família tinha "sido saqueada e incendiada" (Freyre, 1968, p. 130), *Casa-grande & senzala,* saído em 1933, lê freurianamente a política brasileira, na qual Vargas ocupou o lugar de "chefe autocrático" à época da redação da obra. Da escrita, mantivemos a ortografia da primeira edição, em vez de irmos a um texto "atualizado linguisticamente e adequado a recepções contemporâneas" (Matta, p. 2002, XXIX). Isso porque o arcaico da forma gráfica evoca a fantasia de ser espancado pelo pai – escrita infantil da qual o ser governado por um chefe "másculo e corajosamente autocrático" é uma atualização que torna nossas revoluções uma reforma ortográfica sob a qual o gênio do linguista reconhece a escrita antiga. Escrita antiga a que Lacan se referia ao chamar de hieróglifo (grafia arcaica dos egípcios, tanto quanto o é para nós hoje, a de Freyre, da década de 30) a pessoa que porta o chicote, a qual "designa desde sempre o diretor, o governador, o mestre/senhor."

(Lacan, 1999, p. 251). Hieróglifo, por ser antigo, pede decifração, ao final da qual se descobrirá que o governador substitui o pai. Retornando às formas pelas quais o masoquista deixa-se espancar, aditamos esta: elegendo governantes em quem falta fineza no mando e sobra frieza no desmando.

Para a terceira fase da fantasia, Freud não nos dá uma fórmula em frase concisa, destacada no texto por aspas ou itálico. Seguindo esse padrão, a fórmula seria: Eine Person schlägt ein Kind ("Uma pessoa espanca uma criança"), já que a terceira substitui o pai pelos seus representantes, que podem ser inseridos na série, incluindo-se aí os da esfera política, como acabamos de sustentar. Contudo, não no-la dá Freud. Para efeitos de análise, vamos reconstituir o que seria sobrepondo-a às outras:

> Primeira: Er (der Vater) liebt nur mich, nicht das andere Kind, denn er schlägt ja. Segunda: Nein, er liebt dich nicht, denn er schlägt dich.Terceira: Eine Person schlägt andere Kind.

Está nisso o apuro lógico de Freud que fisgou Lacan. A redação frasal atém-se ao essencial da lógica sintática (S-V-O: sujeito-verbo-objeto) de algumas línguas ocidentais para veicular o essencial do fenômeno: alguém (S) espanca ou ama (V) alguém (O). A substituição dos elementos gera conteúdos e sentidos diferentes de uma fase para outra.

Esse procedimento redacional empregou-o Freud na análise do caso Schreber. Lá havia um fenômeno nuclear, amar um outro homem, esculpido na frase "*eu* (homem) *o amo* (um homem)" (Freud, 1912, p. 85). Reprimido, retornava pelo mecanismo da negação de um dos constituintes S-V-O, engendrando as três formas de delírio.

Negação do verbo: "Eu não o *amo*; eu o *odeio*". (Freud, 1912, p. 86). Por ser também incompatível com o "eu o odeio", essa representação sofre o efeito da projeção, gerando "Ele me odeia". A projeção faz assumir a feição de percepção externa (ser perseguido pelo outro) o que é um fenômeno interno (amá-lo): " Eu não o *amo* – eu o *odeio*, porque ELE ME PERSEGUE.'" (Freud, 1912, p. 86).

Negação do objeto: "'Eu não *o* amo – eu *a* amo.'' E, em obediência à mesma necessidade de projeção, a proposição é transformada em: 'Eu noto que *ela* me ama'. 'Eu não o amo – eu a amo, porque ELA ME AMA.'" (Freud, 1912, p. 86). Como no anterior, a transformação, incluindo a realizada pela projeção, explica a origem dos delírios, agora, dos erotomaníacos – "'… *ela* me ama'".

Negação do sujeito: " Não sou *eu* quem ama o homem – *ela* o ama' (caso do homem), ou "Não sou *eu* quem ama as mulheres – *ele* as ama" (Freud, 1912, p. 87) (caso da mulher). Surgem os delírios de ciúme. No homem, que "suspeita da mulher em relação a todos os homens a quem ele próprio é incitado a amar" (idem). Nas mulheres, que "suspeitam do marido em relação a todas as mulheres por quem ela própria é atraída" (idem). Note-se o rigor da frase também no comentário sobre os delírios, e não apenas na estrutura sintática que os cria.

Nega-se, ainda, a sentença toda:

> Ora, poder-se-ia supor que uma proposição composta de três termos, tal como '*eu o amo*', só pudesse ser contestada por três maneiras diferentes. Os delírios de ciúme contradizem o sujeito, os delírios de perseguição contradizem o predicado e a erotomania contradiz o objeto. Na realidade, porém, é possível um quarto tipo de contradição – a saber, aquele que rejeita a proposição como um todo: '*Não amo de modo algum – não amo ninguém*' (Freud, 1912, p. 88).

Embora não nos ocupemos com esta quarta forma por não haver na fantasia masoquista um pai cujo desamor a todos se expressasse numa fórmula correlata à anterior, "*Ele não ama de modo algum – não ama ninguém*", ela não é menos importante em Freud. Ela explica outra forma de delírio: o de grandeza, isto é, a megalomania.

Nessa redução do delírio de Schreber ao mínimo sintático, com a máxima extração de seu potencial semântico, que torna inteligíveis as diversas formas de delírio, é que Lacan reconhece o "golpe de gênio" de Freud.

Em *Luto e melancolia*, Freud recorre ao procedimento ao exemplificar o retorno do sadismo contra a própria pessoa, retorno que elucida o traço distintivo da melancolia (a autorrecriminação): "A mulher que lamenta em altos brados o fato de o marido estar preso a uma esposa incapaz como ela, na verdade está acusando o marido de ser incapaz." (Freud, 1917, p. 281). O alemão deixa claro que o "incapaz" da mulher („*untüchtige Frau*") decorre da "incapacidade do marido" („*die Untüchtigkeit des Mannes*"). A derivação é espessada pelo substantivo, *die Untüchtigkeit*, cuja composição se lê no adjetivo da mulher, *untüchtige*. Temos nisso o que o tradutor brasileiro de Freud chamou de motivação *morfológica*, como o há, indo a outro exemplo dele, em português, na palavra "ovário, para nomear o órgão que contém os ovos ou óvulos" (Souza, 2025, p. 159). Além do substantivo, a derivação adensa-se pelo genitivo (*des Mannes*). É do marido o que está na mulher.

Ao exemplo subjaz a lógica do caso Schreber, expressa na sintaxe S-V-O: "*Ele é incapaz*". Reprimida a censura ao marido, em quem originariamente residia a incapacidade, ela retorna na forma de autocensura, por meio da negação do sujeito: "*Ele* não é incapaz – *eu* é quem sou incapaz". O que, no caso Schreber, era a gênese dos delírios de ciúmes, aqui o é do de inferioridade, já que a melancolia

é o oposto do narcisismo, no qual Freud enxerga, originariamente, o "delírio de grandeza", secundaria e patologicamente depois exposto no de grandeza do megalomaníaco.

Em "*Ein Kind wird geschlagen*", essa lógica se expressa sintaticamente. Retranscrevamos as fórmulas das fases, relembrando que a da terceira não está em Freud:

> Primeira: Er (der Vater) liebt nur mich, nicht das andere Kind, denn er schlägt ja.
>
> Segunda: Nein, er liebt dich nicht, denn er schlägt dich.
>
> Terceira: Eine Person schlägt ein Kind.

Nega-se („nicht") na primeira; o V („*liebt*"). A negação faz surgir o V do final, *schlägt*, indicando o ódio do pai, intensificado pelo *ja*, como argumentamos já.

Nega-se, na segunda, o O ("*dich*"), que deixa de ser complemento de "amar" para o ser de "espancar". Porque, na sintaxe do delírio de Schreber, o caso de negação do objeto (como o explica Freud ao vincular o delírio erotomaníaco a essa negação) se dá numa frase cujo objeto é um pronome ("o"), tanto quanto o "dich" da segunda fase do espancamento, tratamo-lo assim – e não como a repetição da negação do verbo, como na primeira fase. Portanto, é na mudança do objeto que está a estrutura lógica que inteligibiliza a ida da primeira para a segunda fase – como o era na transformação da qual brotavam os delírios erotomaníacos.

Nega-se, na terceira, o S ("*Der Vater*"), cuja mudança para "*Eine Person*" é a dobradiça que faz girar a fantasia para a terceira fase – mudança que, no caso de Schreber, fazia surgir os delírios de ciúme. No espancar, o sujeito não é mais o pai, mas sim uma pessoa qualquer ("Eine Person"), inserida, na segunda fase, na série da qual o pai é o significante fundante. Em alemão, *Vaterreihe* é

um substantivo composto por Vater (pai) e Reihe (série). Exemplo de motivação *morfológica*, como a entende o tradutor brasileiro de Freud: "Também as palavras compostas (no sentido estrito) se incluem nesse caso. E o alemão, como se sabe, é uma língua em que há enorme facilidade para esse tipo de palavra." (Souza, 2025, p. 159). Motivado fonologicamente, o substantivo *Vaterreihe* permite-nos asseverar que o pai é o "significante fundante", posto primeiro, *Der Vater*.

Em *Ein Kind wird geschlagen* há, pois, a mesma lógica sintática do caso Schreber e do exemplo da mulher melancólica.

Considerações finais

Substitutos do pai são instaurados pelo sujeito, com os quais satisfaz sua fantasia de espancamento, aprendemos com Freud; governadores estão na série dos substitutos, compreendíamos com Freyre e Lacan; nas línguas, há motivações *fonética* e *morfológica,* assimilamos do tradutor de Freud – a fonética a ouvida nas onomatopeias e a morfológica a vista na "estrutura da palavra a torna mais viva, mais apta a produzir ressonâncias no ouvinte ou leitor." (Souza, 2025, p. 159). Nascidos de uma exposição à teoria freudiana do masoquismo e à lacaniana do significante pelo nosso ensino na APC e na UTFPR, concluímos o trabalho sustentando haver implicações políticas (e não só clínicas) na fantasia masoquista e existir uma motivação *sintática* – aquela, valendo-nos de Souza, em que a estrutura sintática da frase torna mais viva a sua semântica – na língua de Freud.

Se estrutura sintática, então ordem significante, no sentido do Seminário 3. Que está também na perversão, como visto por Lacan em *Ein Kind wird geschlagen,* ponto de partida que explicitamos

neste trabalho. Tão sintática a lógica da perversão quanto a do delírio e a da melancolia. Por isso mesmo topamos com esta conclusão no Seminário 14: "*Uma criança é espancada* não é nada mais do que a articulação significante." (Lacan, 2024, p. 351). Sendo isso, é a estrutura que apura a lógica, na qual há pura lógica. E isso fisgou Lacan. Fisgou-nos. Fisgou-vos?

Referências

FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia [1912]. In: *ESB*, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. [1916]. In: *ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia [1917]. In: *ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. Uma criança é espancada [1919]. In. *ESB,* vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo [1924]. In. *ESB*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. [1925] In: ESB, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976e.

FREUD, Sigmund. Ein Kind wird geschlagen. In: *Zwang, Paranoia und Perversion*. Frankfurt am Main: Fischer, 1973. Studienausgabe, Band VII.

FREUD, Sigmund. Trauer und Melancholie. In: *Das groβe Lesebuch*. Frankfurt am Main: Fischer, 2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

FREYRE, Gilberto. Como e por que escrevi Casa-grande & Senzala. In: *Como e por que sou e não sou sociólogo*. Brasília: UnB, 1968.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. A significação do falo. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 3*: as psicoses. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 4*: as relações de objeto. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5*: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 6*: o desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 14*: a lógica do fantasma. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

MATTA, Carmen da. Nota filológica sobre o estabelecimento de texto. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: edição crítica. São Paulo: ALLCA XX, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral.* São Paulo: Cultrix, 1974, 6. ed.

SOUZA, Paulo César de. *As palavras de Freud*: o vocabulário freudiano e suas versões. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed., 2025.

Espaço do Cartel



Mais ainda... - De um gozo a Outro

Andrea Rôa d'Haese[1]

Após um percurso em torno do Seminário 20 – Encore (1972-1973) onde Lacan e se dedica a pensar a diferença subjetiva do sujeito frente a castração a partir das fórmulas da sexuação surgiu a necessidade de tentar articular nossas raízes com o gozo, "mais ainda" ... o gozo feminino, este que busca incessantemente responder a inapreensível e inquietante inexistência d*A* Mulher, esta que se incorpora pelo suporte do entrelaçamento entre gozo/amor/desejo. Pois se em um primeiro momento somos e nos fazemos objetos de gozo do Outro, na sequência necessitamos também sabermos nos articular frente a inevitável lei de que um dia escolhemos seguir para sermos herdeiros da linguagem, ainda que não toda. Lei que nos permite usufruir da vida, mas nos impõe seus limites. Como expressar o inominável da existência? Do infinito? E ainda… como tecer palavras ao indizível? … Angústia…, mas das boas, transmutada em nostalgia e com um quê de alegria por vislumbrar a falta que me falta, aquela que me coloca em movimento para criar algo que me dê satisfação suficiente para me instigar a novas perguntas e, assim, faz com que eu vá me reconhecendo como a curiosa trilheira da vida.

A angústia é a resposta de um sujeito às voltas com a dor que arde no corpo, incapaz de tudo dizer e que viria fazê-lo desaparecer,

1 Psicanalista; membro da Associação Psicanalítica de Curitiba; graduada em Psicologia (UTP-PR) e em Artes Plásticas (FAP/UNESPAR); especialista em Saúde Mental e Psicanálise (PUC-PR). Contato: andrea@clinicadotrabalho.com.br.

caso não houvesse, para o sujeito, um precedente capaz de cumprir a função de barrar o indizível com o próprio ato de dizer, pois é porque encontramos um limite que podemos dizer do indizível sem adentrar em um abismo sem fim.

Fato é que o inominável existe, ainda que na ex-sistência! Pois mesmo que o sujeito se saiba impedido ao acesso do significante derradeiro e necessite estar submetido a incorporação da lei da palavra, há o reconhecimento não negado para muitos de que existe um modo suplementar de gozo que também faz corpo ainda que não todo, uma vez que se embrenha na impossibilidade do real. E será a partir deste não tudo, não todo que Lacan foi capaz de desdobrar a ideia do gozo universal falocentrista e estruturante para a possibilidade da suposição de uma dimensão de alteridade contingente de um gozo Outro, não aprisionado, mas ainda assim submetido ao desfiladeiro significante, portanto organizado pelo simbólico, uma experiência de corpo enlaçada ao desejo.

No decorrer de sua obra, Lacan demonstra que os sexos são definidos de formas distintas e que as parcerias não são simétricas nem sobrepostas, apresentando uma assimetria, ainda que ambos estejam subordinados ao falo. Essa dissimetria demonstra a impossibilidade da relação entre os sexos. Cabe aqui ressaltar que a posição sexuada não corresponde ao corpo biológico, nem ao gênero, mas a maneira de gozar e ao sujeito do inconsciente. Nada impede que um homem goze como uma mulher e uma mulher como um homem, tendo em vista que homem e mulher são, neste contexto, significantes.

Transcorrendo na obra lacaniana encontra-se que o gozo é em um primeiro momento impossível acessá-lo, para posteriormente a partir da incidência da Lei ser circunscrito pela linguagem. Portanto transita da impossibilidade do gozo do ser para o possível gozo sexual marcado pela castração; gozo este comandado

pelo significante fálico que se encontra nos limites entre o real e o simbólico. A partir da subjetividade dos modelos de gozo neste seminário irá falar das posições do sujeito agir e se colocar frente ao Outro na dissimetria masculino/feminino, fundamentando a questão da feminilidade e formalizando assim os modos da sexuação. Adverte que o sujeito irá se posicionar do lado homem ou do lado mulher e a escolha da posição subjetiva é determinada no discurso indo por vezes contra a própria anatomia. Portanto, a identidade sexual se dá pela posição do sujeito em relação ao significante fálico, e será a distribuição dos gozos que determinará sua posição subjetiva.

Todo falasser está submetido à função fálica, capaz de estruturar a sexualidade tanto do homem quanto da mulher, função em que o significante falo será o suporte para todas as outras significações. Portanto diante da impossibilidade de resgate de um suposto gozo absoluto, somos inscritos em um modo possível, ainda que parcial de gozar, um gozo circunscrito pela linguagem, atrelado a castração, autoerótico e ainda que vislumbre o impossível UM da completude está submetido a direcionar-se à infortuna tentativa de apreensão do objeto *a* suporte da realidade psíquica, marca da falta instaurada pela fantasia. Este sempre será um gozo pontual e limitado denominado gozo sexual ou fálico, que tende a fazer grupo e constituir o universal.

A psicanálise aponta este modo de gozo referindo-se a um modo masculino de gozar, o esteio da fantasia de um gozo absoluto, uma posição fálica, mas limitada pela submissão à ameaça de castração. Lacan afirma que "*o gozo fálico é o obstáculo pelo qual o homem não chega a gozar do corpo da mulher, porque o de que ele goza é do gozo do órgão*" (p.15), que não se relaciona ao Outro como tal. Nesse sentido, o gozo é uma instância negativa que o impossibilita a relação sexual. Para ambos os sexos, a função fálica

sustenta o vazio da não complementaridade dos sexos em virtude da disjunção de subordinação ao significante Φ entre os conjuntos masculino e feminino; por isso, o postulado de que a relação sexual não existe.

A posição feminina embora alienada ao significante falo Φ, significante que marca a ausência, se inscreve na função fálica de maneira outra contrapondo-se a masculina; ela está não toda assujeitada à ordem simbólica, não-toda no que se refere ao gozo fálico. Há, para a mulher, um ponto de indeterminação que resulta da ausência do significante sexual, um significante fora da linguagem. E em decorrência deste não-toda só se permite falar da mulher como uma a uma e não como um conjunto fechado como no caso masculino do gozo fálico universal. A mulher é um significante relacionado ao significante do Outro barrado, S(Ⱥ). Citando Lacan, "*a mulher é aquilo que tem relação com esse Outro (...) com o significante desse Outro (...) o Outro como barrado, um significante que não se pode dizer*" (p.108/109). Por isso, nada se pode dizer da mulher, pois, por um lado, ela tem relação como Φ, em que todos estão submetidos à castração sustentada por haver um que não está; por outro, ela se desdobra e se mostra não toda, justamente por estar relacionada ao significante do Outro barrado, S(Ⱥ).

Portanto, a posição feminina comporta não toda castrada, não toda na lei simbólica, não toda no reconhecimento pelo Outro, não toda no gozo fálico, o que lhe abre acesso a um gozo Outro que se encontra entre o Real e Imaginário, inacessível ao Simbólico. Lacan situa a mulher em uma dupla relação com o gozo, tanto com o gozo fálico bem como com o gozo Outro da ordem da alteridade, que a conduz alhures, para além do falo. A elⱥ é possível um gozo dito suplementar ainda que o acesso não se dê de maneira simultânea.

Então a mulher encontra-se plenamente inscrita na função fálica, inserida no registro simbólico, apesar de não toda no gozo

fálico, pois que também lhe é permitido inclusive o acesso ao gozo Outro, gozo do corpo uma vez que este é seu espaço por excelência. Em consequência uma maneira suplementar de gozo e satisfação, fora do registro todo fálico, em uma nova relação com o significante, ou mesmo a produção de um novo significante como suplência.

Ao sustentar o significante da falta no Outro — S (Ⱥ) —, a mulher se despe da subserviência do saber que viria do Outro e o desarma da garantia da verdade fálica de que há ao menos um que escapa à castração, para chegar à incompletude do Outro. Não há garantia: o significante do Outro barrado é justamente a falta de garantia; não há Outro do Outro. Se não há Outro do Outro, o Outro não existe. O gozo feminino aponta para a falta de limites na experiencia corporal da mulher, portanto aponta para o infinito, é um gozo que emerge além da castração e da linguagem, tornando-se indizível, inexplicável, sem sentido.

No nível do gozo feminino há um não saber no Outro, o que impossibilita atingir o saber desse gozo, pois é um saber que não se pode saber senão do lugar da falta. Desalojar o Outro do lugar do "ao menos um" é bordear o abismo do inatingível e do impossível que nos habita, vazio da existência. A experiência de angústia – representante da impossibilidade de inscrição ou representação – só poderá ser amparada por fragmentos de palavras presentificadas pela falta constituinte, de modo a criar um entorno no vazio que sempre resistirá ao simbólico, um saber-fazer com o real. Uma produção que nos possibilita via linguagem encontrar os efeitos de todos os significantes, atrelando-os ao sentido, mas demarcando o próprio limite do sentido e invocando o mais além do sentido, o que nos leva sempre ao sentido de incompletude para assim as palavras ganharem nova vida.

O acesso ao gozo Outro pode fazer com que a angustia adquira mais um novo sentido para além de um fardo, um outro sentido que poderá fazer enlace frente a insustentável leveza do ser, como tão bem nos coloca Kundera e mais ainda,... fazer da escuridão uma via de acesso ao infinito, sem o medo da sedutora e atraente voz do vazio, pois enquanto sujeitos somos sustentados pelo balaústre da castração, amparados pela bússola que nos aponta o norte.

Usufruir do gozo feminino possibilita o sujeito construir um laço que transcende a lógica fálica articulando desejo e amor sem se subjugar a moral tão pouco perder de vista a Lei, possibilita recolocar a falta enquanto espaço criativo- intimidade humanizante, não encobrindo-a nem aprisionando-a a um significado, mas sim possibilitando a experencia de encontro com o aspecto libertador da inconsistência e impossibilidade do Outro, assumindo a alteridade Outra que lhe dá um toque de "algo a mais", um gozo do corpo que se experimenta, mas não se consegue colocar em palavras, uma vez que escapa a linguagem e se expressa como um sopro de vento, restando a brisa que enlaça o sujeito em conjunção ao objeto a suporte da fantasia propulsora do encanto da vida.

Referência

LACAN, J. O seminário, livro 20: Mais ainda... (1972/73) 2.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor

A sutileza do véu na feminilidade

Jane M. M. de Carvalho[1]

Não para ser bela, boa ou justa, mas,
mais exatamente, para ser mulher
(Melman, 2008)

Nos primórdios da Psicanálise, já havia a ideia de que, ao longo da história, as pessoas seguem quebrando a cabeça com o enigma subjacente à natureza da feminilidade, tanto é que a primeira distinção imposta a um recém-nascido é: 'homem ou mulher?' Essa distinção baseia-se nas características sexuais secundárias do sexo masculino ou do feminino. Todavia, Freud (1933) evidencia que, apesar da importância desses elementos, a experiência teórico-prática da psicanálise revela que a masculinidade ou a feminilidade é constituída por outras características, fora do alcance da anatomia.

Lacan (1995, p. 155) acrescenta que a diferença sexual se funda na função simbólica do falo. Relembrando que, no sentido do complexo de castração, *a mulher não tem o falo simbolicamente, mas não ter o falo simbolicamente é, a título de ausência,* tê-lo de alguma

1 Graduação em Psicologia (Uniamérica, 2007); especialização em Psicanálise Clínica de Freud a Lacan (Unipar, 2012); especialização em Psicologia da Saúde e Hospitalar (FPP, 2012); docente e supervisora do estágio de clínica na abordagem psicanalítica (Cesufoz, 2009–2019); docente e supervisora de clínica na pós-graduação em Psicologia Clínica – abordagem psicanalítica (UDC, 2016); docente e supervisora do estágio de clínica sob abordagem psicanalítica (UDC, 2014–2021); membro fundadora/presidente do Espaço Psicanalítico de Foz do Iguaçu – EPFI (2019/2021–2025); conselheira do CRP-PR (2010–2013/2016–2019); formação continuada em Psicanálise de Freud a Lacan (APC, 2014–2026); atuação em clínica particular (2008–2026).

forma. Logo, *na medida em que ele está ali ou não está ali, e unicamente na medida em que ele está ou não está, é que se instaura a diferenciação simbólica entre os sexos.*

Além disso, Lacan (1973/2003, p. 537-538) causa polêmica no meio psicanalítico ao expor publicamente o seguinte aforismo: "A mulher não ex-siste", no qual barra o artigo definido que designa o universal. O que Lacan quer dizer com isso? Isso significa que, na falta de um significante universal que as defina, às mulheres *impõe-se serem não-todas*. Por isso*, o universal do que elas desejam* é *a loucura: todas as mulheres são loucas, como se diz. É por isso mesmo que não são todas, isto é, não loucas de todo.*

Mais ainda, Lacan (1972-1973/2008, p. 30) reafirma a inexistência de um significante próprio da mulher, *situado no nível da substância gozante, como aquilo que faz alto ao gozo*, para questionar: já que de mais de uma mulher não se pode falar, no que consiste o gozo feminino?

Tendo em vista que *o falo em questão é um objeto simbólico*, Lacan (1995, p.155) toma como referência *o caso exemplar da mascarada*, a fim de demonstrar que *a máscara não é a mentira que lhe imputam os desavisados,* muito pelo contrário*, a máscara é aquilo que articula o acesso ao gozo feminino*, *esse gozo Outro,* que transcende a lógica fálica. Logo, o gozo feminino consiste num gozo suplementar, para mais além do falo.

Pommier (1997, p. 36), valorizando *esse mais além do falo que descobre o feminino* sugerido pelo uso da máscara, concorda que a função da máscara é não só a de assegurar proteção, mas também gozo. *Enquanto aparência que recobre o nada, a máscara é* um disfarce que sustenta *a vacuidade, a causa do desejo.*

Numa via moderna de compreensão da psicanálise, a partir de uma leitura crítica do conceito de sexualidade e das experiências corpóreas do desnudamento e da exibição, Birman (1999) traça

cartografias do feminino, nas quais se podem encontrar detalhes rigorosos sobre a estrutura da máscara e do véu na feminilidade.

O que seria, então, a máscara e o que a diferenciaria do véu?

Por um lado, na estrutura da máscara não há evidência de nenhum segredo velado ou de provocação de desejo e curiosidade no outro, pois a exibição total do objeto retira dele sua graça, seu mistério, seu poder de incitar ao fascínio do desvelamento. Por outro lado, na estrutura do véu, há a demanda do sujeito de explicitar algo que, ao mesmo tempo, camufla, de modo a fundir a apresentação de algo com o seu próprio ocultamento.

Na estrutura do véu, há também uma promessa implícita de que o sujeito tem algo precioso a oferecer que não se evidencia de imediato, mas se esconde como um grande segredo. É justamente essa marca capital de lusco-fusco, fundadora da estrutura do véu, que leva a crer que o objeto do desejo é obscuro e não pode ser expresso em palavras.

Birman (1999), ainda, diz que há um sentido erótico evidente em certos adornos considerados verdadeiras armadilhas de sedução, como a pulseirinha estrategicamente colocada no tornozelo, por algumas mulheres. Especialmente nesse caso, o requinte do objeto em pauta é dispensável, já que a estratégia de utilizar o adorno, nesta região inusitada, não apenas produz um efeito de descontinuidade, de véu, no campo do olhar do outro, mas também evidencia a beleza das pernas no registro imaginário.

Para esse mesmo autor, enquanto a máscara exibe a mortificação quase cadavérica da apresentação sem segredo, o véu, em sua mobilidade, ressalta a malícia e a vitalidade indizível do desejo. Por sua natureza excessivamente petrificada, a máscara nada promete em sua exibição grotesca; enquanto o véu, por sua natureza extremamente sutil, opera pela oposição entre presença e ausência,

sendo aí a causa da malícia e do efeito desejante provocado no outro.

Com efeito, há uma distinção entre a máscara e o véu!

A máscara revela a imobilidade dos traços na apresentação maciça de seus excessos, à medida que o véu descortina a mobilidade no lusco-fusco das linhas de sua estrutura, provocando um efeito estranhamente descentrante para quem exibe o objeto e, ao mesmo tempo, descentrador para quem o visa.

As cartografias do feminino evidenciam, portanto, que a marca feminina do desejo na experiência propriamente erótica se atualiza exatamente nesse jogo de lusco-fusco provocado pelo véu, sendo a presença desse traço na feminilidade o que possibilita o sabor no desnudamento e a volúpia sensual. É, precisamente, a justa posição da ambiguidade da falta o que constitui a relação de objeto movente da experiência erótica, na medida em que o véu propicia um gozo suplementar, não restrito à anatomia, que coexiste com o gozo fálico, porém não se submete a ele.

No capítulo IX do Seminário 4 – a função do véu, Lacan (1995, p. 153-166) se detém nessa posição de interposição que faz com que o que é amado no objeto do amor seja algo *que está mais além e que, sem dúvida, não é nada, mas está ali simbolicamente.*

Por conseguinte, pode-se concluir que o que faz com que o que seja visado esteja para além daquilo que se apresenta é que esta relação de interposição cria uma das imagens mais fundamentais da relação humana com o mundo: o véu, a cortina. A sutileza do véu está em projetar a imagem fascinante do objeto, exatamente, nessa posição intermediária, o que propicia o acesso a um gozo suplementar, feminino, indizível, de caráter místico.

Referências

BIRMAN, Joel. *Cartografias do Feminino,* Editora 34 Ltda., 1999.

FREUD, Sigmund (1933). Conferência XXX: A feminilidade**.** In: Edição *Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. (1901-1981). *O Seminário, Livro 4: a relação de objeto*. Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Tradução: Dulce Duque Estrada. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

LACAN, J. (1901-1981). *Outros escritos*. Tradução: Vera Ribeiro; versão final: Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, J. (1972-1973). *Seminário, Livro 20: mais ainda*. Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Tradução: M. D. Magno. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

POMMIER, Gerard. *A exceção feminina*: os impasses do gozo. Coleção Transmissão da Psicanálise. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

REVISTAS DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE CURITIBA

VOLUMES JÁ PUBLICADOS

Nº 01 – VIOLÊNCIA
Alfredo Jerusalinsky, Leda Marisa Fischer Bernardino, Maria Cristina Kupfer, Rodolpho Ruffino, Rosa Maria Marini Mariotto, Rosane Weber Licht, Rute Stein Carvalho, Ricardo Goldenberg.

Nº 02 – FAMÍLIA E MODERNIDADE
Angela do Rio Teixeira, Caterina Koltai, Danièle Epstein, Leda Marisa Fischer Bernardino, Marcus do Rio Teixeira, Patrick de Neuter, Contardo Calligaris, Rute Stein Carvalho, Alfredo Jerusalinsky, Maria Cristina Kupfer, Rosane Weber Licht.

Nº 03 – O HOMEM E A TECNOLOGIA
Alfredo Jerusalinsky, Edson André de Sousa, Maria Ida Fontenelle, Martine Lerude, Oscar Cesarotto, Ricardo Goldenberg, Rosa Maria Marini Mariotto, Leda Marisa Fischer Bernardino, Rosane Weber Licht, Agostinho Marques Neto, Ivan Corrêa.

Nº 04 – PSICANÁLISE E CLÍNICA DE BEBÊS
Alfredo Jerusalinsky, Claude Boukobza, Cláudia Rohenkohl e Daniella Gonçalves, Daniele Wanderley, Domingos Infante, Leda Marisa Fischer Bernardino, Marie-Christine Laznik, Nicole Strickman, Patrick De Neuter, Alexa Chaves, Dayse Amorim e Roseane Lima, Jaqueline Sanson, Marina Fernandes, Henry Frignet.

Nº 05 – ENVELHECIMENTO: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA
Alfredo Jerusalinsky, Delia Catullo Goldfarb, Flávia M. de Paula Soares, Leda Marisa Fischer Bernardino, Marie-Christine Laznik, Dayse Stoklos

Malucelli, Flávia Boni Licht e Adriana de Almeida Prado, Luciana Amaral, Bernadete Hoefel, Rosane Weber Licht.

Nº 06 – PSICANALISAR HOJE
Charles Melman, Enrique Milan, Geselda Baratto, Jean-Jacques Rassial, Leda Marisa Fischer Bernardino, Rosa Maria Marini Mariotto, Serge Lesourd, Lucia Marly Verdum de Almeida, Rosane Weber Licht, Denise Pliskieviski Bueno e Juratirz Salete Ribas, Leandro Alves Rodrigues dos Santos.

Nº 07 – O AMOR NOS TEMPOS DA ANÁLISE
Alfredo Jerusalinsky, Andrea Silvana Rossi, Angela Baptista do Rio Teixeira, Eliane Michelini Marraccini, Isidoro Vegh, Jean-Jacques Rassial, Maria Cecilia Garcez, Marie-Christine Laznik, Sándor Ferenczi, Marcus do Rio Teixeira, Wael de Oliveira, Geselda Baratto e Rosane L. V. de Macedo, Leda Marisa Fischer Bernardino e Rosa Maria Marini Mariotto.

Nº 08 – O PSICANALISTA E O ATO
Alfredo Jerusalinsky, Dayse Stoklos Malucelli, Leda Marisa Fischer Bernardino, Maria Aparecida de Luna Pedrosa, Maria Carolina Serafim, Tânia Mara Galeazzi Stopp, Maria Cristina Kupfer.

Nº 09 – O TOQUE ESCURO DO OBJETO
Clara Cruglak, Dayse Stoklos Malucelli, Eduardo Ribeiro da Fonseca, Frédéric Pellion, Karina Codeço Barone, Wael de Oliveira, Rosa Maria Marini Mariotto, Geselda Baratto, Michele Kamers.

Nº 10 – LENDO E DANDO A LER A PSICOSSOMÁTICA
Andrea de Castro Rôa d'Haese, Bernard Moullé, Márcia Yuri Funabashi, Maria Lúcia Maranhão Bezerra, Wael de Oliveira, Alfredo Jerusalinsky, Marie-Christine Laznik, Angela Vorcaro, Julio Cesar Viecelli e Leda Marisa Fischer Bernardino.

Nº 11 – INSCREVER, INTERPRETAR E ESCREVER
Cristina Helena Guimarães Sartori, Ilana Katz Zagoury Fragelli, Mauro Mendes Dias, Rosa Maria Marini Mariotto e Rosana Benine, Bernardo

Gandulla, Wael de Oliveira, Leandro Alves Rodrigues dos Santos, Maribél de Salles de Melo e Thayane Carolina de Almeida.

Nº 12 – ESCRITOS SOBRE A PSICOSE
Alfredo Jerusalinsky, Angela Vorcaro e Viviane Veras, Camila Zoschke, Dayse Stoklos Malucelli, Eduardo Ribeiro da Fonseca, Mauro Mendes Dias, Marcus do Rio Teixeira, Mayla Di Martino, Sonia Motta, Melania Salete Medeiros.

Nº 13 – PSICANÁLISE E ARTE
Edson de Sousa, Elisabeth Bittencourt, Nelson da Silva Jr., Sérgio Telles, Tânia Rivera, Rosângela Nascimento, Mauro Mendes Dias, Wael de Oliveira, Ângela Vorcaro e Viviane Veras, Andréa Rôa d`Haese.

Nº 14 – A FEMINILIDADE NAS DIMENSÕES REAL, SIMBÓLICA E IMAGINÁRIA
Consuelo Muniz Escudero e Leda Mariza Fischer Bernardino, Denise Maurano, Maria Rita Kehl, Marie- Christine Laznik, Ricardo Goldenberg, Vera Tubino, Denise Stoklos, Leticia Paes de Barros e Leda Mariza Fischer Bernardino, Wael de Oliveira, Rosa Maria Marini Mariotto e Marcelo Oliveira.

Nº 15 – O DESEJO E SUA INTERPRETAÇÃO
Benjamin Domb, Dayse Stoklos Malucelli, Jean Jacques Rassial, Leda Mariza Fischer Bernardino, Patrícia dos Santos Lage, Ricardo Goldenberg, Valéria Ghisi, Eduardo Ribeiro da Fonseca, Wael de Oliveira, Rosa Maria Marini Mariotto.

Nº 16 – O DESEJO: EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 10 ANOS DA APC
Leda Mariza Fischer Bernardino, Lucia Marly Verdum de Almeida, Maria Aparecida Luna Pedrosa, Tânia Maria Galeazzi Stoppa, Wael de Oliveira, Wagner Rengel, Mauro Mendes Dias, Sandra Tellier Motti, Diana Lichtenstein Corso e Mário Corso

Nº 17 – ADOLESCÊNCIA
Adriana Kosdra Rotta, Ana Maria da Costa, Geselda Baratto, Jean-Jacques Tyszler, Laís Vilela Paquer e Leda Mariza Fischer Bernardino, Maria Augusta de Mendonça Guimarães e Suely do Rocio Kosiak Poitevin, Wael de Oliveira, Márcia Regina Motta, Marina Siqueira Campos e Renata de Siqueira Vieira, Adriana Tobis Fraga Thomasi, Rosa Maria Marini Mariotto, Wael de Oliveira.

Nº 18 – A DROGA DEVIDA
Alfredo Jerusalinsky, Cyro Marcos da Silva, Eduardo Ely Mendes Ribeiro, Jean-Louis Chassaing, Juliana A. Cunha, Renata Aguiar Carrara de Melo e Fernando Teixeira Grossi, Ricardo Goldenberg, Leda Mariza Fischer Bernardino, Rosa Maria Marini Mariotto.

Nº 19 – O RELATO DO ATO
Dominique Touchon Fingermann, Elisabeth Bittencourt, Mauro Mendes Dias, Alfredo Jerusalinsky, Ricardo Goldenberg, Wael de Oliveira, Sérgio Scotti, Dayse Stoklos Malucelli.

Nº 20 – PSICANÁLISE: INVESTIGAÇÃO E PESQUISA
Alfredo Jerusalinsky, Angela Vorcaro, Christian Ingo Lenz Dunker, Lia de Freitas Navegantes, Luciano Elia, Mayla Di Martino, Wael de Oliveira, Leda Mariza Fischer Bernardino e Rosa Maria Marini Mariotto, Valéria Codato Antonio Silva e Viviana Velasco Martinez, Maria Carolina Schaedler.

Nº 21 – A LOUCURA
Edson Luiz André de Sousa, Ricardo Goldenberg, Helenice Rodrigues, Gabriela Xavier de Araújo, Jane Cherem Côrte Bezerra, Cristiane Ganzert e Gisleine Massuda, Wael de Oliveira.

Nº 22 – AUTISMO
Alfredo Jerusalinsky, Angela Vorcaro e Mônia M. Farid Rahme, Claudia Mascarenhas Fernandes, Daniele de Brito Wanderley, Julieta Jerusalinsky, Sonia Motta, Dominique Fingermann, Nelson da Silva Jr., Marie-Christine Laznik, Maria Eugênia Pesar, Gabriela Xavier de Araújo.

Nº 23 – A CRIANÇA DE CADA DIA
Andréia Viana e Angela Vorcaro, Angela Baggio Lorenz, Ana Beatriz Albernaz, Leda Mariza Fischer Bernardino, Maria Angélica Tosi Ferreira, Renata Bakker da Silveira e Rosa Maria Marini Mariotto, Clarice W. Zotti, Denise P. Bueno, Rejinaldo J. Chiaradia e Wagner Rengel, Inês Catão, Yara Faria do Amaral, Wael de Oliveira, Leando Alves R. dos Santos, Madalena B. de Lima.

Nº 24 – ABUSOS NA INFÂNCIA
Adriana Kosdra Rotta, Alexandre Morais da Rosa, Alfredo Jerusalinsky, Elisabeth Bittencourt, Giselle de Souza Santos, Lia de Freitas Navegantes, Lúcia Alves Mees, Rosa Maria Marini Mariotto e Maria Luiza K. de Bueno Gizzi, Wagner Rengel, Jane Cherem C. Bezerra da Silva, Débora P. Nemer Pinheiro.

Nº 25 – A DIREÇÃO DA CLÍNICA
Christian Ingo Lenz Dunker, Leandro Alves Rodrigues dos Santos, Leomara de Araújo Bürgel, Maria Cristina Machado Kupfer, Cyro Marcos da Silva, Rafaela Carine Jaquetti e Rosa Maria Marini Mariotto, Carolina Schulman e Débora Patrícia Nemer Pinheiro, Leandro Alves Rodrigues dos Santos.

Nº 26 – TECENDO REDES: PSICANÁLISE E POLÍTICAS PÚBLICAS
César de Goes, Cleuse M. Brandão Barleta, José Waldemar Thiesen Turna e Suzana Siniscalco de Oliveira Costa, Laura D'Agostino Rudich, Luciano Elia, Michele Kamers, Neuzi Barbarini, Wael de Oliveira, Wagner Rengel, Leda Mariza Fischer Bernardino, Márcia Takahata Wakamatsu e Rosa Maria Marini Mariotto, Alfredo Jerusalinsky, Stelio de Carvalho Neto, Wael de Oliveira, Cristina Keiko Inafuku de Merletti, Dayse Stoklos Malucelli.

Nº 27 – PSICANÁLISE E LITERATURA
Marília Z. Frantz e Edson Luiz A. de Sousa, Lucia Serrano Pereira, Luciana Salum, Rosangela N. Vernizi, Cláudia Serathiuk, Tames B. Moterani, Wael de Oliveira, Andréa Batista Ribeiro, Jane Cherem C. Bezerra da Silva.

Nº 28 – A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA
Alba Flesler, Ana Maria da Costa, Alfredo Jerusalinsky, Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira, Christian Hoffmann, Cristina Hoyer, Daniela Teperman, Isabel Marazina, Julieta Jerusalinsky, Clarice Wichinescki Zotti, Marilu Catio Dalsasso, Rosa Maria Marini Mariotto, Melania Salete Medeiros, Lígia Regina Klein, Caroline Peixoto Mendonça Silva, Dayse Stoklos Malucelli.

Nº 29 – CORPOS
Ana Maria da Costa, Angelita W. da Silva, Heloísa H. Aragão e Ramirez, Jöelle Gordon, Tatiana C. Assadi, Michele Kamers, Dominique Fingermann, Camila Z. Freire, Rosângela N. Vernizi, Maria Fernanda L. Beduschi.

Nº 30 – PASSES E IMPASSES NA FORMAÇÃO ANALÍTICA
Ana Maria da Costa, Dominique Fingermann, Lucia S. Pereira, Marta Pedó, Ricardo Goldenberg, Maria Augusta M. Ferraro, Maria Fernanda L. Beduschi, Luciana Sallum, Cintia R. Longhini, Wael de Oliveira, Taia F. de Albuquerque, Rosa Maria Marini Mariotto, Vinicius Armiliato.

Nº 31 – FORMAS, IMPASSES E PASSAGENS
Andrea Rossi, Eduardo Ribeiro da Fonseca, Jorge Sesarino, Luciana K. P. Salum, Mauro Mendes Dias, Priscila Frehse Pereira Robert, Radmila Zygouris, Rosa Maria Marini Mariotto, Susiane Canuto da Rocha, Vanessa Galvão Amaral, Venicius Scott Schneider.

Nº 32 – PSICANÁLISE E SUAS INTERFACES
Adriana Kosdra, Alfredo Jerusalinsky, Ana Maria Costa, Cintia Ribelato Longhini, Edjane Menezes dos Santos, Enéas de Souza, Flávia Maria de Paula Soares, Juratriz Salete Ribas, Leda Mariza Fischer Bernardino, Luciano Elia, Maria Cristina Machado Kupfer, Maria Eugenia Pesaro, Mariana Aparecida Xavier Arruda, Rosa Maria Marini Mariotto, Wael de Oliveira.

Nº 33 – DO ENCONTRO COM O REAL AO ENCONTRO DO REAL: TRAUMA E DESEJO

Adriana Kosdra, Adriana Luiza Schreiner, Alfredo Jerusalinsky, Andrea Rossi, Clarice Wichinescki Zotti, Edson Luiz André de Sousa, Fani Hisgail, Isabel Marazina, Marcus do Rio Teixeira, Oscar Cesarotto, Sidnei Artur Goldberg, Vânia Mercer.

Nº 34 – NAS BORDAS DA CLÍNICA

Andrea Rôa d'Haese, Camila Zoschke Freire, Cintia Ribelato Longhini, Clarice Moro Ricobom, Cléa Maria Ballão, Fernanda Judite de Camargo Marques, Kátia Alexsandra dos Santos, Ligia Gomes Víctora, Marcia Salete Wisniewski Schaly, Maria Augusta de Mendonça Guimarães, Maria Fernanda Liberato Beduschi, Rosa Maria Marini Mariotto, Sílvia Amigo, Simoni Regina Cousseau Coletti, Vânia Mercer.

Nº 35 – PSICANÁLISE E CONTEMPORANEIDADE

Andrea Silvana Rossi, Elaine Cristina Schimitt Ragnini, Fábio Luis Ferreira Nóbrega Franco e Pedro Eduardo Silva Ambra, Fernanda Baptista, Gabriel Inticher Binkowski e Miriam Debieux Rosa, Julieta Jerusalinsy, Leda Mariza Fischer Bernardino, Luciano Bregalanti Gomes e Paulo Endo, Marcelo Amorim Checchia, Marcelo Veras, Tania Rivera, Wagner Rengel.

Nº 36 – INQUIETAÇÕES: PSICANÁLISE PARA TODOS?

Alfredo Jerusalinsky, Fernanda Voigt Miranda, Gustavo Tonatto, Luzia Carmem de Oliveira, Marcia Salete Wisniewski Schaly, Marllon Henrique Mendes Andriola, Mônica Nogari Damaceno, Ricardo Goldenberg, Simone Regina Cousseau Coletti, Rosa Maria Marini Mariotto, Thais Krukoski e Tiago Rickli.

Nº 37 – ENTRE DIFERENÇAS E INTOLERÂNCIAS, O QUE PODE A PSICANÁLISE?

Allan Martins Mohr, Alfredo Jerusalinsky, Andrea Rôa d'Haese, Andrea Rossi, Camila Zoschke Freire, Fernando Ruthes, Luzia Carmem de Oliveira, Silvia Amigo, Suzane Gapski Muzeka.

Nº 38 – APC em Revista 2023

Allan Martins Mohr, Andrea Rôa d'Haese, Andrea Rossi, Luzia Carmem de Oliveira, Marcia Salete Wisniewski Schaly, Silvia Amigo (transcrito e traduzido por Andrea Rossi e Tiago Rickli), Simone Regina Cousseau Coletti, Rosa Maria Mariotto.

Nº 39 – APC em Revista 2024
Andrea Rossi, Eduarda Fuckner Ottvagen, Marcia Wisniewski Schaly, Marcus do Rio Teixeira, Simone Regina Cousseau Coletti, Suzane Gapski Muzeka, Rosa Maria Marini, Vinícius Armiliato, Zama Caixeta Nascentes.

Nº 40 – APC em Revista 2025
Allan Martins Mohr, Denise Pliskieviski Bueno, Ederson Mariano, Juratriz Salete Ribas, Luzia Carmem de Oliveira, Marcia Wisniewski Schaly, Marcus do Rio Teixeira, Mario Eduardo Costa Pereira (transcrito por Tiago Rickli), Rosane Weber Licht, Rosa Maria Marini, Simoni Regina Cousseau Coletti, Zama Caixeta Nascentes.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE CURITIBA

O SABER DO INCONSCIENTE: POR QUE A TEORIA DEVE SUBORDINAR-SE À CLÍNICA

Seminários proferidos por Alfredo Jerusalinsky na Associação de Curitiba de 1997 a 2000. (Editora Juruá, 2018)

No ano em que a Associação Psicanalítica de Curitiba completa e comemora 21 anos de existência, presenteia seus associados e apreciadores da Psicanálise com a publicação de **O saber inconsciente: por que a teoria deve subordinar-se à clínica,** compilação de onze seminários proferidos por Alfredo Jerusalinsky no período de 1997 a 2000, que tratam de diferentes temas no trabalho com crianças. Estes seminários foram parte importante da história da APC, tanto na formação de seus membros quanto na construção da instituição, e agora são compartilhados com a atual geração de analistas. Por sua imensa contribuição para a fundação e o ensino da APC, Alfredo Jerusalinsky é considerado o "padrinho" da APC. Seus seminários — proferidos com rigor teórico e em seu particular estilo "quase" coloquial de transmissão — contribuíram não só para a formação de muitos, como também para a aproximação de profissionais de outras áreas, impulsionando a psicanálise em extensão. O título desta publicação é amplamente demonstrado na leitura dos seminários, onde, além da teoria, somos esclarecidos sobre o pensamento de importantes pensadores e contamos com alguns relatos de casos clínicos que articulam teoria e prática, revelando-nos um pouco do seu estilo, de profundo respeito pelos seus analisantes e de escuta ímpar. Participei de seus seminários e os transcrevi. Agora, no momento desta publicação, foram revisados pelo autor, o que evidencia a sua atualidade. A APC, ao completar a maioridade, apresenta uma elaboração teórica tão rica. Boa leitura!
(texto extraído da apresentação contida nesta obra, de autoria da psicanalista Rosane Weber Licht, membro fundador da Associação Psicanalítica de Curitiba)
Alfredo Jerusalinsky - Autor
Rosane Weber Licht – Organizadora

PSICANÁLISE EM TEMPOS DE URGÊNCIA

(Editora Fi, Edição Especial 2020) – disponível no site da APC: www.apcwb.com.br *ou no site da Editora Fi:* https://www.editorafi.org/60psicanalise

Psicanálise em tempos de urgência – tema institucional ao qual foram dedicados os trabalhos da APC em 2019/2020 – sem imaginar que também viveríamos tempos de emergência pela pandemia do novo coronavírus: tempos penosos e pesarosos em nosso contexto socioeconômico-político e humanitário, que nos causam dor, sofrimento e luto, revelados na angústia. Pôr em palavras, dar voz, escutar, são os recursos oferecidos pela Psicanálise a partir de sua práxis, para que o sujeito possa advir em sua condição desejante. Este é o olhar e o trabalho que encontramos nos textos, que, sensivelmente, os autores aqui, sem pressa, nos conduzem a refletir. Olhar para o campo social, para a clínica social, para o imperativo do gozo e da pressa e para as urgências na clínica psicanalítica e suas intervenções, desde as intervenções precoces, certamente nos põe a pensar, singularmente, enquanto psicanalistas, sobre o nosso tempo e os vários tempos: tempo de e na formação, tempo de divã, tempo lógico, tempo de vida, tempo de morte e outras questões de e no tempo. (texto extraído da apresentação contida nesta obra, de autoria da psicanalista Marcia Salete Wisniewski Schaly, membro da Associação Psicanalítica de Curitiba).

Autores: Andrea Silvana Rossi, Eva Lerner, Kathellyn Costa Kazeker, Leda Maria Fischer Bernardino, Luzia Carmem de Oliveira, Madalena F. Becker de Lima, Maribel de Salles de Melo & Julieta Jerusalinsky, Marcia Salete Wisniewski Schaly, Marcus do Rio Teixeira, Rosane Weber Licht, Rosângela Vernizi, Simoni Regina Cousseau Coletti & Rosa Maria Mariotto.

Marcia Salete Wisniewski Schaly – Organizadora



COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA
Gestão 2026/2027
Presidente: Fernando Ruthes
Vice-presidente: Marcelo M. Barbosa Vieira
1ª secretária: Schenya C. Nunes de Oliveira
2º secretário: Adriano Soares Amaro
1ª tesoureiro: Tiago Rickli
2ª tesoureira: Clarice W. Zotti

CARTEL DE DIREÇÃO E FORMAÇÃO
Andrea Rôa d'Haese
Fernando Ruthes
Marcelo Marcos Barbosa Vieira
Schenya C. Nunes de Oliveira
Tiago Rickli

ESPAÇO DE ACOLHIMENTO
Membros do Cartel de Direção e Formação

SEÇÃO DE TRADUÇÕES E PUBLICAÇÕES
Luzia Carmem de Oliveira
Schenya C. Nunes de Oliveira
Tiago Rickli

SEÇÃO DA CLÍNICA
Denise Pliskieviski Bueno

SEÇÃO DE CARTÉIS
Andréa Silvana Rossi
Andrea Rôa d'Haese
Fernando Ruthes
Luzia Carmem de Oliveira

ESPAÇO DE INTERLOCUÇÃO
Adriano Soares Amaro
Zama Caixeta Nascentes

SEMINÁRIOS INTRODUTÓRIOS
Dayse Stoklos Malucelli
Denise Pliskieviski Bueno

ESPAÇO DE ESTUDOS E DISCUSSÃO SOBRE PSICANÁLISE COM CRIANÇAS
Clarice Wichinescki Zotti
Madalena F. Becker de Lima
Juratriz S. Ribas

SEÇÃO DE DIVULGAÇÃO E EVENTOS
Adriano Soares Amaro
Juratriz Salete Ribas
Marina Thibes
Myriel C N Moreira
Schenya C. Nunes de Oliveira

CONSELHO DE ANALISTAS
Andrea Rôa d'Haese
Andrea Silvana Rossi
Dayse Stoklos Malucelli
Denise Pliskieviski Bueno
Leda Fischer Bernardino
Rosane Weber Licht

APC
Associação
Psicanalítica
de Curitiba

A Associação Psicanalítica de Curitiba apresenta a 41ª edição da APC em revista, reafirmando seu compromisso com a transmissão da psicanálise e com a abertura de espaços de interlocução e produção em torno das questões que convocam a psicanálise. Os textos desta edição colocam em circulação questões que atravessam a clínica, a cultura e o social, interrogando, a partir da psicanálise, o sujeito e seus modos de inscrição no discurso contemporâneo.

A capa, em uma releitura de Os Retirantes, de Candido Portinari, reúne alguns dos temas que atravessam esta edição. A figura do estrangeiro comparece não apenas como aquele que vem de fora, mas como aquele que ocupa uma posição de fronteira, interrogando pertencimento, reconhecimento e os lugares possíveis no discurso. A presença do feminino, das diferenças raciais e geracionais e dos distintos modos de estar na cena faz ressoar questões de identificação, origem e alteridade, na tensão entre o singular e o social. A composição dá, assim, forma a uma estrangeiridade que não se encontra apenas fora, mas também nas bordas dos discursos que procuram nomear e conferir lugares.

www.apcwb.com.br
@apctba
@associacaopsicanaliticadecuritiba
(41) 98848-7946

ISSN 1519-8456
9 771519 845604 41